

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

FAZENDO O DOZE NA PISTA
Um estudo de caso do
mercado ilegal de drogas na classe média

Carolina Christoph Grillo

Rio de Janeiro

2008

Carolina Christoph Grillo

Fazendo o Doze na Pista:
Um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro como um dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Michel Misse

Rio de Janeiro

2008

Carolina Christoph Grillo

Fazendo o Doze na Pista:
Um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média

Rio de Janeiro, 09 de Abril de 2008.

Aprovada por:

Prof. Dr. Michel Misse, presidente, IFCS/UFRJ

Prof. Dr. Pedro Paulo de Oliveira Martins, IFCS/UFRJ

Prof. Dr. Antônio Carlos Rafael Barbosa, UFF

Prof. Dr. Liz Antônio Machado da Silva, IFCS/UFRJ (suplente)

Prof. Dr. Marco Antônio Mello da Silva, UFF (suplente)

Rio de Janeiro

2008

Grillo, Carolina Christoph
Fazendo o Doze na Pista: Um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média / Carolina Christoph Grillo. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008
Orientador: Michel Misse
Xi, 128f
Dissertação de mestrado – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2008.
Referências Bibliográficas : f. 108 – 112
1. Drogas. 2. Mercados ilegais. 3. Classe média. 4. Juventude. 5. Sociabilidade. I. Misse, Michel. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. III. Fazendo o Doze na Pista: Um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média

RESUMO

Nesta dissertação são apresentados os resultados de uma pesquisa de campo realizada com traficantes de classe média do Rio de Janeiro e Niterói, com idades entre os vinte e os trinta e cinco anos. Os dados foram colhidos através da observação participante e de entrevistas informais realizadas com traficantes em liberdade, dos quais a pesquisadora se aproximou, acionando redes de relações a partir do conhecimento, anterior à pesquisa, de vários dos informantes estudados. As análises debruçam-se sobre os casos coletados e sobre o discurso dos traficantes com os quais foi possível conversar, buscando elucidar a dinâmica do mercado ilegal de drogas praticado por jovens de classe média, bem como compreender os sistemas de referências compartilhados pelos mesmos, desenhando gradualmente um estilo de vida.

O contraponto com as redes do tráfico operantes nas aglomerações de moradia de baixa renda permite conceber o chamado tráfico “da pista” ou “do asfalto” enquanto uma modalidade particular desse mercado, caracterizada por uma sociabilidade própria. São identificadas as formas de organização, hierarquia e implantação territorial em que a rede estudada funciona, apontando as circunstâncias sob as quais é possível a manutenção de uma “sociabilidade normalizada” em torno do comércio ilegal de drogas, caracterizada pelo repúdio ao uso da violência na resolução dos conflitos. A descrição da circulação da confiança, dos interesses, do crédito e do prestígio completa o estudo de caso apresentado que trata de objeto ainda pouco explorado pelas ciências sociais, no Brasil.

ABSTRACT

In this essay, there are presented the results from a field research accomplished among middle class drug dealers from Rio de Janeiro and Niterói, with ages ranging from twenty to thirty-five years old, approximately. The data was gathered through participant observation and informal interviews with drug dealers in liberty, to which the researcher approached herself by activating networks of relations through previous acquaintance with many of the studied informers. This analysis focuses on the collected cases and on the discourse obtained from the dealers with whom it was possible to have a conversation with, seeking to clear out the commercial dynamics found in the illegal drugs market practiced by the middle class youth, as well as to comprehend their shared reference systems, gradually drawing out a life style.

The counterpoint with the traffic networks operating in the low income residence clusters allow us to conceive the so called “asphalt” traffic as a particular modality in this market, characterized by it’s own sociability. The organizational, hierarchical and territorial implantation forms by which the studied network functions are identified, pointing out the circumstances under which it is possible to maintain a “normalized sociability” around the illegal drugs commerce, characterized by the disavowing of the use of violence as a mean to solve conflicts. The description of the trust, interests, credit and prestige circulation completes the presented case study which refers to an object yet little explored by the social sciences, in Brazil.

Para Lara.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para a realização dessa dissertação, a começar pelos meus pais Priscilla Christoph e Gilberto de Queiroz Grillo, cujo apoio foi sempre incondicional. Dentre os meus familiares, destaco também o papel crucial exercido pelo meu tão amado irmão, Patrick, minha adorada avó Teresa, minha irmã Helena, meus padrinhos Gilda e Marcos, bem como a minha irmã-prima Júlia e os seus fantásticos pais, Sérgio e Nira. Declaro a minha especial gratidão a Sérgio de Abreu Fialho Nascimento Gurgel, meu querido “vodrasto”, o qual acabou por me proporcionar os momentos de reflexão mais importantes na escrita dessa dissertação.

Declaro uma enorme gratidão ao meu orientador, Michel Misse, que, além de me auxiliar nesse trabalho, ofereceu-me a liberdade da qual eu tanto precisava para pensar. Agradeço também aos componentes da banca, Antônio Rafael Barbosa e Pedro Paulo de Oliveira, cujas sugestões oferecidas durante a qualificação foram de grande valia, influenciando bastante o texto final, e aos professores Marco Antônio da Silva Mello e Luis Antônio Machado da Silva, por terem aceitado esse convite. Não devo me esquecer dos excelentes professores com os quais tive a oportunidade de aprender, durante a graduação e a pós-graduação, destacando a importância de Mirian Goldenberg, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, Letícia Veloso, Bila Sorj, Peter Fry, Maria Ligia Barbosa, Maria Dulce Gaspar, Olívia Cunha, Paulo Bahia e, mais uma vez, Luis Antônio Machado da Silva.

Tive a grande sorte de estudar no IFCS, que é um ambiente muito favorável à reflexão e do qual surgem pessoas maravilhosas. Não podendo citar tantos, agradeço a toda a turma de mestrado 2006 e a todos os integrantes do NECVU, mais especialmente à Andrea Ana do Nascimento, Natasha Neri e Bruno de Vasconcelos Cardoso. Devo

também lembrar a relevância dos diálogos travados com Thiago Coutinho Cavalcante, o qual me ofereceu algumas boas contribuições. Agradeço especialmente a Frederico Policarpo Mendonça Filho que, além de me socorrer tantas vezes, forneceu importantes sugestões e um grande estímulo na fase mais decisiva da escrita dessa dissertação.

Agradeço pela oportunidade de ter sido educada no Centro Educacional Anísio Teixeira, a escola que estabeleceu todos os alicerces do meu pensamento e que, ainda, colocou-me em contato com as melhores amigas que uma pessoa ter. Elas tornaram a minha vida sempre tão boa, permitindo-me engajar-me em qualquer atividade. Sou imensamente grata à minha quase irmã gêmea Olívia Tenório de Oliveira Marangoni, quem me mostrou a alegria, à minha irmã de alma, Maria Clara Sepúlveda Faria, que me ensinou a gostar de ler, e a Joana Marques Chaves, pelo apoio sem o qual eu não teria sobrevivido às piores dificuldades. Agradeço a Rita Lameira, Renata da Graça Aranha Boiteux, Marina Cascardo, Flora Moana Van de Beuque, Lívia Franco Cavalcanti, Natália Parahíba, Tatiane Mazzoto, Patrícia Ferreira, Manoela Vianna, Mariana Santoro, Marisa Ferrari, Iaci d'Assunção Santos e Suyá Quintslr, sempre tão especiais. Dentre as minhas amigas, destaco o incalculável apoio oferecido por Bruna Praça, uma pessoa incrível, para quem prometi uma boa dissertação.

Agradeço a inestimável ajuda de Franco Grain Botelho, a quem devo muitas coisas nessa vida, a começar pela nossa tão amada filha, Lara. Agradeço a Pablo, Ângela, Dona Jacy, Dona Jaby e Seu Botelho, uma família que ganhei e não deixei que se perdesse. Termino revelando uma infindável gratidão a todos aqueles que definitivamente não posso citar e sem os quais, essa pesquisa não teria acontecido.

SUMÁRIO:

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 O PROBLEMA DA ACUSAÇÃO	3
1.2 METODOLOGIA	5
2 O TRÁFICO NA PISTA	10
2.1 SOCIABILIDADE NORMALIZADA	16
2.2 TERRITORIALIDADE	18
2.3 ORGANIZAÇÃO E HIERARQUIA	22
3 AS RELAÇÕES COMERCIAIS	27
3.1 DE CONFIANÇA E INTERESSES	30
3.2 CONFIANÇA	33
3.3 FICAR DEVENDO	35
3.4 A “PROFISSIONALIZAÇÃO”	38
4 O MORRO E A PISTA	45
4.1 FONTES ALTERNATIVAS	46
4.2 O CONTEXTO NO MORRO	48
4.3 O “PLAYBOY”	49
4.4 A COMPETIÇÃO	51
5 SUCESSO E FRACASSO	56
5.1 ADIANTAR	60
5.2 CAPACIDADES INDIVUAIS	63
5.3 SEGURANÇA	65
5.4 COMUNICAÇÃO EM SEGURANÇA	67
5.5 EXPLANAR A BASE	70
5.6 OS PAIS	71
5.7 OS “AMIGOS”	74
6 O CONSUMO	77
6.1 DO CONSUMO AO TRÁFICO	79

6.2 TRÁFICO IDEOLÓGICO	82
6.3 CONSUMO CONSPÍCUO	85
6.4 ÓCIOS DO OFÍCIO	87
6.5 O “ABUSO”	88
7 A VIOLÊNCIA NA PISTA	95
7.1 A NORMALIDADE DO TRÁFICO	98
8 CONCLUSÃO	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
GLOSSÁRIO	112
APÊNDICE	116

1 INTRODUÇÃO

O “consumo de drogas”, a “criminalidade” e a “delinquência juvenil” são temas clássicos que já inspiraram diversas pesquisas em ciências sociais e assumem um destaque cada vez maior no imaginário público, apresentando-se sob a forma de “*fantasmas sociais*” (MISSE,1999). O presente trabalho engloba estes três assuntos, pois remete ao comércio ilegal de drogas praticado por jovens de classe média. Entretanto, não os aborda como “problemas”, mas adota uma perspectiva compreensiva do crime, entendido como algo socialmente construído. Ainda que eu revele informações sobre a dinâmica operacional das redes do mercado ilegal estudado, devo ressaltar que não incorporo uma postura “denuncista”. Busco uma abordagem elucidativa de uma questão polêmica que vem levantando tantas opiniões contraditórias.

Apesar de existirem diversos estudos a respeito do narcotráfico em locais de moradia de baixa renda e sobre o consumo de drogas por grupos da classe média, são poucos os que se referem à comercialização dessas substâncias pelos próprios integrantes das camadas médias. Diante dessa lacuna, encontramos nos meios de comunicação representações um tanto equivocadas desse fenômeno tão atual. O objetivo desse trabalho é justamente o de promover um debate mais fundamentado a cerca do objeto estudado, desconstruindo os pressupostos vigentes e oferecendo dados empíricos que contribuam para essa reflexão.

Nesta dissertação apresento os resultados de uma pesquisa de campo etnográfica realizada junto a uma rede social de traficantes de drogas do Rio de Janeiro oriundos de famílias de classe média e, na sua maioria, pertencentes a uma faixa etária entre os vinte e os trinta e cinco anos de idade. Tive a oportunidade de perceber que, apesar do caráter ilegal dos empreendimentos, não havia uma “cultura de violência” no meio estudado, sendo o uso da força evitado e condenado em questões relativas ao tráfico. Procurei identificar, nas

circunstâncias sob as quais essas redes funcionam, as explicações para a manutenção dos modos de sociabilidade normalizados nas interações entre os próprios traficantes e deles com os demais. Engajei-me, portanto, na compreensão das formas de operação desse tráfico, atentando-me para as relações desenvolvidas com os territórios e para os modelos de organização e hierarquia assumidos na configuração dessas redes

A partir de casos colhidos no discurso ou na observação das práticas, foi possível desenvolver algumas questões próprias à comercialização de drogas nessa modalidade do tráfico, descrevendo-a através da lógica presente nesse mercado. Foram selecionados alguns temas que pareceram mais relevantes, como o da circulação da confiança e dos interesses que influenciam diretamente as práticas. Relatos sobre os fluxos de endividamento e de mercadorias visam situar o leitor com respeito à dinâmica comercial que organiza essas redes, complementando-os com uma análise das flutuações de status no decorrer das carreiras desses traficantes.

Os valores compartilhados entre os pesquisados permeiam a exposição dos dados selecionados, evidenciando-se na fala dos mesmos e acenando para a possibilidade de se compreender o mercado ilegal de drogas não exclusivamente pela sua qualidade de crime, mas também pela sua condição de construto social ordenado por um sistema de referências próprio. Se o lucro é um dos objetivos almejados pelos traficantes, também o é pelos profissionais de qualquer modalidade aquisitiva e os modos observados de regulação das atividades comerciais atendem a um repertório de regras constituído nas próprias relações intersubjetivas.

No convívio com os indivíduos estudados, identifiquei as estratégias através das quais eles lidam com o problema da necessidade de encobrir as suas práticas ilícitas, o que influi tanto nas formas de interação para o tráfico quanto na maneira de se relacionar com o resto do mundo. Destaco também o papel do consumo de drogas na composição dos hábitos desses

traficantes, isto é, da subjetivação efetiva da materialidade com a qual trabalham. Desta maneira, desenho ao longo do texto o estilo de vida dentro do qual as experiências se organizam e através do qual uma apresentação de si mesmo se faz real.

Este trabalho consiste tão simplesmente de expor aspectos da vida do traficante de classe média a partir de um olhar para o mercado que se constitui no conjunto de suas práticas. Procuro descrever o objeto, levando em consideração a ótica dos próprios pesquisados.

1.1 O PROBLEMA DA ACUSAÇÃO

Antes de mais nada, é preciso que se faça uma ressalva. Após ter aplicado repetidas vezes a categoria “traficante” devo problematizá-la um pouco, para não incorrer no risco de tomá-la como pré-concebida. Segundo Turk (1966), o status de um indivíduo não é avaliado pelo que ele é ou faz, mas através da reação dos outros que o percebem, utilizando algum de seus atributos ou um aspecto do seu comportamento como critério. O autor distingue os processos acusatoriais da *criminalização* e da *estigmatização*, de modo que o primeiro é a atribuição de um rótulo por parte das autoridades legais, sendo esta a origem da criminalidade do indivíduo, e o segundo remete às sanções aplicadas por pessoas sem autoridade legal ou aos casos cujos critérios não têm relevância oficial. (TURK,1966)

Misse (1999), por sua vez, aprofunda o entendimento dos “processos sociais através dos quais se materializa a criminalização” distinguindo as etapas da “criminalização de um curso de ação típico idealmente definido como um crime”; da *criminação* de um evento, que o encaixa na “classificação criminalizadora”; “da incriminação do suposto sujeito autor do evento”; e, por fim, da *sujeição criminal*, através da qual os sujeitos considerados potencialmente criminosos passam a compor um tipo social. (MISSE,1999)

Os indivíduos e comportamentos são, portanto, “desviantes”, quando são assim acusados. Segundo Becker (1977), “os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como marginais e desviantes” (BECKER, 1977, p.60). Para o autor, não há um consenso em torno das regras a serem aplicadas às situações específicas nas sociedades modernas e verificam-se disputas políticas de significações morais para a definição das regras a serem impostas aos outros. Desta maneira, um comportamento percebido como desviante com referência a um arranjo particular de regras, pode estar de acordo com as regras de um grupo do qual o indivíduo participa e cujos controles sociais operam com motivações concorrentes às do outro grupo.

Para a realização da pesquisa, foi utilizada a categoria de acusação “traficante”, levando em conta uma classificação penal, mesmo que a maioria dos indivíduos pesquisados não tenham passado por processos legais de incriminação ou que sequer sejam assim acusados pelas demais pessoas com as quais se relacionam. No entanto, o uso dessa categoria se justifica pelo possível enquadramento das práticas desses atores no que constitui o crime de tráfico de entorpecentes e pela ampla consciência que eles têm de que devem encobrir suas atividades para não sofrerem as sanções prescritas em lei. Como resposta às críticas ao seu conceito de “desviante secreto”, em virtude da ausência da acusação para que se possa falar em desvio, o próprio Becker (1991) concluiu que “o desvio secreto consiste em estar vulnerável aos procedimentos comumente usados para descobrir os desvios de um tipo particular e em estar numa posição na qual será fácil fazer a definição proceder” (BECKER, 1991, p.187, tradução minha).

Tendo em vista essas ponderações, considero as perspectivas dos indivíduos estudados, sem adotar qualquer proposta corretiva e empenhando-me na compreensão da organização social dessa modalidade do comércio informal ilegal de drogas, definido como

crime por processos sociais complexos. No contexto atual, no qual a problemática da segurança pública ganha um destaque cada vez maior, sob a hegemonia dos discursos conservadores veiculados pela mídia, a realização de estudos compreensivos de práticas criminalizadas se faz primordial. Por menor que seja a contribuição desse tipo de pesquisa para a elaboração de políticas públicas, é importante que as ciências sociais assumam o seu papel de esclarecer as dimensões de conflitos representados sob o signo da acusação social hegemônica.

1.2 METODOLOGIA

Este trabalho baseia-se em um estudo de caso que tomou por referência uma rede social (*social network*) e selecionou os informantes com base no seu envolvimento com atividades passíveis de enquadramento na classificação penal de tráfico de entorpecentes. Esta rede social foi acessada a partir de um informante principal, João, o qual ofereceu contribuições fundamentais para o trabalho, tanto por fornecer ricos depoimentos, quanto por inserir a pesquisadora na rede estudada, de maneira que a sua participação fosse percebida com naturalidade. Verificou-se um conteúdo (*content*) referente ao significado básico que os indivíduos atribuem ao seu relacionamento (MITCHEL, 1969) e que, entre os membros da rede estudada, está determinado pelo desenvolvimento das relações paralelas de amizade e negócios.

Esta rede é bastante complexa e, por mais que João seja o ponto de partida, não assume qualquer centralidade objetiva. Ao longo da pesquisa, apareceram personagens que conectam diferentes redes às quais não tive tanto acesso, mas que permitem conceber uma integração de diversas delas em torno do tráfico de drogas. Eu pude constatar uma superposição de redes indistinguíveis umas das outras, porém observei uma variação significativa da “*conexidade*” (BOTT, 1976) nas suas diversas ramificações, compondo

alguns núcleos ou círculos de amizade que se alteram com o tempo. Compreendo “*conexidade*” segundo a definição elaborada por Bott (1976) para distinguir entre “*malha estreita*” e “*malha frouxa*” nas redes sociais das famílias que estudou, tratando-se da “extensão em que as pessoas conhecidas por uma família se conhecem e se encontram umas com as outras, independentemente da família” (BOTT, 1976, p. 76). Partindo da constatação de que as redes se interconectam, os depoimentos e observações tiradas da interação com indivíduos sem ligação direta com a rede social que é a base para o trabalho, foram igualmente considerados, uma vez que se inserem no contexto do mercado ilegal de drogas praticado por jovens de classe média.

Para a realização da pesquisa de campo, foi utilizado o método da observação participante e das entrevistas “informais”, nas quais perguntei somente o que foi coerente com o andamento da conversa. Segundo Becker e Geer (1970b), “tais conversas são, de diversas maneiras o equivalente funcional da entrevista e podem ser usadas para colher o mesmo tipo de informações” (BECKER e GEER, 1970b, P.151, tradução minha). Para os autores, a observação participante oferece ao pesquisador um rico contexto de experiências que lhe possibilita dar-se conta de fatos incongruentes e não explicados, sensibilizando-o para as suas implicações e conexões com outros fatos observados, impulsionando-o a revisar continuamente as suas orientações teóricas e as questões de pesquisa (BECKER e GEER, 1970a).

Tratando-se do estudo de um objeto ainda pouco explorado pelas ciências sociais, no Brasil, foi somente através da imersão etnográfica que os problemas específicos a serem estudados puderam ser levantados e continuamente reformulados, dada a oportunidade ir e voltar e de testar diferentes hipóteses, que as conversações informais oferecem. A ilegalidade dos empreendimentos e a postura de encobrimento assumida pelos indivíduos pesquisados também impossibilitou a realização de entrevistas formais e a aplicação de questionário,

sendo mal aceita a mera suposição de realizá-los, quando sondada a viabilidade desse meio investigativo. Tanto melhor, pois além de afastar os meus informantes, eu teria comprometido a absoluta naturalidade da qual surgiram os depoimentos colhidos.

A ausência de uma implantação territorial identificável ou mesmo de uma delimitação mais ou menos precisa de um grupo representaram alguns dos obstáculos à realização do trabalho de campo. Não havia nenhuma esquina ou centro comunitário para que eu pudesse passar o tempo com os meus “rapazes” tal como Foote Whyte (1993) fez com os seus, em sua exemplar etnografia. Nem tão pouco me era possível tornar-me uma traficante de drogas para experimentar o objeto, da mesma maneira em que Wacquant (2002) tornou-se um boxeador, integrando-se ao grupo estudado e assimilando as suas experiências com o próprio corpo. Era preciso inovar os métodos de pesquisa para torná-la possível.

A inserção no campo não foi posterior ao interesse pelo objeto, mas antecedeu a sua escolha. Posso adiantar que fui uma frequentadora assídua de forrós entre os anos de 1999 e 2002, passando algumas temporadas de férias em Itaúnas, uma cidade de veraneio no Espírito Santo e espécie de “capital” dos “forrozeiros” do sudeste, onde passei a conhecer alguns traficantes de drogas. Esse foi o período de auge do forró entre os jovens de classe média tanto no Rio de Janeiro, como em São Paulo, Vitória e Belo Horizonte e, dado o usual consumo de maconha e LSD pelos “forrozeiros” da época, diversas conexões interestaduais foram promovidas entre os traficantes-participantes. Mais do que um estilo musical, o forró representou um verdadeiro estilo de vida para muitos jovens que assumiam uma postura hedonista e despreocupada, viajando atrás de boa música, bons parceiros de dança e amores de verão.

Foi nesse contexto que eu conheci a maior parte dos que vieram a se tornar os informantes da minha pesquisa e eles próprios haviam me apresentado às festas rave que passei a frequentar. Curiosamente, há grandes semelhanças quanto à forma de envolvimento

dos jovens das capitais do sudeste brasileiro com estes dois movimentos culturais. Tais traficantes importaram o prestígio de que gozavam no forró para a cena do eletrônico e alguns deles assumiram um papel de destaque neste meio. Atualmente, encontram-se, na sua maioria, afastados de ambos os circuitos.

Os métodos empregados para estudar os traficantes de classe média, assim como em Adler (1993), foram diretos e pessoais (*direct and personal*). Se não me aprofundo nas explicações sobre a maneira através da qual me inseri na rede em especial estudada, é para preservar o anonimato dos informantes que se dispuseram a colaborar com a pesquisa, bem como o daqueles que acabaram contribuindo sem que eu tivesse a oportunidade adequada de expor as minhas intenções de pesquisadora. Ao longo do texto, menciono alguns contextos nos quais as observações foram feitas, esclarecendo progressivamente as técnicas de imersão etnográfica empregadas. Dentre elas destaco: a oferta de caronas para festas ou tão simplesmente de um lugar para o outro, forjando uma intenção de também estar “indo pra lá”; a frequência em “noitadas” somada a uma bajulação necessária; e a convivência com alguns dos pesquisados nas suas rodas mais íntimas de socialização.

A minha presença em campo não foi interpretada somente como uma iniciativa de trabalho investigativo (salvo no meu foro mais íntimo) e eu estive ao lado das pessoas pesquisadas por motivações outras que não apenas as da pesquisa. Numa ocasião, cheguei a comentar com alguns informantes: “vocês nem percebem quando eu estou entrevistando, não é?”, ao que me foi respondido por apenas um deles: “Eu percebo.”

Na apresentação do texto, utilizo pseudônimos para referir-me aos informantes e privilegio a exposição volumosa dos relatos, procurando mantê-los os mais integrais dentro do possível, ciente da crítica de Gluckman (1994) ao uso do “caso” e do “caso desdobrado”. O autor propõe que o uso mais fecundo do material etnográfico deve estabelecer as devidas conexões entre uma série de incidentes ligados às mesmas pessoas ou grupos, no decorrer de

um período suficientemente longo e demonstrar como esses incidentes se relacionam com o desenvolvimento e a mudança nas relações sociais entre essas pessoas e grupos, agindo no quadro de sua cultura e de seu sistema social (GLUCKMAN, 1994). No entanto, ressalto que as redes que estudo não oferecem a mesma possibilidade de abordagem que as sociedades pesquisadas nas grandes monografias aludidas pelo autor, dado o caráter fractal da “realidade” observada e a conseqüente fragmentação dos dados que se permitem ser colhidos. Devo assinalar que esta dissertação não oferece uma descrição fidedigna de uma realidade empírica apreensível, mas apresenta os resultados da negociação historicamente contingente de uma verdade produzida no contexto da realização da etnografia.

O trabalho de campo não pode aparecer fundamentalmente como um processo cumulativo de coletar “experiências” ou de “aprendizado” cultural por um sujeito autônomo. Ele deve, antes, ser visto como um encontro historicamente contingente, não controlado e dialógico, envolvendo, em alguma medida, tanto o conflito, quanto a colaboração na produção dos textos. (CLIFFORD, 2002, p.223)

Se, de certo modo, dirijo a ordem de apresentação dos relatos de maneira a encadeá-los em concordância com os temas que trato em cada sessão, fazendo valer a minha autoridade de pesquisadora, por outro lado, dou voz aos meus informantes e deixo que as observações de campo falem mais do que eu mesma, construindo um texto até certo ponto *polifônico* (CLIFFORD, 2002).

2 O TRÁFICO DA PISTA

Vêm sendo noticiadas na mídia sucessivas operações das polícias civil e federal para prender “jovens de classe média” envolvidos com o tráfico de drogas, baseadas em investigações que se utilizam de escutas telefônicas e, na maioria das vezes, iniciadas a partir de denúncias. Diante dessa realidade sobre a qual se conhece muito pouco, os meios de comunicação vêm aplicando algumas categorias para simplificar a exposição do material publicado sobre a emergência dessa nova modalidade de tráfico, mas se confundem na complexidade dos casos que aparecem. Algumas reportagens referem-se aos traficantes de classe média como jovens que freqüentam raves, onde vendem drogas sintéticas, afastando-os radicalmente de qualquer envolvimento com as redes do tráfico que operam nas favelas. Entretanto essa classificação não dá conta das prisões de traficantes acusados de vender paralelamente ecstasy e LSD importados e maconha adquirida em algum “morro”. Há também sempre um esforço em tratar os presos de uma mesma operação enquanto uma quadrilha, mas não fundamentam essas afirmações e sequer explicam como é que traficantes surpreendidos com drogas diferentes e acusados de negociá-las por meios diversos são agrupados em uma mesma quadrilha.

Como, então, podem os mais variados casos que vêm a público pertencer a uma mesma modalidade de tráfico na qual são compiladas as ocorrências envolvendo “jovens de classe média” e, no entanto, incluir pessoas com mais de trinta anos e menos de vinte, filhos de taxistas e filhos de empresários? O que particulariza essas redes do tráfico de drogas em relação às demais, distinguindo-as tanto daquelas que operam nas favelas, quanto dos grupos organizados de classe alta que movimentam grandes volumes de drogas e desenvolvem esquemas de suborno das autoridades e de lavagem de dinheiro?

Utilizo “classe média” como categoria nativa, de maneira a abranger sob essa definição, os diversos estratos sociais que se auto-intitulam enquanto tal. Já para facilitar a compreensão do que tomo por “jovens” de “em média” vinte a trinta e cinco anos de idade, exemplifico com a maneira como Eugênio (2006) definiu a “faixa-etária” dos frequentadores da “cena carioca” a qual estudou:

“Aderir a um estilo de vida jovem” é o que permite, também, para a cena como um todo, a convivência como “iguais” a sujeitos pertencentes a pelo menos duas gerações, resultando em um conjunto que recobre uma ampla faixa etária, impossível de ser concebido como “grupo de idade” (EUGÊNIO, 2006, p. 170).

Os recortes etário e de classe, portanto, não são eficientes para delimitar o que pode ser compreendido nessa modalidade do tráfico praticada principalmente, mas não exclusivamente, por jovens de classe média. Nem tão pouco podemos classificar em função do tipo de droga vendida, pois várias delas são comercializadas nessas redes, podendo um mesmo traficante negociar diferentes mercadorias. Até o tradicional recorte entre o atacado e o varejo é insuficiente para caracterizar tal modalidade de tráfico, uma vez que ela engloba essas duas dimensões da atividade comercial.

A mesma dificuldade que os jornais encontram para definir categorias que reúnam esses novos casos que passaram a comparecer nas páginas policiais se coloca também na proposta de delimitar essa modalidade de tráfico enquanto um objeto em particular a ser estudado. Torna-se necessário estabelecer relações de semelhança e diferença, concorrência e cooperação com as demais modalidades praticadas nesse mercado ilegal, privilegiando a comparação com o tráfico das favelas, por ser um campo de estudos consolidado, além de guardar uma série de relações e possíveis comparações com o chamado tráfico “da pista” ou “do asfalto”. A definição do objeto permeia todo o trabalho, pois se tratando de um tema ainda pouco explorado pelas ciências sociais, a demanda por um recorte adequado se faz primordial.

Barbosa (2005) assinala a existência das “esticas”, isto é, pontos de venda no “asfalto” subordinados aos grupos que dominam o tráfico nos morros, os quais não devem ser confundidos com aqueles que também trabalham no asfalto, porém o fazem por encomenda telefônica (BARBOSA, 2005). Tais articulações híbridas aumentam a dificuldade na realização de um recorte suficientemente preciso. No entanto, ressalto que as redes estudadas do tráfico “da pista” aproximam-se mais das tais encomendas telefônicas do que das “esticas”, embora adquiram feições bem mais complexas e passem a compor uma modalidade específica do mercado ilegal de drogas com extensões do varejo ao atacado e com uma ampla variedade de drogas sendo comercializadas.

Procurei compreender o funcionamento dessa modalidade do tráfico articulada em redes relacionais fundadas na amizade e cuja operação não é territorializada, mas pulverizada, sem que existam pontos de venda reconhecíveis. Trata-se de uma investigação da organização de um mercado ilegal de entorpecentes, no qual não se observa uma estrutura de “crime organizado”. Empreendedores individuais associam-se, mas não compõem grupos com diferenciação funcional interna e nem devem respeito a uma hierarquia de mando. Este trabalho refere-se, assim, ao estudo de uma **sociabilidade** específica em torno do tráfico de drogas, que se distingue de todas as demais formas de interação observadas no conjunto mais amplo desse mercado.

O tráfico “da pista” reúne indivíduos oriundos de esferas de significação distintas e que não se orientam por um sistema de referências comum a não ser no que diz respeito às suas práticas comerciais. Eles freqüentam lugares diferentes, não compartilham dos mesmos gostos, origem social, nível educacional ou posturas políticas e ainda assim podemos observar um sistema de crenças e valores que orientam as condutas relativas a esse mercado ilegal. A outra possibilidade mais próxima de agrupar esses traficantes em um mesmo espaço social onde possa haver algum sistema simbólico compartilhado é falar em juventude urbana ou

carioca (mesmo que o universo da análise também incluía Niterói) de classe média (na sua definição mais abrangente).

Não há uma sobreposição precisa entre tráfico de drogas e festas rave, tal como a mídia sugere, nem com qualquer movimento cultural específico. As redes desse comércio se articulam atravessando as fronteiras do eletrônico, forró, reggae, boates, posto nove ou dez, Itacoatiara, academias de ginástica, escolas, universidades, galeras de condomínio ou de rua, etc. Uma vez que os jovens transitam por diferentes espaços de socialização, também transitam os traficantes de classe média, formando contatos variados para a obtenção das mercadorias e comercializando-as entre amigos e conhecidos com os quais se relacionam em quaisquer desses espaços.

Em sua etnografia dos festivais de música eletrônica, Cavalcante (2005) ressalta o papel das drogas psicoativas na obtenção de um êxtase coletivo e menciona o desenvolvimento de um mercado internacional de drogas viabilizado pela atuação de comerciantes-participantes que estabelecem conexões entre esse comércio internacional e os frequentadores dos festivais. Apesar do tráfico praticado por jovens de classe média se estender para outros contextos que não o dos *festivais* ou das raves, é necessário elucidar a relação da proliferação desses eventos com a aparente expansão dessas redes, cujo fluxo comercial está em boa parte associado às drogas que atendem à demanda de consumo produzida nesses contextos.

Tendo em vista que a juventude de classe média representa o principal mercado consumidor para as drogas ilegalmente comercializadas, a adesão desses jovens a tais práticas comerciais é um desdobramento coerente com essas circunstâncias. Certamente, é preferível ao usuário comprar drogas com seus próprios amigos, acionando redes de relação, do que expor-se, procurando pontos de venda reconhecíveis e, portanto, perigosos, em vista dos

riscos que essa visibilidade proporciona.¹ O traficante de classe média, portanto, opera em grande vantagem com relação ao que se estabelece nas favelas da cidade.

O motivo do espanto das pessoas ao saber do envolvimento desses jovens é a crença no argumento da falta de oportunidade como a causa dos comportamentos que violam as leis, o que não cabe de modo algum para explicar o caso em questão.² Mesmo que esses traficantes não sejam todos “filhinhos de papai” tal como a mídia às vezes sugere, são indivíduos oriundos de famílias que lhes oferecem algum suporte para buscar o êxito na estrutura de classes através de meios lícitos, podendo aspirar a uma inserção bem remunerada no mercado de trabalho. Entretanto, as suas escolhas os conduzem à infração da lei, incorrendo no risco de serem severamente penalizados pela justiça e terem os seus projetos individuais arruinados.

A identificação das motivações que os induzem a tal comportamento, entendendo motivação como “uma expressão, ao nível individual, de representações coletivas” (VELHO, 2004, p. 42), muito nos revelam a respeito da juventude das camadas médias urbanas. Os traficantes de drogas estudados são, na sua maioria, indivíduos “descolados”³ que transitam pelos diversos espaços simbólicos que compõem o chamado “mundo jovem” assumindo um papel mediador entre os sistemas de referências concorrentes. Quanto mais ecléticos forem os seus “contatos”, maior será o sucesso de suas práticas comerciais, pois essa “profissão” consiste justamente em “fazer a ponte” entre pessoas que não se conhecem ou pelo menos não se relacionam. Dessa maneira, as redes de relações que se configuram no mercado ilegal de drogas atravessam as mais diferentes esferas de sentido e desenvolvem um código comum em torno da negociação dessas mercadorias.

¹ A visibilidade do “movimento” o submete às disputas por território entre grupos do tráfico e o coloca na mira da polícia que cobra o “arrego” para não invadir em combate armado e nem “sufocar” os consumidores. A necessidade de se estabelecer pontos de venda reconhecíveis está intimamente relacionada à demanda pelo armamento pesado empregado na defesa da área de atuação. Ver detalhes mais adiante.

² Para uma crítica às teorias materialistas de explicação do comportamento criminoso, ver Katz, 1988, capítulo IX.

³ Gíria popular para designar pessoas extrovertidas, capazes de improvisar e hábeis nas inteirações sociais diversas. O seu oposto seriam as pessoas “agarradas”.

Ao longo da pesquisa, pude observar que os traficantes manipulam a contradição entre a necessidade de encobrir suas práticas ilícitas, restringindo a rede de indivíduos com os quais se relacionam comercialmente e a vantagem de expandir essas redes, lucrando com a diversificação de contatos para compra e venda de mercadorias. Em respeito às normas de segurança dessa modalidade do tráfico, não se pode colocar um amigo “na fita” de um traficante, a não ser que este seja antes consultado e esteja de acordo. Assim, o jovem interessado em “adiantar” (ajudar) seus amigos que queiram adquirir drogas, não pode oferecer o contato de seu fornecedor e deve ele mesmo comprar em maior quantidade e repassar aos amigos.⁴ Este é o mecanismo pelo qual as redes se ampliam sem expor demais os traficantes e é também o primeiro passo no envolvimento de um indivíduo na prática do tráfico. Essa passagem de usuário a vendedor não se dá por uma decisão interna que produz algum marco numa trajetória, mas por uma seqüência de empreendimentos descompromissados, através dos quais o jovem se encaminha para o tráfico, sem se dar conta da gravidade do processo.

As complexas redes acabam por conectar os mais diferentes “grupos” que figuram a juventude urbana. “Seguindo” uma rede de amigos que conheci no forró, dentre os quais muitos vendiam drogas, fui parar nas raves, apartamentos e boates de música eletrônica da zona sul, reggaes, posto nove e dez de Ipanema, na praia de Itacoatiara, em churrascos no quintal de casas na região oceânica de Niterói, carrocinhas de cachorro-quente no Rio Comprido, botecos do Cubango, feriados no Sana⁵, etc.. Isso por que nunca me inteirei a respeito das redes que eu poderia acionar a partir da universidade ou da academia de ginástica que “dizem” serem lugares centrais na ampliação dos contatos para o comércio ilegal de drogas.

⁴ “As vendas eram, na verdade, uma ajuda aos colegas que não tinham um “bom contato” para comprar drogas” (O Globo, terça feira, 13/11/2007, 2ª edição)

⁵ Distrito na região serrana de Macaé.

Posso afirmar com segurança que os traficantes estudados não constituem um grupo e nem compartilham dos mesmos gostos, crenças e valores a não ser no sentido mais amplo do que podemos chamar de juventude urbana de classe média. O que os unifica e diferencia enquanto um objeto para a pesquisa etnográfica é a modalidade do seu envolvimento com a prática da transação de entorpecentes, caracterizada por uma sociabilidade específica que particulariza o que chamei de tráfico “da pista” (ou do asfalto).

Complexas redes conectam jovens de todas as partes e de todos os gostos em torno da distribuição e consumo de drogas e a possibilidade dessa integração se dá através de uma sociabilidade específica característica desse mercado ilegal, cuja forma é preciso assimilar para poder se inserir nesses arranjos relacionais. Tomando por referência o Rio de Janeiro e Niterói, penetrei nessas redes para compreender essa maneira de se relacionar que organiza os contatos de compra e venda, tanto no varejo quanto no atacado, e demarca as possibilidades de interação, apreendendo no discurso e na observação das práticas, os sistemas de referências que orientam as atividades do tráfico de drogas entre os jovens de classe média.

2.1 SOCIABILIDADE NORMALIZADA

O mercado informal ilegal de drogas operante nas aglomerações urbanas de baixa renda do Rio de Janeiro, ou o “movimento”, caracteriza-se pela *sociabilidade violenta*,⁶ isto é, pela interação baseada em um individualismo que promove a relação objetal com o outro e a interação fundada nos princípios de subjugação pela força (MACHADO DA SILVA, 1999). Esse volume de violência não é próprio ao tráfico de drogas, uma vez que o mesmo não se verifica em outras grandes cidades de outros países (MISSE, 2003) e a particularidade do “movimento” pode ser compreendida através da análise dos processos de *acumulação social*

⁶ Segundo a hipótese de Machado da Silva (1999), “as organizações criminosas são portadoras de uma visão de mundo em formação que cancela a relação de alteridade que tem sido pensada como fundamento da vida coletiva” (MACHADO DA SILVA, 1999, p.123).

da violência (MISSE,1999). Para Zaluar (2004), dentre os elementos que produzem uma cultura na qual é generalizado o recurso à violência para a resolução de conflitos estão a:

[...] interiorização de uma ideologia individualista moderna em que a ilusão quanto à liberdade da pessoa está atrelada a uma concepção extremamente autoritária de poder e o *ethos* da virilidade, que impõe ao homem que não deixe nenhuma provocação sem resposta. (ZALUAR, 2004, p.62)

No entanto, nas redes de tráfico “da pista”, já pude observar que o emprego da força é condenado e evitado, mesmo nas situações como a “volta” (o não pagamento de débitos) ou a suspeita de delação, em que se faria necessário, segundo a lógica habitual dos mercados nos quais são comercializadas mercadorias criminalizadas. Não são raros os casos de “vacilação” (falha ou trapaça) nas relações de crédito entre os próprios traficantes e houve casos narrados nos quais a retaliação violenta foi até cogitada, mas nunca colocada em prática. A própria ausência da posse de armas pelos traficantes já é um forte indicador da predominância de uma **sociabilidade normalizada** nas interações em torno da negociação das drogas. Tomo por referência o conceito de *normalização* tal como utilizado por Misse que, inspirado por Elias, Foucault, Hirshman, Bellah e outros, o definiu como o:

[...] complexo processo histórico-social que mobilizou os “indivíduos” (que são, por definição, imaginados como potencialmente desafiados no interior de uma formação social que reclama a sua filiação) a auto-regularem sua presença e sua ganância (de necessidades, interesses e desejos), através da socialização do “valor de si” como valor próprio que deriva do desempenho do “auto-controle” (MISSE,1999, p.48).

A criminalização das mercadorias determina que o comércio das mesmas não esteja sujeito ao controle do Estado e é, portanto, comum que se desenvolvam estratégias violentas para a regulação dos mercados ilegais, especialmente por envolver a circulação do capital econômico. Ainda assim, insisto em afirmar que no tráfico “da pista”, mesmo que alguns informantes possam lembrar algum caso no qual alguém tenha sido coagido por uma arma durante algum procedimento de cobrança, esse comportamento é moralmente condenado

pelos traficantes e as armas lhes são artigos dispensáveis. Outros mecanismos de controle social atuam na inibição à traição da confiança depositada em um agente.

Como então é possível a existência de um rentável mercado informal de drogas ilegais caracterizado por uma “sociabilidade normalizada”? O contraponto com as redes de tráfico que se espalham pelos redutos de moradia de baixa renda no Rio de Janeiro evidencia as diferenças de circunstâncias nas quais se desenvolvem estas distintas modalidades de associação para a mesma transgressão. A comparação das dinâmicas territorial e organizacional dessas redes fornece elementos importantes para a compreensão dos aspectos que contribuem ou não para a demanda pelas armas e toda a cultura de violência que se constrói em torno delas. É possível destacar também, o papel das diferentes relações com o Estado e a circulação das *mercadorias políticas*⁷ na formação dos modos violentos ou normalizados de interação na associação para o tráfico.

2.2 TERRITORIALIDADE

As redes do tráfico das favelas apostam na **visibilidade** para facilitar a identificação dos pontos de venda pelos consumidores, que não são apenas conhecidos, mas também estranhos que procuram as “bocas” para comprar drogas, estabelecendo relações estritamente comerciais. A dimensão territorial ganha, então, uma enorme importância, de modo que os traficantes passam a disputar os territórios para a venda entre si e ainda precisam defendê-los da polícia que, sabendo localizá-los, cobram o “arrego” (suborno) para não as invadirem em combate armado. É bastante óbvia a relação da territorialidade desse tráfico com a demanda pelas armas, com a “organização” do crime e com a compra de *mercadorias políticas* (MISSE, 1999). Essa associação também se encontra em Barbosa (2005), segundo o qual o tráfico de drogas é um comércio que precisa estar “*plantado*” num território e formar uma

⁷ Misse define “*mercadoria política*” como “toda mercadoria cuja produção ou reprodução depende fundamentalmente da combinação de custos e recursos políticos, para produzir um valor de troca político ou econômico” (MISSE, 1999, p.295).

freguesia, o que implica em negociar um “*alvará de funcionamento*” com a polícia (BARBOSA, 2005).

Zaluar (1994) chamou a atenção para o papel do *ethos* da masculinidade na interpretação da invasão da área ou vizinhança como uma tentativa de emasculação, articulando o território a um valor da cultura viril:

Área invadida é área emasculada. Seus defensores ficam desmoralizados no local. Do mesmo modo que um homem não pode levar uma ofensa sem resposta — “tem que ter volta”, a área não pode ser pisada ou tomar tiros sem reagir, o que pode provocar as rixas intermináveis e um processo interminável de violência, ou seja, a guerra. (ZALUAR, 1994, p.109)

Ao aplicar a Teoria dos Grafos para modelar as redes e os sistemas do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, Souza (1996), apesar de privilegiar “vértices diretamente vinculados com as favelas enquanto **loci** do tráfico,” inclui também:

[...] vértices representativos de diversos *loci* do “asfalto” de onde operam atores sociais envolvidos com o tráfico que mantém relações com (...) pequenos traficantes, usuários-revendedores, etc. utilizando-se de apartamentos de classe média, boates, estabelecimentos de ensino etc.. (SOUZA, 1996, p.51)

O autor ainda distingue entre essas ramificações e as redes dos grandes atacadistas que residem no asfalto, classificando as primeiras enquanto *subssistemas do varejo*. No entanto, a pesquisa realizada com traficantes “da pista”, identifica uma autonomia desses subssistemas em relação às redes articuladas nas favelas: não obedecendo a vínculos de subordinação; diversificando as fontes para o fornecimento de drogas que, às vezes, excluem tais redes dessa intermediação; comercializando paralelamente mercadorias obtidas diretamente através do tráfico internacional, como no caso das drogas sintéticas; e, por fim, chegando a inverter os fluxos comerciais, isto é, fornecendo drogas para algumas “bocas”, em ocasiões esporádicas, sem que isso os coloque na posição de grandes atacadistas.

Por mais fecunda que seja a iniciativa de modelar as redes e os sistemas do tráfico de drogas, tomando por referência os territórios nos quais operam os diferentes atores, não se pode perder de vista as relações específicas que os traficantes mantêm com esses territórios no cotidiano de suas práticas. Nos estudos sobre o varejo de drogas nas favelas do Rio de Janeiro, a dimensão sócio-espacial é central, de maneira que é possível falar em *territórios contínuos* (Souza, 1995), as favelas, e *territórios descontínuos* (Souza, 1995), abrangendo várias favelas enquanto a base territorial de um “dono”. Contudo, as redes do tráfico que operam no asfalto apresentam uma dinâmica sócio-espacial de outra ordem, conferindo novos significados ao território e utilizando-se de “territorialidades alternativas”.

Os traficantes de classe média encontram, no seu próprio círculo de amigos e conhecidos, os clientes para quem comercializam drogas tanto para o consumo quanto para a revenda. É através das relações de amizade que se estabelecem todos os contatos que viabilizam a circulação desse mercado configurando redes complexas e interconectadas. Mesmo quando o objetivo da relação é estritamente comercial, força-se alguma amizade, de modo que as partes se conheçam melhor, uma vez que eles procuram sempre vender “só para os camaradas”.

Tal característica dessa modalidade de tráfico permite o funcionamento de uma rede pulverizada, sem que seja preciso estabelecer pontos comerciais reconhecíveis e, portanto, não se produz uma necessidade imediata de defesa armada, não havendo um território em jogo. Surgem novas territorialidades a serem exploradas envolvendo desde os espaços onde ocorrem as negociações como a internet, telefonemas, lugares públicos, academias de ginástica, universidades e residências particulares, até a noção de clientela que demarca “áreas” relacionais (não espaciais) fluidas para a atuação dos traficantes, implicando na existência de uma espécie de diplomacia entre eles.

A “invisibilidade” dessas redes só é possível mediante o:

[...]desenvolvimento de complexos sistemas de reconhecimento para garantir alguma segurança de maneira a compor um mapa de classificação das pessoas e lugares, permitindo uma certa flexibilização de reações e comportamentos (VELHO, 1998, p.14).

Em contraste com a postura de enfrentamento e/ou suborno das autoridades, assumida pelos traficantes das favelas na sua relação com a polícia, os traficantes “da pista” encobrem as suas atividades e só recorrem ao suborno após “rodarem”, isto é, serem pegos com flagrante ou provas obtidas em escutas telefônicas, durante prolongadas investigações policiais, normalmente iniciadas a partir de denúncias. Coloca-se então uma importante contradição a ser aprofundada, posto que os traficantes devem ampliar as suas redes relacionais para a comercialização das drogas, lucrando com a sua popularidade, mas por outro lado, eles precisam restringir seus contatos para minimizarem o risco de serem descobertos.

Em reportagem recente sobre a prisão de um traficante de classe média na Barra da Tijuca, aparece uma referência (um tanto fantasiosa) às disputas por territórios para a atuação nesse comércio ilegal:

Mercado da droga conquistado à tapa

O delegado explicou que Carlão mantinha a exclusividade na venda de ecstasy em festas, principalmente na Região da Zona Sul, com uma tática simples. Acompanhado de amigos fortes como ele, costumava espancar eventuais concorrentes. Não raro, o traficante se envolvia em brigas. Ele tem cinco passagens pela polícia por agressão e ameaça. Nas festas que realizava em casa, as confusões com vizinhos eram freqüentes. À tarde no condomínio, os vizinhos chegaram a comemorar a prisão. (Jornal O Globo, 09/10/2007)

Para a infelicidade do delegado que “acredita” ter prendido o maior traficante de ecstasy do estado, aqueles que realmente movimentam grandes quantidades da droga sintética não as vendem no varejo como foi dito sobre o acusado em questão e procuram restringir as suas vendas no atacado aos amigos de confiança, tornando-se cada vez mais discretos e,

principalmente, jamais vendendo em festas. Os “grandes” traficantes desse mercado vendem muito mais do que mil comprimidos por semana, tal como a reportagem sugeriu que o “Carlão” vendesse, e não comprem de fornecedores de São Paulo, mas trazem a mercadoria da Europa com as suas próprias “mulas”.

Tomemos também o caso da disputa por território. Por mais desvairada que seja a idéia de que um comerciante varejista pudesse monopolizar a venda de ecstasy na Barra da Tijuca e na Zona Sul do Rio de Janeiro, sendo este um mercado tão amplo, é plausível supor que o “pitboy do tráfico”, como foi chamado, de fato brigasse com os seus “concorrentes”. No entanto, ele não poderia conquistar qualquer exclusividade, pois a noite carioca se multiplica em inúmeros espaços, enquanto um simples mortal só consegue ocupar um de cada vez. Além disso, a venda dessas drogas ocorrem de maneira discreta para não chamar a atenção dos seguranças dos estabelecimentos e nem dos possíveis policiais infiltrados.

Acrescento ainda que uma prática comum entre os consumidores tem sido comprar com antecedência para garantir a droga, pois atualmente só os mais inexperientes ou incoseqüentes “vendem na noitada”. Se a disputa territorial violenta era realmente praticada pelo acusado, sendo o seu envolvimento com o tráfico ostensivo e exposto ao conhecimento público, não parece restar dúvida sobre o motivo da sua prisão, enquanto tantos outros traficantes passam despercebidos pela vigilância policial e as festas continuam “regadas” a drogas sintéticas por eles vendidas.

2.3 ORGANIZAÇÃO E HIERARQUIA

As disputas por territórios, constituídas em guerras de fato, estão intimamente relacionadas com a organização do “movimento” sob uma estrutura hierárquica local (em constante reorganização) na qual os diferentes cargos se distribuem entre os integrantes, distinguindo as funções bélicas das comerciais, que precisam estar coordenadas sob uma

dominação legítima. Essa dinâmica organizacional é fundamental para a eficácia do comércio e para a manutenção do poder sobre o território.

O movimento não está diretamente subordinado a grupos estratégicos do crime organizado, mas constitui *redes horizontais de proteção mútua* (MISSE, 2003) para articular a defesa das suas áreas de atuação.

É necessário lembrar que o que denominamos de comando é na verdade um espaço de negociação permanente, construído a partir das cadeias. Não é possível pensar em uma organização hierárquica rígida, com lideranças *acima* dos donos do morro. Trata-se de grupos que se apresentam como blocos territoriais, onde não existe uma oposição segmentar que possibilite a articulação de um sistema piramidal. (BARBOSA, 2005, p.389).

Mesmo os contatos para a obtenção de drogas são independentes da participação dos comandos, de modo que cada dono de morro tem o seu *matuto* (fornecedor) e, se não o possuir, depende de outros donos aliados que o *fortalecem* com a droga (BARBOSA, 1998). Segundo Barbosa, a rede do tráfico de drogas é composta por diversas articulações singulares quanto ao seu lucro, riscos e mecanismos de negociação, havendo distintos operadores nos processos de intermediação da droga até chegar ao comércio varejista que, por sua vez, também possui o seu próprio lucro, riscos e mecanismos de negociação (BARBOSA, 2005).

A estrutura dos grupos locais do varejo de drogas foi sempre baseada no sistema de consignação de vendas, a partir do “dono” ou “gerente geral”. A mercadoria é adiantada para os subgerentes e o processo continua até os vendedores diretos, os “vapores”. O movimento de retorno do pagamento é baseado na noção de “dívida” e deve ser feito, impreterivelmente, dentro de um prazo mínimo. O não-pagamento é interpretado como “banho” (logro, furto ou falha) e o devedor, na primeira reincidência, é morto num ritual público de crueldade. O sistema de consignação articula-se, assim, a uma hierarquia mortal de “credor/devedor” (MISSE, 2003, p.6).

Assim como no “movimento”, a hierarquia do tráfico de classe média remete a uma espécie de pirâmide dos fluxos comerciais, também marcada pelas relações de crédito, entretanto os empreendimentos são individuais, havendo associações pontuais, nas quais a validade dos “contratos” firmados refere-se apenas às transações em questão. Não há uma

hierarquia de mando, mas apenas de status, uma vez que não se configura qualquer organização em torno de um território, mas um emaranhado de relações através das quais circulam diferentes tipos de capitais, produzindo hierarquias fluidas e dinâmicas. Estar “por cima” ou “por baixo” diz respeito a uma situação que pode ou não ser alterada pelos rearranjos relacionais contingenciais que caracterizam a instabilidade desse mercado.

A amizade ou camaradagem recobre os negócios de modo que, mesmo nas transações “hierarquicamente verticais”, está embutida uma perspectiva de “cooperação horizontal” a qual evoca alguns valores relativos à ajuda recíproca e à fidelidade à palavra empenhada. O aprofundamento da dimensão da circulação da **confiança** é fundamental para a compreensão da viabilidade de uma “sociabilidade normalizada” nas interações que compõem essas redes do tráfico de drogas. Existe sempre um risco envolvido e poucas garantias em jogo, uma vez que é preciso confiar que a qualidade e a quantidade da mercadoria é a combinada e, principalmente, confiar que os devedores pagarão seus débitos, até por que as transações no atacado costumam ser efetuadas a crédito. Ainda assim, o “bom funcionamento” desse mercado é freqüentemente atrapalhado pelos problemas de observação dos “contratos” firmados.

Júnior, um dos informantes pertencentes à rede social estudada, confessou já ter integrado o “movimento” em um morro nas imediações do apartamento de classe média onde mora com os seus avós, mas atualmente privilegia-se dos contatos obtidos nessa época para vender maconha, como autônomo, “na pista”. Quando perguntado sobre a diferença mais marcante entre essas duas experiências, ele respondeu:

“Lá no morro, se o patrão falar que um maluco vacilou, tu tem que apagar o cara e é isso aí. Mas agora, tem um cara aí me devendo mil e quinhentos há meses, um outro aí também no erro. O que é que eu vou fazer? Sair matando?”.

Esse discurso aponta para o papel exercido pela hierarquia de mando na construção dos modos violentos de sociabilidade. O caráter individual dos empreendimentos nas redes

do “asfalto” isola e desorganiza os traficantes, dificultando o uso da violência pela ausência do respaldo de um grupo, gangue ou quadrilha. As formas de organização desse tráfico parecem determinantes na manutenção de uma “sociabilidade normalizada”, uma vez que qualquer atitude violenta parte de um indivíduo que deverá responsabilizar-se sozinho pelos seus atos. Mesmo que exista a vontade de realizar um acerto de contas violento quando se “leva uma volta”, falta a “disposição” para fazê-lo.

É possível enquadrar os tráficos do morro e da pista, respectivamente, nos modelos propostos por Jonhson, Hamid e Sanabria (1992) para dar conta das diferentes formas emergentes de distribuição do crack. Os autores distinguem entre o *modelo empresarial (business model)*, caracterizado por uma estrutura hierarquicamente estratificada, pelas relações empregador-empregado, a verticalidade dos fluxos de capital, a distribuição dos territórios para a atuação e a fixidez dos preços para a venda; e o *free-lance*, no qual os atores cooperam voluntariamente e se associam em transações pontuais, cujos termos do acerto são negociados entre as partes, podendo ou não se estender por relações comerciais mais regulares, havendo uma ampla diversificação de parceiros e as drogas sendo pagas à vista ou em consignação, dependendo das circunstâncias (JONHSON, HAMIDE e SANABRIA, 1992). Essas dinâmicas organizacionais diferenciadas contribuem para o abismo entre os modos de sociabilidade encontrados nessas duas modalidades da prática do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro.

Outros dois conceitos que procedem no contraste dessas duas formas de empreendimento do mercado ilegal de drogas são os de “*crime em organização*” (“*crime in organization*”) e “*crime em associação*” (“*crime in association*”) (RUGGIERO e SOUTH, 1995) que remetem a dois modos de “*trabalho*” criminoso (*criminal “work”*) e dois modelos de organização e estrutura. No primeiro, aplicável ao tráfico “do morro”, prevalece uma estrutura vertical e hierárquica de estilo industrial ou corporativo, no qual ocorre a venda da

“força de trabalho criminosa” (“*criminal labour*”) (RUGGIERO e SOUTH, 1995). Já o conceito de “*crime em associação*” sintetiza a estrutura predominantemente horizontal e não hierárquica encontrada no tráfico “da pista”, implicando numa divisão de trabalho técnica e não social, fundada na distribuição das habilidades individuais. Ao longo dessa exposição e, mais especificamente no capítulo sobre o sucesso e o fracasso, os modos organizacionais encontrados ficarão mais evidentes.

3 AS RELAÇÕES COMERCIAIS

João, Pedro e Bernardo fumavam “pedra” (cocaína “virada” em pedra) enquanto eu aproveitava a situação para indagar acerca de uma “volta” que eles haviam levado alguns anos antes, beneficiando-me da grande disposição para falar que a cocaína proporcionava em meus informantes. Eu já estava bem familiarizada com a história, pois os conhecera justamente na época em que esses eventos haviam ocorrido, presenciando as expectativas e angústias por eles vivenciadas na ocasião. O meu interesse em resgatar essas lembranças se devia ao fato delas remeterem a uma sucessão de acontecimentos envolvendo transações do tráfico internacional de entorpecentes, trapaça, cobrança de débitos, amizade e interesse, seguindo uma lógica própria à modalidade estudada desse comércio.

Os três contaram essa história em conjunto, criando um consenso ao somar os pontos de vista individuais e respondendo às perguntas que eram elaboradas a partir das minhas próprias recordações sobre o assunto. Organizei uma espécie de resumo da narrativa produzida através dessa dinâmica:

No verão de 2001, os irmãos Pedro e João conheceram Rodrigo, com quem tiveram uma grande afinidade. Os três eram jovens de classe média, do Rio de Janeiro e encontravam-se em Itaúnas, um vilarejo de veraneio no norte do Espírito Santo, onde, ao som do forró, vendiam maconha para os outros jovens que também saíam das diferentes cidades da região sudeste para passar uma temporada nas “dunas”. Eles estavam descobrindo tudo o que o status de traficante lhes podia proporcionar, fazendo muitos novos amigos e formando novos contatos.

Após encontrarem com Bernardo, um amigo antigo, Pedro e João subiram para Caraíva, enquanto Rodrigo permaneceu em Itaúnas. Lá, os dois irmãos aproximaram-se de Cauã e Mario, também irmãos, que Bernardo já havia conhecido numa outra ocasião em Itaúnas. Sobre estes dois, já haviam alguns boatos a respeito de uma “volta” (trapaça) que teriam dado em alguém, mas eles tinham bons contatos de LSD, e era justamente isso o que os três queriam adquirir para revender em Itaúnas, ainda naquele verão.

João e Bernardo deixaram que Pedro esperasse junto com Mário pelos “ácidos” (LSD) que estavam para chegar em Caraíva e voltaram para

Itaúnas. Ao ligar para casa, João ficou sabendo que Pedro e Mário haviam sido presos, mas logo foram soltos com a ajuda de seus familiares que se mobilizaram para tal. Nem assim João retornou, mas, pelo contrário, rumou para o norte ainda mais uma vez, seguindo para Trancoso com Rodrigo e, juntos, compraram LSD através de novos contatos.

No período entre as férias, Pedro e João estreitaram seus laços de amizade com Rodrigo bem como com diversos outros de seus pares: traficantes de classe média freqüentadores assíduos dos forrós. Quando o mês de julho chegou, foram novamente para Itaúnas, desta vez hospedando-se na mesma casa alugada, “fechando junto” a “firma” e vivendo o auge das suas carreiras de traficante até então. Foi quando encontraram novamente Cauã e Mário, aproximando-se ainda mais dos mesmos.

Estes últimos há muito viviam viajando pelo Brasil e “se virando” como podiam, sem pertencer demais a lugar algum. Sua mãe morava em Vitória, mas um nascera em Brasília, o outro na Bahia, e agora ficavam ora em São Paulo, ora em Alto Paraíso, ou Itaúnas, Caraíva, Trancoso... Apesar de não terem capital para investimento, conheciam muita gente para quem vender e com quem comprar drogas, portanto estavam sempre “com as paradas”. Eles representavam um bom contato para Pedro, João e Rodrigo.

Durante a temporada de julho, Mário, em especial, ficou muito amigo deles e os impressionou com histórias sobre as raves que freqüentava e sobre a viagem que já havia feito, levando cocaína para a Europa e trazendo, na volta, drogas sintéticas. Após fazer muito dinheiro ele já havia “se derramado” (gasto tudo) e precisava “se levantar”. Só faltava-lhe o capital, pois ele tinha bons contatos “lá fora”. João e Rodrigo, em especial, deslumbraram-se com essa idéia e voltaram de Itaúnas com isso em mente.

Após a temporada e já em São Paulo, Cauã e Mário apresentaram-lhes o ecstasy e a música eletrônica. Enfeitiçados por esse novo mundo que descobriam, João e Rodrigo convenceram-se a financiar uma viagem dessas, persuadindo Pedro a investir também. Mário seguiu para a Espanha, onde venderia a cocaína trazida por uma “mula”. Enquanto isso, os traficantes cariocas passaram a curtir as raves no Rio de Janeiro onde movimentavam e consumiam ecstasy, LSD, haxixe, skank e lança-perfume, sem jamais deixar de lado a maconha e o forró. Seus contatos vinham se expandindo, bem como elevava-se o seu status entre os traficantes, mas, certos de que as “paradas” iam chegar logo, João e Rodrigo “se derramaram” tomando e doando várias “balas” (comprimidos de ecstasy) em todas as festas e gastando muito mais dinheiro do que lucravam com as suas movimentações.

Pressionado a oferecer algum parecer, Cauã lhes disse que Mário já havia negociado tudo, mas que era preciso mandar outra “mula” para buscar o MDMA (princípio ativo do ecstasy). Pedro, Rodrigo e João arrumaram uma “mula” de sua confiança, chamada Tina, e enviaram uma segunda viagem com mais meio quilo de cocaína, que eles próprios haviam comprado numa favela carioca. Desta vez Bernardo e Carlos, um outro amigo deles, também investiram capital, só que numa quantia menor.

Tina avisara que a situação parecia meio estranha e que mesmo na Espanha tinha gente que havia sido “enrolada” por Mário. Quando chegou a hora da sua volta, João, que estava recebendo Cauã na casa de sua mãe, disse que “ia ali rapidinho” e partiu, sem avisar, para São Paulo, onde receberia Tina. Ele pretendia receptor a droga sem a presença de Cauã, já certo de que estava sendo enganado, mas Cauã percebeu logo e o surpreendeu em São Paulo. A quantidade que chegou era pequena e mal pagava o investimento com a primeira viagem, mesmo assim Cauã recebeu a sua parcela,

convencendo-os de que em breve chegaria uma outra leva. Argumentou ainda que o pó era ruim, o que teria dificultado a sua venda.⁸

A felicidade de Pedro, Rodrigo e João durou pouco, pois logo acabou o MDMA e não chegou mais nada. Cauã ainda veio para o Rio nesse meio tempo, hospedando-se na casa de outras pessoas, em Ipanema. Eles saíram juntos como amigos, mas os três, sentindo-se enganados, já conversavam entre si sobre a possibilidade de fazer uma cobrança violenta e, se necessário, matá-lo. João era quem mais insistia nessa idéia, mas sentia falta do apoio de seus “camaradas”, os quais preferiam esperar que Mário aparecesse com as mercadorias para então eles efetuarem a cobrança armada, sem precisar matar ninguém.

Passado um tempo, alugaram um carro e foram até a casa da mãe dos dois, em Vitória. No entanto, ela disse não saber dos filhos há muito tempo. Finalmente tiveram a certeza de que não poderiam reaver seu prejuízo e passaram a culpar-se uns aos outros por tudo o que havia acontecido. Bernardo e Carlos também tinham sido prejudicados, mas não a ponto de querer se vingar, pois o investimento empenhado fora em quantia bem inferior. Pedro, Rodrigo e João, entretanto, estavam falidos, precisando “correr atrás” para “se levantar” e tornaram-se muito mais desconfiados com relação aos outros.

No Verão de 2002, foi realizado um festival de música eletrônica em Parati-mirim: a famosa Celebra. Certos de que pelo menos Cauã estaria lá, todos eles foram para a festa com a intenção de reaver o que lhes era devido, mas lá chegando, Cauã contornou a situação chamando-os para fumar um “charas” e agindo como se não lhes devesse nada. Todos tomaram gota (LSD), cheiraram lança-perfume e curtiram a festa, mas João, indignado com a apatia dos amigos, voltou para casa, antes do término do festival.

A partir daí, Mário e Cauã tornaram-se uns dos traficantes mais importantes desse circuito de drogas sintéticas, movimentando quantidades bem expressivas. Bernardo tornou-se amigo de um traficante de Belo Horizonte, chamado Otávio, para quem os dois teriam vendido parte da droga trazida nas tais viagens. Segundo este último, os irmãos teriam “dado a volta” em várias pessoas de uma só vez e agora vinham “fazendo as paradas direito”, pois estavam “movimentando” quantidades muito grandes e lidando com grupos mais organizados e perigosos.

Em 2003, Mário foi preso em São Paulo e, alguns meses depois, Cauã também, desta vez, com repercussão em revistas e jornais que revelavam o seu esquema para o tráfico internacional. No entanto, no verão de 2004, Cauã já estava em liberdade e apareceu em Trancoso. Corriam boatos de que ele havia saído da prisão para servir de “isca” na ação da polícia, mas o fato é que ele estava devendo uma considerável soma de dinheiro para um grupo de israelenses, que ofereceram-lhe uma “condição” (mais crédito) para “se levantar” e pagar o que devia. Bernardo encontrou com ele, mas estava junto com Otávio que vinha negociando grandes quantidades com Cauã. Este ainda deu-lhe duas cartelas de doce (LSD) e morreu o assunto. Afinal, Cauã estava envolvido com uma espécie de “máfia” de italianos que, além de intimidar, despertava o interesse de Bernardo.

Pedro também encontrou com Cauã na mesma ocasião e também pegou uns ácidos com ele, mas sob a promessa de que ainda pagaria depois, mas não pagou. Sem sair de sua casa, João ficou revoltado ao saber que não

⁸ De fato, essa alegação procedia, pois a cocaína enviada, mesmo que considerada muito boa para os parâmetros cariocas, era ainda assim “barreada”, isto é, misturada com outras substâncias e, como enfatizado por João Guilherme Estrela, na sua biografia escrita por Fiuza (2005), “a Europa só cheira cocaína pura”.

só eles, mas todos os seus outros amigos que se encontravam em Trancoso agora buscavam reaproximar-se de Cauã para desfrutar de seus contatos, decepcionando-se com eles. Não só tornara-se impossível tomar medidas mais severas sem que isso lhes causasse muitos problemas, como eram fortes os interesses em questão.

3.1 DE CONFIANÇA E INTERESSES

Através dessa história, compreendemos que as relações de confiança se estabelecem no compartilhamento de experiências significativas. A “qualidade” do tempo passado ao lado de alguém parece mais relevante do que a “quantidade”, de modo que amigos novos desenvolveram entre si um grau de confiança elevado após uma convivência em viagens de lazer e “viagens” sob o efeito de substâncias psicoativas. Após “levar uma volta”, João se queixava da traição por parte de Mário e não de Cauã, alegando que: “Mário tinha curtido várias ondas maneiras do nosso lado. Eu tinha ele como um amigo de verdade.” Mesmo as más referências que esses irmãos traziam não os fizeram parecer indignos de confiança, diante da intensidade dos momentos que vivenciaram juntos. Inclusive a amizade entre João e Rodrigo também se constituiu nesses mesmos moldes, porém, se provando duradoura.

No entanto, não podemos ignorar o importante papel do interesse na boa disposição para a consolidação de novos vínculos de amizade. A ambição os cegou para os riscos reais do empreendimento. Ainda que estivessem cientes de que deveriam tomar mais cuidado, o deslumbre com a possibilidade de uma ascensão fulminante na hierarquia de status do tráfico, somada a um lucro muito superior àquele ao qual estavam acostumados, os motivou a desconsiderar os perigos envolvidos. Afinal, Cauã e Mário representavam o acesso às drogas, o que lhes interessava o bastante para embaçar o seu discernimento. Rodrigo dizia: “quem quer ganhar tem que arriscar!”

O interesse não apenas altera o cálculo racional dos riscos e benefícios, como também atropela alguns valores compartilhados entre os traficantes, como o da honra. Cauã e Mario já haviam agido de maneira desonesta com os seus associados cariocas, enganando-os e

causando-lhes prejuízos tanto econômicos como morais e, apesar de ter se mostrado indigno de confiança e faltoso em relação à tão valorizada palavra empenhada, Cauã reconquistou a estima, ainda que uma falsa estima, dos amigos mais próximos daqueles que tinham sido traídos, ou pior ainda, dos próprios traídos. Bernardo aproveitou-se da perspectiva de que Cauã lhe devia algo e que, portanto, era chegada a hora de recompensar, para deixar a inimizade de lado e beneficiar-se dos bons contatos do seu até então ex-amigo. Mesmo Pedro chegou a “fumar um” ou vários com Cauã e, ao invés de buscar um acerto de contas, tal qual esperaríamos em um filme de ação sobre traficantes de drogas, contentou-se com duas cartelas de LSD (50 unidades) e “morreu o assunto”. Sobre isso, justificou-se:

“Os moleques é que ficaram lá pelando o saco dos caras. Eu só falei que ele ia ter que me adiantar, peguei uns doces, fiquei de pagar e não paguei. O Bernardo é que pagou, renovou, ficou fazendo negócio com os caras. Eu não queria nem saber. Nem fiquei perto deles.”

O único que se manteve irredutível foi João que, por sua vez, continuou a acreditar que o correto seria a realização de uma cobrança de débitos armada. Não deixemos de levar em conta que ele não estava em Trancoso na ocasião, de maneira que não sabemos se ele teria se rendido aos encantos de um bom contato para curtir um verão “de patrão”, tal como Bernardo, ou se sacrificaria o seu bem estar para comprar uma briga perigosa e desgastante. Lembremos que João não podia contar com o apoio de seus amigos, que jamais se convenceram dessa necessidade de limpeza da honra.

O caráter individual dos empreendimentos, nas redes estudadas, isola e desorganiza os traficantes, dificultando o uso da violência pela ausência do respaldo de um grupo, gangue ou quadrilha. A prevalência do modelo *free-lance* de distribuição de drogas (JONHSON, HAMIDE e SANABRIA, 1992) parece determinante na manutenção de uma “sociabilidade normalizada”, uma vez que qualquer atitude violenta parte de um indivíduo que deverá arcar sozinho com as conseqüências de seus atos. Mesmo que exista a vontade de realizar um

“acerto de contas” violento quando se “leva uma volta”, falta a “disposição” (coragem) para fazê-lo.

O traficante de classe média, além de não estar inserido em um grupo que o incentivaria e apoiaria em tal empreendimento, tem a consciência de que não poderia matar outro jovem de classe média e sair impune, pois a investigação dedicada pela polícia a um caso dessa sorte, certamente conduziria ao seu esclarecimento. Tratando-se de jovens que sequer aceitam ser chamados de traficantes e encobrem as suas práticas ilegais, *manipulando a informação social* sobre o *estigma* que os torna *desacreditáveis* (GOFFMAN,1988) ou sobre o seu comportamento *secretamente desviante* (BECKER, 1991), seria mais custoso revidar a falta de um devedor do que arcar com tal prejuízo, pois uma atitude violenta acabaria por arremessar o agressor nas garras da *sujeição criminal*⁹. O repúdio ao emprego da força para a cobrança dos débitos envolve, portanto, um cálculo de custo e benefício que lhes é acessível.

Gambetta (2000a) afirma que a violência substitui e pode ser substituída por valores, interesses e vínculos pessoais. Nas redes do tráfico que vêm sendo estudadas, esses três mecanismos de inibição ao emprego da força aparecem de maneira decisiva: além de serem compartilhados valores em torno da fidelidade aos “contratos” firmados, a coerção do outro é uma prática moralmente recriminada entre pares e que fere a estratégia oculta de distinção desses traficantes em relação aos “do morro”; há uma interdependência entre credores e devedores, ampliando as motivações para a cooperação e os traficantes percebem as vantagens já citadas de manter os modos “normalizados” de interação; as transações comerciais e, principalmente, as de crédito são efetuadas entre amigos, sendo maiores os constrangimentos à traição e à retaliação violenta.

⁹ Misse (1999) desenvolve o conceito de sujeição criminal de modo que abrange tanto os processos de criminalização preventiva dos tipos-sociais potencialmente criminosos, quanto os de subjetivação dos rótulos que lhes são atribuídos.

No caso acima narrado, os interesses definitivamente se sobrepõem aos valores e vínculos pessoais enquanto substituto para o uso da força, uma vez que as relações entre Cauã, Mario e seus associados decepcionados já não passava mais por qualquer laço afetivo e nem tão pouco atendia à moral que costuma ordenar as movimentações desse mercado ilegal. Ainda que, no meio estudado, a abstenção ao uso da violência apareça como um valor em si, descolada dessa perspectiva do cálculo racional, foi o interesse quem falou mais alto e impediu que fosse aplicado sequer um “tapa na cara”, o que não seria interpretado como “uma violência”, considerada a dimensão da traição em questão

3.2 CONFIANÇA

Segundo Gambetta (2000b), a confiança é o nível particular de probabilidade subjetiva avaliado pelo agente sobre o comportamento do outro e a incerteza sobre tal comportamento é central para a noção de confiança, uma vez que esta só é relevante se houver uma possibilidade de traição. Nas relações cooperativas é possível “economizar confiança” com base nos interesses e nas potenciais retaliações que tornam a traição uma opção custosa (GAMBETTA, 2000b). No caso das redes do tráfico de drogas estudadas, em se tratando de um comércio ilegal, não há qualquer regulamentação das atividades que produza alguma garantia de que o outro cumprirá com a sua parte dos contratos e a ausência de uma cultura de cobrança violenta nesse meio intensifica essa incerteza. É, portanto, limitada a possibilidade de “economizar confiança”, fazendo-o apenas com base nos benefícios da troca de interesses e na consciência de que a traição acarreta custos sociais para o traidor, abalando a sua reputação entre seus pares.

Rodrigo se queixou de que à medida que ele vinha gradualmente parando de “movimentar”, todos os seus amigos, a quem ele sempre “dera uma condição”, passaram a “enrolar” demais para pagar. Quando ele era “o cara” e os outros apostavam numa boa relação com ele para obter drogas a crédito, a preocupação em não “ficar devendo” era muito maior, mas como ele vinha se afastando do “doze” (tráfico) e desacelerando o ritmo de renovação de mercadorias, todos começaram a “vacilar”.

A principal garantia nas relações cooperativas é o interesse. Quando se é um “contato” imperdível, a probabilidade de ser decepcionado no crédito concedido aos seus associados reduz-se drasticamente, de modo que o devedor só falhará se ele realmente “se enrolar”. Desta maneira, é comum que os traficantes que ocupam posições privilegiadas na hierarquia de crédito desse mercado concedam aos seus devedores oportunidades para “se levantarem” e quitarem seus débitos. Afinal, se o contato for bom, dá-se um jeito de não perdê-lo, a não ser que ocorra uma sucessão de imprevistos ou a incompetência prevaleça.

Cazé e Thiago restringiam os seus contatos para compra e venda, selecionando apenas aqueles capazes de movimentar grandes quantidades com liquidez. Eles confiavam 50Kg de maconha a Bernardo “no fio” (fiado) e a um preço ótimo, sabendo que este faria de tudo para pagar corretamente e não desperdiçar essa oportunidade. Bernardo sabia inspirar nos outros essa confiança e, apesar de tantas vezes ter se “enrolado” para pagar, acabava “ganhando uma condição para se levantar” e conseguia quitar tudo. Ainda assim, ele continuava a pegar grandes quantidades “no fio”, confiadas por diferentes contatos, pois era a mesma vida social ativa na qual gastava o seu dinheiro, que lhe proporcionava uma ampla rede de contatos para compra e venda.

O interesse nessas relações cooperativas é mútuo, pois todos os traficantes atacadistas dependem daqueles que dão vazão às suas mercadorias e os que giram as maiores quantidades são justamente os que mais se arriscam e os que estão mais sujeitos a se atralhar nos cálculos.

João sempre deixava um quilo de maconha “no fio” para Antônio, um vizinho e amigo. Este acabava vendendo no varejo para alguns dos clientes a quem o próprio João poderia vender também, mas era preferível deixar essa “correria” para Antônio de modo a não se sobrecarregar com muitas vendas no varejo que “dão muita dor de cabeça”. Contudo, este último era casado, tinha gastos com sua casa e vivia “enrolando para pagar”. Ainda assim, João administrava essa situação, pois mesmo não precisando de Antônio, ele sabia que sendo este seu amigo, nunca lhe “daria uma volta” e, portanto, valia à pena continuar dando-lhe sempre uma “condição”. Certa vez, presenciei Bernardo, que até então vendia para Antônio, dizer a João que se quisesse, ficasse com ele como cliente, pois já estava sem paciência de ficar “esquentando a cabeça”.

Não é apenas nos interesses que se fundamenta a cooperação nas relações de crédito, mas também nos vínculos pessoais e nos valores morais compartilhados que permitem ao indivíduo confiar no outro (GAMBETTA, 2000b). Esta modalidade desse comércio ilegal se constitui através de redes relacionais baseadas nos laços de amizade entre os traficantes, e são reproduzidas expectativas positivas em relação ao comportamento dos outros, tomando por referência a crença no valor de amizade. Mesmo indivíduos desacreditados e de má reputação podem encontrar quem confie neles. É possível a um amigo “atrasar” o outro, atrapalhando-se com seus cálculos, perdendo-se no consumo exagerado de drogas, etc., mas não é possível que seja declarada uma moratória, isto é, que se dê, de fato, uma “volta” em um amigo. Se isso ocorrer, explica-se pela falsidade da amizade e muito se comenta sobre os “falsos amigos” e os “amigos das drogas”.

3.3 FICAR DEVENDO

Em algumas ocasiões aparece algum desentendimento sobre o que é dívida ou não, tal como no seguinte caso narrado por João:

“O Antônio me apresentou esse tal de Gustavo, que veio morar agora lá na área, e o maluco insistiu em me apresentar a planta dele. Eu falei que não queria, por que eu pegava uma planta bem melhor e mais barata (no morro), mas o Gustavo ficou insistindo para eu ver a que tava na casa dele. Eu fui lá achando que ele ia me apresentar um pedaço de fumar para eu ver qual era a da planta, mas quando cheguei, ele já saiu empurrando um metro pra cima de mim e eu falando que não queria. O maluco tanto insistiu que eu podia levar e não tinha pressa pra pagar que eu acabei levando e disse que ia tentar adiantar o cara. Só que quando eu cheguei em casa, botei na borracha e fumei da planta, vi que era uma palha braba e que na borracha ia ficando pior ainda. Eu voltei no cara e falei:

– Tá aqui a planta de volta, por que pro tipo de clientela que eu trabalho, isso aqui não tem saída e se eu ficar com essa planta, eu não vou vender e ela vai ficar velha. Toma ela de volta e vende você mesmo.

“O maluco não aceitou e ficou dizendo que eu tinha pego a planta e que agora ela era minha e que eu ia ter que pagar. Eu expliquei pro cara que eu sempre prefiro que os meus clientes me devolvam a planta se acharem que não vão vender, por que aí eu dou o meu jeito, mas não fico no prejuízo e não deixo os caras se enrolarem. Mas o cara não quis aceitar a planta de volta e eu falei:

– Tu tá me empurrando essa merda, por que tu sabe que é uma merda e quer se livrar dela de qualquer jeito, mas eu tentei te adiantar e não

consegui. Se é isso que tu quer, beleza. Eu fico com essa porcaria envelhecendo na minha mão e se eu conseguir botar pra fora, eu te pago, se ficar empacada e já te avisei que não tenho saída pra essa qualidade aqui, eu não vou pagar porra nenhuma, valeu?

“O cara fica resmungando e agora o Antônio fica fazendo fofquinha na rua, mas vai se fuder! Não pedi nada a ninguém, os caras é que empurraram essa merda pra cima de mim.

Contudo, o mais comum é que haja um consenso em torno das relações de crédito, de modo que os acordos firmados, apesar de serem sempre orais, costumam ter a sua validade inquestionável. Pelas regras compartilhadas entre os traficantes, a devolução de mercadoria é uma possibilidade, porém um tanto polêmica. Foi daí que surgiu o problema narrado anteriormente, pois caso a qualidade da “planta” fosse boa e João não a quisesse devolver, a quantia combinada seria ressarcida conforme combinado.

O sistema de crédito vigente é marcado pela informalidade própria a uma economia fundada na sociabilidade primária. A prática do fiado facilita o escoamento das mercadorias, beneficiando tanto o devedor que pode estar sem capital para investir, quanto o credor que, além de encontrar no fiado um meio mais ágil de comércio, deseja livrar-se do “flagrante” o mais rápido possível. O preço estipulado na venda a prazo é fixo, de maneira que não sofre a imputação de juros, multas ou qualquer outra correção vinculada ao atraso. Observei apenas que, para as compras à vista, podem ser oferecidos descontos bem improváveis àquelas a crédito.

Mesmo que se estabeleçam margens de prazo para os pagamentos, não há uma rigidez no acerto de datas, prevalecendo um consenso implícito sobre o quando se espera que os débitos sejam quitados e é recorrente a protelação dos mesmos. Em circunstâncias diferentes da narrativa anterior, perguntei a João se ele já havia conseguido saldar suas dívidas com Cadú, a quem ele já devia há alguns meses, ao que me respondeu que “estava tranqüilo”:

“Agora que o Cadú voltou, eu paguei R\$3.000,00 e ele abateu mais R\$1.000,00 do dinheiro que eu mandei para Bernardo antes dele rodar lá fora. Então fiquei devendo só mil, mas eu estou é devendo R\$5.000,00 para o Bruno dos doces que eu estou girando agora. Mas tá tudo dentro do

cálculo, por que eu ainda tenho bastante dinheiro na pista. Só o Júnior me deve uns R\$600,00 e se juntar com o Igor, o James e uns outros aí, já dá quase dois contos. Assim tá tranqüilo. Agora, eu ainda sou o único aqui da área nesse contato... O Moisés foi cortado.

“Ele sim se enrolou de verdade. Eu tava lá na casa dos caras e ele, que tá devendo R\$12,000,00, há mais tempo do que eu, aparece com R\$2.000,00 e ainda teve a cara de pau de pedir para levar mais no fio. Quero ver como é que ele vai pagar o resto... Eu pelo menos gastei o din, mas depois fiquei me arriscando, indo lá no Jaca para levantar o dinheiro de volta. Ele não demonstrou nada de que tá correndo atrás. E é foda, por que o Cadú mesmo tá devendo é muito mais.

A dívida é uma constante na vida desses traficantes e acaba sendo bem tolerada, uma vez que todos “ficam devendo” na maior parte do tempo. A contabilidade realizada individualmente por cada traficante é ilusória e desconsidera o seu padrão real de gastos, além de não incluir uma margem de segurança para lidar com os imprevistos que sempre atrapalham o “cálculo”, ao qual tanto se referem. Desta maneira, “se enrolar” torna-se tão corriqueiro que deixa de ser um motivo para “acerto de contas”.

O bom pagador que cumpre os prazos, enfim, quem “faz as paradas direito”, é estimado nas redes desse mercado e mantém a sua credibilidade junto aos seus contatos. Não obstante, é ainda mais valorizado aquele que movimentava grandes quantidades, isto é, “bota pra fora”, e isso envolve um risco maior, pois depende de deixar drogas “no fio” com outros traficantes que acabam “se enrolando”, “demorando para pagar”... Os atacadistas, com maior “contexto” (crédito, estima) junto aos “melhores” contatos (fornecedores) são justamente os que mais ficam devendo, uma vez que estão sempre “girando” muita mercadoria e concentrando as dívidas dos outros sob a sua responsabilidade.

“Ficar devendo” envolve muita ansiedade, pois é desejável a quitação das dívidas para a manutenção da relação de crédito estabelecida e, no entanto, isso depende da liquidez da mercadoria, da colaboração dos seus devedores e do controle dos seus próprios gastos, o que não é fácil para jovens que gostam de viajar, sair à noite, consumir drogas caras, etc.. O próprio ofício de traficante demanda por uma vida social ativa, por altas contas de celular e

custos com deslocamento. Em face às dificuldades de cumprir os prazos de pagamento combinados, é levado em consideração, na avaliação da postura de um traficante, o empenho empregado para saldar seus débitos e para tranquilizar os seus credores. Por mais que se prolongue a quitação integral da dívida, essa situação é amenizada pelo pagamento “parcelado” da mesma, isto é, na medida em que o dinheiro “vai entrando”, e também pela preocupação em “dar satisfação” sobre o atraso, sem desaparecer. A não observação desses cuidados é compreendida como uma “volta” (logro) e produz conflitos, desacreditando o devedor junto à rede de relações do seu credor e aos demais que fiquem informados a respeito.

No entanto, como evidenciado no caso que abre este capítulo, um indivíduo pode “vacilar” bastante, tornando-se desacreditado junto a uma rede social de traficantes, mas acessar outros contatos e dar continuidade à sua carreira, podendo inclusive ascender na hierarquia de status do mercado ilegal de drogas e despertar novamente o interesse de seus antigos companheiros. Não deixemos, contudo, de notar que o indivíduo não recupera mais o *crédito* dentre aqueles que passam a percebê-lo como indigno de confiança, ainda que restabeleçam a camaradagem e a abertura para efetuar transações comerciais. Apesar da pouca ênfase conferida à defesa da honra pessoal, a perda da confiança é um caminho sem volta, pois envolve o risco de se levar novamente um prejuízo.

3.4 A “PROFISSIONALIZAÇÃO”

O caso narrado no início desse capítulo remete a um empreendimento absolutamente amador para o tráfico internacional e que, portanto, acabou frustrado pelo menos para uma parte dos envolvidos. De fato ocorrem esses empreendimentos isolados, organizados por pequenos grupos de amigos, e dizem ser também comum que alguns jovens de classe média ou média alta, em viagem para a Europa, tragam consigo uma quantia de drogas sintéticas e

haxixe ou charas, sem abastecer o mercado europeu com cocaína. A lucratividade fica muito reduzida, pois a cocaína é vendida a preços muito altos, o que multiplica o capital de investimento em mercadorias para a importação.

A demanda por drogas sintéticas vêm crescendo bastante, principalmente pela popularização das boates e festas de música eletrônicas (raves) nas quais os participantes cultivam e disseminam o hábito de ingerir psicoativos como o ecstasy e o LSD. Foi incrementada também a demanda por cannabis de alta potência como o haxixe, skank (ou green), charas ou pólen que, por sua vez, além de apresentarem aroma e sabor acentuados, atuam como símbolo distintivo entre os consumidores que ostentam o seu poder aquisitivo e o acesso aos bons contatos, quando “apresentam” um “baseado” (cigarro) que não seja de “bagulho” (maconha).

As drogas solicitadas pelo mercado consumidor que se amplia são trazidas da Europa, ainda que algumas sejam produzidas no Marrocos, na Índia, ou demais países da África ou da Ásia. Essa demanda crescente exige a formação de associações mais duradouras para a importação de tais drogas em viagens seqüenciais e freqüentes, constituindo uma rota comercial estável.

Bruno colocou Bernardo no “contato” para fazer uma viagem até a Europa, levando 6 kg de cocaína que seria vendida e convertida em drogas sintéticas e haxixe a serem trazidos por outra “mula” na volta para o Brasil. A princípio imaginei que o tal “coroa” a quem se referiam fosse um agenciador dessas viagens, configurando um modelo mais organizado de empreendimento para o tráfico internacional. No entanto, ficou esclarecido que o “coroa” é quem tem a cocaína no padrão para exportação, o que é escasso, e que, portanto, ele a deixa com os rapazes “no fio”, cobrando a metade do seu valor de venda no mercado europeu, após a volta. Quem possui os contatos “lá fora” (principalmente Espanha e Amsterdã) são Bruno, Cadú e alguns amigos (que os apresentaram aos bons contatos), os quais costumam ir junto para negociar a venda e a compra de mercadorias. Eles próprios já viajaram como “mulas” diversas vezes, mas acabaram preferindo delegar essa função a terceiros, levando em consideração a perigosa visibilidade que vinham obtendo no mercado nacional de drogas sintéticas, mais especialmente no Rio de Janeiro.

Desta vez, Bernardo foi encarregado desse correio e acabou sendo preso ao desembarcar no exterior. Quando eu soube do ocorrido, contei para Bianca, ex-namorada de Bruno, que me falou que ele ainda não estava sabendo disso e que ele vinha recebendo mensagens do “coroa”, cobrando

uma satisfação a respeito de Bernardo. Pablo (o coroa) suspeitava que Bernardo já tinha retornado ao Rio e que havia dado uma “volta” neles, portanto, queria o endereço do mesmo para ir cobrá-lo, mas Bruno assegurava que Bernardo não faria uma coisa dessas e que, além disso, ele não sabia o seu endereço. Pablo então passou a acusar Bruno de estar acobertando Bernardo e “fechando com ele”. Diante disso, Bianca avisou Bruno da situação, pouco antes de João tomar a iniciativa de enviar-lhe um e-mail.

Fui com Bianca a um forró no qual ela encontrou o seu ex-namorado e ele voltou conosco. No carro, Bruno me perguntou em tom grave:

“O que você sabe sobre o que aconteceu com o Bernardo? Eu preciso saber.”

Havia um ar de desconfiança no seu jeito de falar, de modo que até fiquei constrangida e respondi o que eu sabia. Ainda meio sem graça, sugeri:

“Por que você não liga para o João?”

“Por que ele pode estar grampeado.”

João foi encarregado de entregar uma carta, escrita por Bernardo, de dentro da cadeia, endereçada à sua namorada, Diana, porém destinada a Bruno. Eu pude ler a carta, já aberta, antes que ela chegasse às mãos deste último. Não a copiei na ocasião, mas recorde-me de seu conteúdo: nela, Bernardo contava ao amigo que ele havia sido cooptado por desconhecidos, na praia, para transportar drogas até a Europa e que, precisando muito do dinheiro, ele havia aceitado e que agora, preso, estava muito arrependido, mas que não sabia como encontrar aquelas pessoas. “Contei tudo isso para a polícia” dizia. Bernardo prosseguia dizendo que não sabia por quanto tempo ele continuaria preso, mas pedia para Bruno falar com seu tio para que, na volta ao Brasil, fosse-lhe pago o fundo de garantia relativo ao tempo em que trabalhara no restaurante dele. Concluiu a carta com algo como “Te amo e te tenho como um amigo de verdade. Conto com você.”

Bernardo foi sentenciado a cumprir cinco anos de prisão e, de vez em quando, telefona de dentro do presídio para seus amigos que, por sua vez, ficam preocupados em receber tais ligações, pois desconfiam que isso possa representar algum risco de grampo ou rastreamento telefônico. Sobre tais conversas, João comentou: “O Bernardo é mó (o maior) maluco mesmo. Ele já tá lá só formando contato. Nem preso ele sossega”.

Pouco tempo depois da notícia sobre a sua condenação surgiu uma fofoca que levantava suspeitas sobre a veracidade da informação de que Bernardo teria sido preso. Segundo Guto, um amigo de João, Moisés, que é muito amigo de Bernardo teria, durante uma festa de música eletrônica, “jogado conversa fora”, provavelmente “pancado” (sob o efeito da cocaína), e revelado que “essa história de que o Bernardo tá preso é o maior caô (mentira)”. No entanto, não se falou mais nessa história e, da última vez que perguntei sobre Bernardo, eu soube por fontes confiáveis que a sua mãe estava viajando em visita ao filho preso.

Bernardo provavelmente não vai receber o seu “fundo de garantia”, pois até conquistar a sua liberdade não existirá mais a “firma” que o contratou. Não se trata de uma organização com lideranças, empregados e “esquemas” fechados. Uma pequena rede de contatos passa a manter um fluxo mais estável de empreendimentos em associação, recrutando “mulas” para

lhes prestar um serviço. Ainda assim, modificam-se os empreendedores, que investem e/ou participam em cada viagem, produzindo sempre novos arranjos de relações. Não há uma configuração fixa que nos permita conceber um modelo empresarial, no entanto verifica-se uma passagem embrionária do modelo de “*crime em associação*” para o de “*crime em organização*” (RUGGIERO e SOUTH, 1995), pois a contratação de “mulas” já configura uma espécie de venda da força de trabalho, constituindo uma hierarquia funcional incipiente.

Espera-se dos contratantes de Bernardo que lhe paguem a remuneração anteriormente acordada para o transporte de drogas, pois apesar de ter sido preso, ele cumpriu o seu papel e, além de ter embarcado com a droga, o que custou sua liberdade, não entregou ninguém. Segundo a cordialidade que regula a relação entre os traficantes, Bernardo não pode ser esquecido em um momento tão difícil. A carta destinada a Bruno não continha uma chantagem, pois a delação é tão condenada moralmente, que se torna algo fora de questão. Ele apenas assinalou que cobrará o que lhe é devido após a sua soltura.

Já houve um problema semelhante quando Tina, em viagem pela mesma rede de contatos, acabou sendo presa em outro país europeu. Na ocasião, Bianca, que ainda namorava Bruno, encontrou pela internet uma notícia do jornal local sobre a prisão da brasileira que transportava drogas, informando o seu nome e exibindo a sua foto. Essa informação os poupou de maiores desconfianças, como fora no caso de Bernardo. No entanto, após passar apenas alguns meses presa, Tina retornou ao Brasil e cobrou do “coroa” e de seus próprios amigos o mesmo valor que teria recebido caso não fosse presa. O tal “coroa” não quis arcar com mais esse prejuízo na ocasião, mas os seus amigos acabaram impondo que fosse honrado o compromisso e ela recebeu o seu pagamento.

Caso Bernardo saia da prisão antes do tempo previsto, pode ser que ainda consiga alguma coisa, no entanto, cinco anos parece tempo demais para que as coisas ainda continuem como estão. Esse mercado é muito instável, o que se intensifica com a desorganização na

atuação individual dos próprios traficantes. Bruno, por exemplo, leva uma vida sem qualquer disciplina ou planejamento. Ele compra um carro sem ter carteira de motorista, dirige sem o cinto de segurança e, portanto, acaba tendo o carro parado numa blitz da polícia. O mesmo carro foi roubado e ele não possuía seguro. Bruno passou a andar por aí com um carro alugado. Ainda sem carteira. Ele movimenta grandes quantidades de drogas e não têm um lugar adequado para guardar o seu flagrante, brigando com a própria namorada por que ela não queria ficar com 10.000 ácidos na sua casa, onde mora com a família. Segundo Bianca: “Ele ganha R\$40.000,00 num mês e no outro falta até pra pegar um ônibus.”

Recentemente, Bruno anda aparecendo pouco no Rio de Janeiro, pois um advogado contratado o informou de que havia uma investigação sobre ele na Polícia Federal (ou pelo menos foi isso o que me disse), porém faltavam mais evidências para incriminá-lo. Ainda que essa preocupação intervenha no seu ritmo de movimentação das mercadorias e exija uma menor exposição aos diferentes contatos, além de menor assiduidade na cobrança dos débitos, o que leva ao não pagamento, Bruno continua mantendo um padrão de vida elevado, passando temporadas com sua nova namorada em hotéis de luxo, viajando bastante, etc.. Ele vem sendo bastante criticado por Cadú, que o colocou nesses contatos e agora foi passado para trás, sendo excluído dos novos empreendimentos e queixando-se de que Bruno “cresce em cima dos amigos”. Cadú, por sua vez, tem passado a maior parte do tempo no nordeste brasileiro e, às vezes, envia um e-mail indicando um endereço para que sejam enviados alguns “doces” ou “estrelinhas” (mescalina) por sedex, a serem revendidos lá mesmo.

Ruggiero e South (1995) observam uma tendência à transição do “crime em associação” para o “crime em organização” à medida que o mercado cresce, no entanto essa passagem ainda não foi observada em meu trabalho de campo. No caso aqui tratado, apesar de aumentar o volume e a frequência de importação de drogas, os modos associativos continuam bem amadores, configurando empresas com base em sociedades sem liderança e não duráveis.

Nem mesmo os métodos de cobrança amadureceram e, na pior das hipóteses, um fala alto com o outro, o que é considerado uma terrível ofensa. Cadú reclamou:

“Já tô de saco cheio do Bruno. Ele acha que pode gritar com os outros e falar o que quer e depois vem com esse papo de que ‘tú sabe que tu é meu brother...’ Amigo meu não grita comigo não!”

João se justificou por não saldar suas dívidas com Bruno e com Rodrigo:

“Nem to com pressa de pagar os caras aí não. Quem era meu amigo fez as paradas caras pra mim e, por isso, eu me enrolei. O que eu to devendo é a diferença a mais do que se eles tivessem feito um preço maneiro. O Tiago, que nem é tão meu amigo, traz do mesmo jeito que os moleques e tá fazendo o quadrado à R\$9,00, enquanto o Bruno fez à R\$12,00. Se ele tivesse feito mais barato pra mim, eu não tinha me enrolado, tinha pago logo e renovado. Ele ainda fica de marra pra cima de mim. Tá se achando o patrão.

“O Rodrigo é outro. Só peguei com ele por que eu não tava podendo renovar com o Bruno. Ele foi e fez o md (MDMA) à R\$100,00 a grama, sendo que ele ta pegando à R\$60,00. Assim não dá pra fazer dinheiro. Ele ainda vai e fica gritando comigo no meio da rua. Eu vou terminar de pagar os caras, mas não tenho pressa não, por que a preferência agora é adiantar o Thiago que é quem tá me fortalecendo.”

Se nem mesmo a cobrança violenta de débitos se desenvolveu nessa “empresa” do tráfico internacional de drogas, tão pouco há espaço para práticas monopolistas por oposição à competitividade do mercado (REUTER,1983). Prevalece a operação pulverizada e discreta do comércio ilegal, na rede observada, a qual vive em constante reconfiguração para despistar a ação policial. A competição não é percebida negativamente e condiz com uma modalidade empreendedora que não se pretende capaz de suprir toda a demanda de consumo gerada, mas almeja a reprodução da própria existência do traficante segundo um estilo de vida valorizado, que inclui gastos com lazer, porém não implica na acumulação do capital. “Ir girando e vivendo” parece ser a máxima dos traficantes que integram a rede observada.

Por “profissionalização” entendo, então, no caso das redes de tráfico estudadas, o aumento no volume das movimentações comerciais, vinculadas a uma certa frequência de

renovação que lubrifique uma rota em especial e mantenha alguma coesão entre um repertório restrito de contatos. Apesar da maleabilidade da “firma” desenhada nesse capítulo, podemos perceber a formação de uma conexão durável entre o “coroa” (fornecedor da cocaína pura), os contatos no mercado Europeu (que compram cocaína e vendem drogas sintéticas e haxixe) e a distribuição para o mercado consumidor brasileiro, em especial no Rio de Janeiro. Essa passagem se dá pela intermediação de um grupo oscilante de amigos que estão “no contato”.

Se os moldes empresariais não são os mais ortodoxos, o maior indicador observado do “profissionalismo” ao qual me refiro, por parte dos meus informantes, é o tipo de droga trazida. Os sonhos em 2001 giravam em torno da possibilidade de adentrar o mercado europeu para “regar” as festas com o mais puro MDMA¹⁰, com o cristal do LSD¹¹ ou pelo menos com tubos de gota (LSD líquido), o mais perfumado charas, o melhor haxixe marroquino, etc.. No entanto são pequenas as quantidades trazidas desses “artigos de luxo” e privilegia-se a importação de drogas mais comerciais como o LSD em papel, o ecstasy em pastilha e o haxixe comum. Percebe-se alguma desvinculação da proposta ideológica de tráfico tal como assinalado por Ruggiero e South (1995) sobre a cultura dos *ravers*.¹²

¹⁰ O MDMA (metil-dioxi-metanfetamina) é o princípio ativo de ecstasy, porém os comprimidos comercializados apresentam percentuais variáveis dessa substância, a qual é misturada com outros psicoativos diversos. O MDMA propriamente dito é vendido sob a forma de pó ou pequenos cristais, raspados de uma pedra, e o nome dessa substância não é aplicado para designar a “bala” ou “pastilha”, como são chamados os comprimidos de ecstasy. A “bala” é normalmente considerada boa ou ruim em função do seu grau de pureza, contudo, algumas “marcas”, como a antiga Y2K, ganham prestígio no mercado, apresentando associações de drogas que incluem quantidades ínfimas do MDMA.

¹¹ O LSD (ácido lisérgico) puro é vendido sob a forma de cristais que podem ser embalados em cápsulas, revestidos com algum veículo (“microponto”), ou diluídos em um líquido (“gota”). No entanto, a forma mais encontrada do LSD é derramado sobre um papel absorvente em forma de cartelas contendo desenhos que remetem à sua “marca”. O “doce” ou “quadrado” é a unidade destacada dessas cartelas e apresenta misturas variáveis, contendo anfetaminas.

¹² Ver detalhes mais adiante no capítulo sobre o consumo.

4 O MORRO E A PISTA

Não apenas as drogas sintéticas e as versões mais sofisticadas da cannabis são distribuídas pelos traficantes “da pista”. A maconha prensada e vendida em forma de placas é o sustento regular dessas redes, pois o ecstasy e o LSD são mais consumidos em períodos de férias e feriados longos, seguindo ciclos sazonais de venda. O haxixe, por sua vez, apesar de estar conquistando um mercado cada vez maior, acaba custando muito caro aos fumantes mais assíduos e só compõe a rotina de consumo dos próprios traficantes ou dos usuários com alto poder aquisitivo. O skank e os demais artigos de luxo citados, então, são ainda mais escassos e, portanto, ainda mais valorizados no mercado. O que tem sempre quem queira é a maconha, a qual é fumada regularmente pelos diversos consumidores que adquirem o hábito de “comprar peso”. São esses os clientes que mantêm o fluxo de mercado e, em certas ocasiões, adquirem também através dos mesmos distribuidores, a “balinha” e o “docinho” que levam para alguma festa ou viagem em especial.

O “morro” tem sido a principal fonte (apesar de não ser a única) para a aquisição da maconha e da cocaína que é revendida na *pista*, ao passo que as demais drogas mencionadas são adquiridas diretamente no mercado internacional de drogas por traficantes de classe média e média-alta, sem passar por qualquer envolvimento com o tráfico das favelas. Ainda assim, os atores sociais envolvidos na distribuição desses diferentes tipos de drogas são muitas vezes os mesmos, de modo que estas ramificações dos fluxos comerciais não compõem redes separadas. Praticamente todos os traficantes com quem me deparei ao longo da pesquisa já comercializaram drogas paralelamente por essas duas vias, o que não é a regra, havendo outros que se especializam.

A rede social estudada inclui poucos traficantes de cocaína só em suas margens, apesar de conter diversos usuários. Esses traficantes não se propõem a vender essa droga alegando

diversas razões dentre as quais: o medo de usar demais e “se derramar”; o problema dos “viciados” que ligam durante a madrugada e vivem devendo; o “carma”¹³ que vem com a venda dessa droga. A participação mais recorrente da cocaína nas transações comerciais praticadas pelos traficantes estudados é a exportação para a Europa, onde é convertida em drogas sintéticas e cannabis de alta qualidade a serem importadas de volta ao Brasil. Para essa operação, a cocaína deve ser pura e, portanto, não é comprada nos morros da cidade. No caso narrado no capítulo anterior, um empreendimento dessa ordem resultou em um golpe aplicado por uma das partes envolvidas e o pretexto alegado foi que a cocaína enviada, comprada no morro do Turano, não apresentou a qualidade exigida no mercado europeu.

4.1 FONTES ALTERNATIVAS

Mesmo o abastecimento da maconha exclui com frequência as redes que operam nas aglomerações de moradia de baixa renda, efetuando-se através dos contatos entre os traficantes de classe média e atacadistas de outros estados. Ao longo da pesquisa já foram relatados algumas conexões dessa ordem, mas ainda assim, a maconha obtida no atacado dos pontos de venda de drogas implantados nas favelas é a que predomina no tráfico “do asfalto” no Rio de Janeiro. Segue alguns casos coletados sobre fontes alternativas de maconha:

- a) Bernardo costumava pegar em média 50 Kg de maconha “boa” (na época chamam-na de “clone”) a crédito com os seus amigos Cazé e Thiago que, envolvidos com traficantes de classe alta da Barra da Tijuca e mais organizados, chegavam a “fechar caminhão”, mas “a firma” foi desarticulada com a prisão de alguns membros;
- b) Igor e seu irmão, moradores de Icaraí em Niterói, tinham bons contatos no sul do país e traziam grandes quantidades de maconha, fornecendo inclusive para

¹³ Mesmo os informantes que consomem cocaína parecem corroborar com uma visão pejorativa dessa droga, considerando a sua venda, moralmente condenável.

algumas “bocas” no Jacarezinho, até seu irmão ser preso e ele perder o antigo fluxo, de modo que atualmente privilegia-se do seu “contexto” no “Jaca” para comprar alguns quilos a um bom preço;

- c) Durante alguns meses João pegava planta com Luizinho, morador de Icaraí, e, apesar deste não ser nenhum “patrão”, mas apenas um pequeno atacadista, trazia diretamente do Sul a maconha que revendia, no “contexto” de um amigo que conhecera durante uma viagem de verão;
- d) Um importante fornecedor de drogas na trajetória de Bernardo foi o seu amigo Otávio, um jovem da classe média alta de Belo Horizonte, que enviava maconha para o Rio de Janeiro e São Paulo, beneficiando-se do contato com presidiários que negociavam com ele através de uma espécie de central telefônica clandestina cujos números mudavam a todo o instante.

No entanto, predominam os contatos em favelas, pois são mais regulares e atendem à demanda com maior adequação entre a quantidade adquirida e a capacidade de escoamento do distribuidor. A maconha envelhece e, portanto, mesmo que seja conservada enrolando-a com tiras de borracha de pneu, deve ser vendida com agilidade, antes que perca o seu valor comercial, e também no intuito de acelerar o fluxo de renovação da mercadoria, estreitando os laços com o fornecedor. As conexões “da pista” que excluem o “morro” das transações acabam sobrecarregando os distribuidores com volumes que excedem o seu potencial habitual de movimentação, impondo que se exponham demais e assumam mais riscos do que o costume. Deste modo, são freqüentes as falhas nessas iniciativas de empreendimentos e a renovação corriqueira em idas e voltas ao “movimento” parece ajustar-se melhor ao modo de atuação dos traficantes estudados.

4.2 O CONTEXTO NO MORRO

Ainda que a principal fonte para a aquisição das placas de quilo de maconha (o “metro”) que são revendidas no varejo da classe média sejam pontos de venda situados nas favelas, o acesso a esse tipo de negociação é restrito. Para um usuário, basta chegar no “movimento” para encontrar as “mutucas” (ou “trouxinhas”) comercializadas no varejo de drogas, podendo comprá-las com facilidade. As vendas no atacado, por sua vez, restringem-se àqueles que têm algum contato na “boca”. Não é qualquer “vapor” que vende tais quantidades e nem qualquer um que negocia com o “gerente”. É preciso ter “contexto”.

Em algumas das trajetórias colhidas em campo, o contato e o “contexto” de que desfrutavam junto aos traficantes “do morro” foi o que possibilitou o início de uma carreira no tráfico de drogas. Luis Antônio, que é de classe média e morador do Rio Comprido, contou que quando adolescente, apesar de nunca ter “formado” (integrado) no “movimento”, andava com os “moleques” de lá e que já até tinha “segurado fuzil” algumas vezes, para não ficar “marcando bobeira na boca”, mas que, por sorte, nunca acontecera nenhum imprevisto enquanto ele estava lá em cima, senão ele teria que “trocar tiro”.

Quando estudou comunicação numa faculdade particular colada ao “morro” que freqüentava, Luis Antônio e seu amigo Rodrigo costumavam “tirar onda” (se gabar) com seus colegas de turma com base “contexto” que tinham no Turano¹⁴ e sentiam-se tão superiores por isso que não se integraram bem e acabaram por abandonar o curso. Júnior, Rodrigo, Luis Antônio e outros rapazes ligados à rede de relações estudada privilegiavam-se dos bons contatos de que desfrutavam em alguns morros para “crescer” no tráfico, pegando diversos quilos a crédito e revendendo no atacado. O status adquirido por conta desses contatos inclusive os colocou em boa posição de prestígio quando passaram a freqüentar raves e vender drogas sintéticas.

¹⁴ Complexo de favelas próximo à faculdade.

Bernardo contou que enquanto estava em Trancoso, interagindo com traficantes italianos bem sucedidos no mercado internacional das drogas sintéticas, para não ficar atrás, se gabava de possuir contatos no morro, inventando e aumentando histórias para impor algum respeito. Ele se sentia mais auto-confiante quando enfatizava o quanto o tráfico no Rio era “sinistro”:

“Eu tava no meio daqueles gringos muito junkie, que até injetavam cocaína e movimentavam várias paradas... eu tinha que tirar uma onda de que no Rio o bagulho é sério.”

4.3 O “PLAYBOY”

Essas interações de traficantes da pista e do morro não ocorrem sempre de maneira tão tranqüila. Os atores nem sempre se conhecem bem e, mesmo que sejam camaradas, no “movimento” impera a desconfiança, de maneira que as transações ocorrem sob a insegurança e o receio dos “playboys”¹⁵, o que se intensifica com os momentos de tensão que experimentam quando vão ao “movimento”, como no seguinte caso narrado em campo:

João vinha pegando “planta” em bocas próximas à estrada Barão de Petrópolis, no Rio Comprido, utilizando-se do “contexto” de seus amigos Júnior e de Mocotó. Cada vez ele era levado para um movimento diferente e acabou conhecendo Bebeto, gerente da maconha nos Prazeres, que se interessou por uma balança digital de alta precisão de João, que concordou em “formar” (trocar o objeto por droga). No acordo faltaram R\$50,00 que João deveria pagar depois. Na semana seguinte, ele foi junto com Bernardo renovar a carga com Bebeto e não o encontrou. Enquanto esperava a planta, percebeu que um “maluco”, que nem era da boca, mas parecia ter alguma relação, começou a reclamar com o “vapor” sobre a presença deles e este o dispensava dizendo “Vai lá então falar com os atividade! Vai!”. Tendo com a situação, João resolveu estabelecer uma relação de confiança com o “vapor” e entregou-lhe R\$50,00, dizendo “Quando você encontrar o Bebeto, entrega isso pra ele e diz que foi o playboy da balança que deixou, pelo que ficou faltando. Ele vai saber quem eu sou.” O vapor aceitou o dinheiro e a tensão se dissolveu.

Quando voltaram alguns dias depois, João encontrou Bebeto e comentou que confiara os R\$50,00 a um “vapor”. O gerente falou que não tinha recebido nada e mandou chamar o tal “vapor” para colocá-lo diante de João. Nesse meio tempo João se desesperou, pois agora seria a palavra dele contra a do “vapor”, ou seja, estava numa fria. No entanto, o “vapor” confirmou ter recebido o dinheiro e jurou tê-lo entregue a Bebeto que acabou se lembrando de ter recebido.

¹⁵ Para os traficantes de drogas do *movimento*, essa categoria engloba todos os moradores do *asfalto* e é por *playboy* que estes são tratados.

O distanciamento entre o “morro” e a “pista” também se faz evidente em um outro caso que me foi relatado de maneira muito impressionada, simultaneamente por Bernardo e João.

Os dois estavam numa “boca” do Morro dos Prazeres, em Santa Teresa, onde vinham pegando alguns quilos de maconha para revenda tanto no varejo (25g ou 50g) quanto no atacado (250g, 500g, 1Kg). Aguardavam pela “planta” que seria buscada no seu “entoque” (esconderijo) e essa espera costumava estender-se por várias horas, sem que houvesse qualquer previsão do tempo que eles precisariam permanecer ali. Além da demora efetivamente necessária, parecia haver sempre um desdém pela ansiedade dos “playboys” e até mesmo certo prazer em demonstrar essa falta de consideração. Desta vez, o desconforto de encontrar-se vulnerável aos possíveis imprevistos fora acentuado pela chegada de um carregamento de armas. Os integrantes do “movimento” tiravam-nas de sacos enormes e “experimentavam-nas”, simulando os olhares e a postura corporal de quem está prestes a atirar e com “disposição pra matar”¹⁶. Não se preocupavam em avaliar a qualidade da arma, mas em ver qual “peça” compunha melhor o seu visual. Sobre esse episódio, João e Bernardo, comentaram que “o clima tava pesado”.

Os dois comercializam drogas ilícitas, mas não portam armas e nem sabem atirar. Bernardo não vê graça alguma nesses artigos bélicos, ao passo que João saboreia imaginar-se manejando uma, mas falta-lhe a “disposição”. Já chegou a comprar um “trinta e oito” aos vinte anos de idade, porém confessou que se sentia extremamente inseguro quando o portava, temendo que alguém “entrasse numa” com ele, afinal “eu não posso levar porrada armado, mas também não quero ter que atirar em ninguém”. Após ter a sua arma “travada” pelo pai de um amigo que a encontrara em sua casa, onde João a tinha deixado guardada, ele desistiu de seu fetiche sem jamais ter atirado em ninguém.

A posse ou não de armas é um fator decisivo na incorporação de uma identidade de “bandido” ou tão somente de um “comerciante” que vende mercadorias proibidas por uma lei com a qual não se concorda. Os traficantes “da pista” não se percebem sob a mesma ótica da marginalidade que o “do morro”, fazendo absoluta questão de se diferenciar e inclusive me

¹⁶ “Entre os envolvidos no mundo de crime “bandido” corresponde a uma identidade social construída em torno de característica pessoal e interna: a disposição pra matar.” (Zaluar, 1994, p. 139).

censurando quando aplico o termo “traficante” para referir-me a eles: “Que palavra forte! Não tem outra não?”. No entanto, apesar da desconfiança mútua que permeia esse trânsito entre o morro e o asfalto, o traficante pobre e o de classe média, em alguns casos, desenvolve-se algum nível de confiança, ainda que respaldado na ameaça potencial de uso da violência, produzindo relações cooperativas e de crédito.

Como João e Bernardo estavam renovando com frequência, o gerente passou a deixar parte da planta “no fio” (crédito), empurrando mais do que eles tinham em dinheiro para pagar e trocando os números de telefone celular. João comentou que não gostava de saber que o seu número estava na agenda telefônica de Bebeto (gerente), afinal “vai que o cara roda, ou tá grampeado...”. Certa vez perguntei por que o Bebeto confiava neles e João respondeu:

“Se bobear é mais fácil ele me deixar dever R\$300,00 do que deixar um fudido do morro dever R\$10,00, por que ele tá ligado que eu não vou querer ficar devendo pra eles não. Tem o Júnior... dá pra eles correrem atrás. Eles sabem que nem que eu me enrole, tenho de onde tirar pra pagar. Agora o morador que vai e se enrola pode não ter mesmo como pagar, aí eles tem que apagar o cara pra manter a moral.”

4.4 A COMPETIÇÃO

Apesar da principal fonte de obtenção da maconha vendida na pista ser as redes que operam nas favelas da cidade, estas, por sua vez, não são integradas, de maneira que o funcionamento de cada “movimento” é independente dos demais. Portanto, não é prudente que o traficante “da pista” fique “explanando” (tornando visíveis) as suas vendas no varejo, nas imediações de um “movimento” que não seja o mesmo onde ele comprou a droga. Nesse caso, não faz diferença se a “planta” foi adquirida em um morro ou com um atacadista “do asfalto”, pois essa competição não será bem interpretada. Não é comum que ocorram problemas como esse, pois a segregação social costuma alienar os traficantes “do morro” de informações desse tipo, contudo, houve um caso narrado no qual essa questão aparece:

Cadú ainda morava com os seus pais em um bairro da zona norte da cidade e vendia maconha para os seus amigos e conhecidos da área. Os “metros” que movimentava eram comprados em contatos da pista ou, por vezes, no Turano, não costumando manter relações comerciais nos morros próximos à sua casa. Certa vez, ele apareceu desesperado e dizendo que não poderia voltar para a casa dos seus pais por algum tempo, pois os caras do

“movimento” lá da área haviam matado um de seus clientes que comprava pedaços maiores para a revenda no varejo.

“Pô, o maluco era tranqüilão, morava com os coroa dele, já meio velhos, vendia pouquinho, só pra fazer um dinheirinho e tirar o de fumar. Nem explanava tanto. Mas sei lá o que foi... acho que ele tava vendendo pedaço pequeno e o “movimento” era no final da rua dele. Os caras ficaram sabendo e acharam que tinham que apagar o cara. Agora eu tô bolado, por que era eu que vendia pra ele, né...”

Esta foi a única história desse tipo que chegou aos meus ouvidos, porém suponho que os traficantes “da pista”, especialmente os que moram bem próximos a uma “boca”, sejam cuidadosos para evitar tais situações. Uma das razões pela qual esses problemas não se repetem é a diferença nas quantidades vendidas no varejo. No “movimento” costumam ser comercializadas “trouxinhas” de R\$2,00, R\$5,00, R\$10,00 e no máximo de R\$15,00, contendo pesagens imprecisas de farelos de maconha prensada, isto é, medidas “no olho” e enroladas em pedaços de plástico com a quantidade que se supõe valer o preço cobrado. Já nas redes estudadas, não se vende um peso inferior a 25g, que custa entre R\$50,00 e R\$70,00, dependendo da qualidade ou da relação entre oferta e procura. Os pedaços fornecidos no varejo, que também podem ser de 50g, custando o dobro, vêm cortados em uma única pedra (no máximo com uma lasquinha para compensar um corte impreciso) e embalados em um filme plástico.

Desta maneira, os clientes que sustentam estas distintas redes do mercado ilegal de drogas não são exatamente os mesmos, pois o consumidor que “compra peso” e possui contatos na classe média é o usuário de classe média que cultiva o hábito de fumar maconha com bastante frequência. Aquele que vai até o “movimento”, ou é morador da favela ou é um consumidor mais esporádico da droga, pois se considera arriscado sair de lá com muitas “mutucas”¹⁷, devido ao sufoco promovido pela polícia nas saídas dos morros e, portanto, é ainda mais incômodo ter que voltar sempre. Os clientes dos traficantes “da pista” só recorrem

¹⁷ O porte de diversas unidades embaladas separadamente pode enquadrar o consumidor como traficante. Recomenda-se, portanto, abrir as trouxinhas e juntá-las numa só, o que nem sempre é feito, dada a tensão envolvida no processo de compra e porte da droga, sob tais circunstâncias.

às “bocas de fumo” quando há uma “seca”, isto é, uma interrupção temporária no fornecimento de maconha com os contatos conhecidos.

Reuter (1983) demonstrou, através da análise de distintos mercados ilegais, que os custos resultantes do uso da violência para a supressão da competição excedem os benefícios do engajamento em práticas monopolistas fundadas na coerção pela força, apresentando dados que contrariam as especulações oficiais de que os mercados ilegais tendem naturalmente a essas disputas violentas (REUTER, 1983). Não foram observadas quaisquer tentativas de manutenção de uma hegemonia sobre um território nas redes do tráfico “da pista”, salvo na reportagem de jornal apresentada na sessão 2.2 desta dissertação. Mesmo nas relações entre a “pista” e o “morro”, a competição não parece ser importante, sendo privilegiada a cooperação entre as redes concorrentes, promovendo lucros ao invés de prejuízos.

Se, de fato, nas redes de tráfico que operam nas favelas ocorrem freqüentes disputas por territórios para a implantação dos pontos de venda de drogas e os traficantes se utilizam de seu poder bélico para tais fins, isso se deve a uma especificidade histórica e cultural dessas articulações do mercado ilegal de drogas nas aglomerações de moradia de baixa renda no Rio de Janeiro.¹⁸ Como o tráfico “da pista” opera sem uma fixação espacial definida e ainda sobre o asfalto, o qual é alheio às tais disputas territoriais travadas, mantêm-se um distanciamento conveniente e a convivência pacífica entre essas distintas modalidades do narco-mercado costuma ser preservada.

Sobre a competição entre os próprios traficantes de classe média, foi reportado um incidente no qual a própria força coercitiva legítima das agências de controle foi acionada, apontando para uma possível estratégia de eliminação da concorrência através da delação. Daniel, um ex-traficante alheio à rede de relações central abordada aqui, contou ter sido preso após um flagrante armado por um concorrente. Ele tinha marcado um encontro com uma

¹⁸ Ver capítulo 2, item sobre a territorialidade, e Misse (1999) sobre a história social do banditismo nos morros do Rio de Janeiro e a corrupção, que afetam, nesse caso, os argumentos de Reuter.

cliente que mal conhecia, mas era uma emboscada que, segundo ele, teria sido armada por um outro traficante que se incomodava com a disputa no mercado. Daniel disse ter conseguido ser liberado em dez dias, pagando R\$10.000 às autoridades (não especificou quais) e, desde então, parou completamente de movimentar, alegando tratar-se de um meio sujo, no qual as pessoas são contaminadas pela ganância. Ele não tomou nenhuma atitude contra os seus delatores.

No entanto, não foi evidenciada a recorrência de situações como esta e a delação é percebida como uma prática sórdida e injustificável que fere os valores fundamentais compartilhados nos mais diferentes mercados ilegais. Nas relações internas às redes do “asfalto”, a questão da competição costuma ser regulada por uma espécie de “diplomacia” que se desenvolve a partir da noção de “clientela”, uma das “territorialidades alternativas” e “não espaciais” que se desenvolvem no tráfico de drogas entre os jovens de classe média. Por mais fluidas e sobrepostas que estas sejam, existem códigos de conduta em torno do respeito à clientela alheia, mas fica difícil compreender quem é cliente de quem, quando muitas vezes todos se conhecem entre si. A seguinte passagem de campo nos ajuda a compreender melhor essa lógica:

João vinha pegando maconha com Bernardo e um de seus clientes era Eric, morador de Santa Teresa, que ele conhecera fazendo um curso pré-vestibular no Centro do Rio de Janeiro. Certa vez, João, que ficara de levar um metro (Kg) para Eric, não queria sair de casa e pediu a Bernardo, que estava indo para o Centro, que levasse a “planta” para Eric. Quando os dois se encontraram, este último pediu o telefone de Bernardo para passar a tratar diretamente com ele, e obteve a resposta de que se quisesse alguma coisa, era melhor falar com João. De volta à casa de João, Bernardo comentou:

“Esse teu amigo aí tentou te **atravessar**. Pediu o meu telefone, mas eu não dei.”

É necessário o desenvolvimento gradual de uma relação de amizade, até que seja possível excluir um intermediário que exista nas relações comerciais entre as partes, sem que isso seja considerado “atravessar”. Em se tratando de traficantes amigos que “competem” no mesmo degrau da hierarquia de crédito, evita-se vender para alguém que venha comprando

com o outro, mesmo que o grau de amizade com o cliente seja equivalente. Essas trocas de fornecedores em uma mesma rede de amizade costumam ocorrer quando o fornecedor corrente viaja ou apresenta alguma ruptura nos fluxos de seus negócios e seus clientes passam a comprar com outros. Não se tenta simplesmente “roubar” o cliente de alguém, mas isso acaba ocorrendo de maneira natural. Contudo, não há qualquer restrição quanto à competição por clientela entre traficantes que não compartilham de uma relação de amizade. Nesse caso o cliente é absolutamente livre para escolher os seus fornecedores, avaliando-os com base na qualidade da mercadoria, no preço e nas formas da relação que desenvolvem com cada contato.

5 SUCESSO E FRACASSO

Para Sutherland, os criminosos buscam as suas recompensas sociais no próprio elemento criminoso (1937, apud: ADLER, 1993), de maneira que o prestígio e o respeito de que gozam entre seus pares influi na auto-percepção dos traficantes. Inseridos no “jogo” do mercado ilegal de drogas e compartilhando dos valores circundantes nessa esfera, eles disputam entre si pelo “bem escasso e desigualmente distribuído” (Velho, 2004, p. 46) que é o prestígio. A identificação dos indicadores de sucesso e fracasso nas redes estudadas muito nos revela sobre a intercessão das performances individuais com a inserção dos indivíduos nos arranjos relacionais que se constituem nessa modalidade do tráfico de drogas.

As noções de prestígio e ascensão social parecem-me vinculadas, exatamente, a diferentes formas de viver e lidar com a questão da individualidade na sociedade contemporânea. Fazem parte, por sua vez, de um processo mais amplo de construção social da identidade. (Velho, 1987, p. 44)

É indispensável que se compreenda a maneira através da qual o status circula no meio pesquisado para que se possa vislumbrar tanto a lógica de mercado quanto os estilos de vida associados ao tráfico “da pista”. Não deixemos de assinalar que os critérios de avaliação para a distribuição do prestígio não são unânimes, estando sujeitos às mais diversas interpretações e significações particulares. No entanto, ao longo do processo de investigação social, destacaram-se no discurso e na observação das práticas, alguns elementos mais relevantes para uma classificação vertical dos indivíduos.

Conforme assinalado no capítulo 2, o tráfico da pista não se estrutura a partir de uma hierarquia de mando, mas sim de status, o qual circula entre os integrantes das redes desse mercado ilegal. Configura-se uma pirâmide dos fluxos comerciais que é determinante no posicionamento dos indivíduos nessa hierarquia, de tal forma que a ascensão na carreira de um traficante se dá, de um modo geral, pela substituição progressiva das práticas do varejo

pelo atacado. À medida que se aumenta o volume das mercadorias movimentadas e reduz-se o número de clientes-trafficantes com quem se negocia, adquire-se um maior prestígio nas redes sociais em questão. Na contramão, vender para mais pessoas e em quantidades menores dirige o trafficante aos degraus mais baixos da pirâmide aludida.

Ainda que esta equação possa representar o fracasso e o sucesso de maneira típico-ideal, em verdade, não é tão simples quanto pode parecer, pois são diversos os capitais em jogo nesse mercado e estes não se concentram todos em um mesmo indivíduo. Dessa maneira, trafficantes que dispõem de capitais diferentes acabam por se associar, complementando-se e construindo relações de cooperação horizontal que embaralham a percepção da distribuição desigual do prestígio e do poder e constituem uma hierarquia fluida. Segue uma relação, em uma presumida ordem decrescente de importância, dos capitais mais relevantes que circulam nessas redes e atuam como indicadores sobre quem está “por cima” ou “por baixo” nas relações.

- a) **Contatos** – Possuir bons contatos para a obtenção das mercadorias a serem revendidas é a condição primeira do êxito nas redes do tráfico e o que caracteriza um bom contato é a função entre a qualidade da droga, o preço estipulado e a quantidade fornecida. Além de se conhecer um bom contato, é fundamental que se tenha “**contexto**” com o mesmo, o que se expressa na concessão de crédito, isto é, no volume da mercadoria confiada ao revendedor a um preço que permita a quitação ágil dos débitos.
- b) **Liquidez** – Para se ter “contexto” com os bons contatos mede-se a relação entre a quantidade que o trafficante consegue “girar” e o tempo que ele leva para renovar a carga, de modo que se valoriza a alta capacidade de escoamento, a qual lubrifica os fluxos comerciais do mercado.

- c) **Número de clientes** - É ainda mais estimado o traficante que movimentava essas grandes quantias acionando um número restrito de clientes. Reuter (1983), escrevendo sobre o mercado de agiotagem, afirma que em contraste com os mercados de jogos e apostas ilegais, não são usados muitos agentes e que o sucesso não leva ao incremento no número de empréstimos concedidos, mas no volume dos mesmos, o que se explica pela crescente preocupação com a possibilidade de ser preso, à medida que o capital do agiota aumenta. Segundo o autor, a exposição ao risco de ser pego é função primária do número e características dos clientes (REUTER, 1983). A mesma lógica se reproduz nas redes do tráfico aqui estudadas, uma vez que o zelo pela manutenção da clandestinidade de tais empreendimentos ilegais obriga a que quanto maior for o êxito do traficante, maior seja o rigor na seleção dos seus revendedores.
- d) **“Fazer as paradas direito”** – Privilegia-se transacionar com traficantes que seguem corretamente as recomendações para o bom funcionamento do mercado: evitando protelar dívidas; assimilando os valores compartilhados nesse meio; negociando apenas com pessoas confiáveis e jamais com desconhecidos; tomando os devidos cuidados para não se “explanar”, isto é, cair em evidência, evitando “jogar conversa fora”, principalmente ao telefone. Estes obtêm a estima de seus pares e reproduzem expectativas positivas a seu respeito.
- e) **Capital econômico** – São poucas as restrições impostas às compras à vista, embora essa forma de pagamento só seja comum nas vendas do varejo ou nos níveis inferiores da hierarquia do atacado. A acumulação não condiz com o estilo de vida dos traficantes que “giram” quantidades mais expressivas de drogas e que, por sua vez, gastam tudo ou mais do que ganham em cada

transação comercial, alimentando um círculo vicioso de endividamento e movimentação. Para quem tem o capital, basta ter o contato, mas dificilmente se têm muito dinheiro quando se está envolvido demais em tais atividades.

Essas redes do tráfico de drogas caracterizam-se pela instabilidade dos fluxos comerciais que são interrompidos por problemas de atraso ou falha no pagamento; flagrantes da polícia resultando em prisão ou extorsão e perda da mercadoria; afastamento voluntário de traficantes intermediários por precaução ou quaisquer motivações pessoais; etc.. Não havendo uma organização empresarial duradoura, este mercado opera sob uma constante reconfiguração das redes de contatos para crédito, compra e venda de drogas, alternando-se os papéis assumidos pelos traficantes. Portanto, estar “por cima” ou “por baixo” diz respeito ao posicionamento do indivíduo em um arranjo de relações específico a uma fase ou ocasião e que pode ser alterado.

Há ainda os casos de transações nos quais não fica muito clara a verticalidade do posicionamento relacional de cada ator. Já fiquei a par de diversas ocasiões em que o traficante que conhecia os contatos, não possuía crédito e nem capital econômico para investir, pegando adiantado o dinheiro de seus “revendedores” e voltando, em seguida, com a mercadoria. Em outras, um indivíduo com alta capacidade de giro, porém enrolado com a sua contabilidade e, portanto, desacreditado junto aos seus contatos, “fecha” com algum amigo que não consiga movimentar no mesmo ritmo, mas que ainda tenha “contexto” com os fornecedores ou capital para investimento e ambos dividem os lucros. São diversas formas associativas que podem ser encontradas nessa rede.

Tal dinâmica da circulação do status proporciona um senso de igualdade entre os traficantes que se associam de tal modo que, mesmo nas relações comerciais hierarquicamente verticais, reproduz-se uma perspectiva de cooperação horizontal. As transações se efetuam

principalmente entre amigos cuja atuação comercial é autônoma, porém interdependente. Afinal, os traficantes precisam “botar pra fora” a sua mercadoria e, com essa finalidade, compartilham com os seus revendedores as dívidas que assumem em seu nome, estabelecendo parcerias, isto é, num fortalecimento mútuo. Ainda que o fornecedor concentre mais poder hipoteticamente, ele fica nas mãos dos seus distribuidores, esperando pelo pagamento breve e contando com a manutenção da preferência por parte de seu cliente, que, por sua vez, pode recorrer a outro contato.

5.1 ADIANTAR

João recebeu, na porta de sua casa, Leandro, com o qual pegou dois gramas de cocaína para consumir e pagou-lhe no ato. Perguntei-lhe por que ele havia pagado, pois Leandro ainda não tinha acertado o meio quilo de maconha que João lhe deixara “no fio”. João me respondeu que o “pó” não tinha nada a ver com a “planta” (maconha) e que Leandro estava precisando de dinheiro para renovar com o “contato” dele na Coroa (favela do Rio de Janeiro), portanto era preciso “adiantá-lo” para ele não se “enrolar”. Foi então que João me explicou o que ele entendia por **adiantamento**, exemplificando com a relação comercial que vinha mantendo com o “contato” com quem vinha pegando a maconha que vendia.

“Eu só precisaria girar 5kg para fazer o mesmo lucro que eu tô fazendo, trabalhando com mais calma e me arriscando menos. Só que para adiantar o Luizinho, eu tô pegando 10 metros (Kg) no fio e botando pra fora sem ganhar quase nada em cima, só pra ele poder renovar mais rápido. Se demorar pra renovar, a planta vai ficando velha, depois já não tem mais, aí rola um tempo de seca. Se todo mundo se preocupar em manter o fluxo, entender que se deixar de ganhar aqui vai ganhar mais na frente... fechar junto mesmo... aí é que tudo flui e todo mundo sai ganhando. Um ajuda o outro a crescer e o movimento fica contínuo. Mas nego é foda! Você vê o Roberto, por exemplo, eu tento empurrar mais no fio pra ele... se não vender, devolve! Tá lá a planta! Mas ele prefere vender só pedaço pequeno ganhando muito em cima. Já o James (apresentado por Roberto), ele sim pega o que eu der pra ele e bota pra fora, então eu adianto ele e ele me adianta. Tem que assimilar a **consciência do mercado** pra tudo fluir bem. Aí vem o Roberto querer que eu faça 250g cobrando igual eu cobraria 500g ou 1kg e vem com uma conversa de que ele me apresentou o James...”

“Adiantar” aparece como uma atitude de quem assimila a consciência do mercado e contribui para lubrificar os fluxos comerciais, estabelecendo relações de cooperação entre as partes envolvidas. Essa categoria tão presente no discurso dos traficantes estudados não

remete tão somente ao adiantamento de mercadorias em um esquema de consignação de vendas, mas é sinônimo de “fortalecer” (outra categoria recorrente) e ambas denotam a valorização do auxílio aos seus pares, sem perder de vista a noção de reciprocidade envolvida. Tratando-se de um mercado fundado na sociabilidade primária, a “solidariedade” é um valor simultaneamente coerente com as relações de amizade através das quais se efetuam as transações comerciais e com a lógica capitalista que governa a troca de interesses observada.

“Fortalecer” é “dar uma força”, mas não uma dádiva e nem uma ação da qual se espera uma retribuição e sim um fortalecer-se mútuo, no qual se intensificam os vínculos e se ganha com o estímulo que a coletividade proporciona. Nessas redes em que os traficantes são empreendedores autônomos e, no entanto, interdependentes, o estreitamento dos laços afetivos e comerciais favorece o bom funcionamento do mercado. A probabilidade de êxito pessoal aumenta com o bom termo da relação de um traficante com seus pares e com a prosperidade dos mesmos, portanto é lucrativo inserir-se nas redes de solidariedade e contribuir para os seus amigos “crescerem”.

Na mesma ocasião do relato acima, João continuou a exemplificar o que ele entendia pela consciência do adiantamento:

“Agora que eu estou com dinheiro, eu poderia bancar uma viagem lá pra fora, mas o Bruno está no contato desse “coroa” aí, fazendo várias viagens... Mesmo que se eu mandar uma viagem eu vá lucrar mais em cima de cada quadrado (unidade de LSD), vale mais eu investir nas paradas do Bruno, por que o preço já tá maneiro, dá pra ganhar bem em cima e eu ainda fortaleço a “firma” deles. Eu evito correr um risco a mais e adianto eles lá, contribuindo pra as paradas girarem mais rápido.”¹⁹

“Adiantar” também aparece em oposição a “atrasar”, isto é, atrapalhar, criar problema, termo associado principalmente à demora dos devedores para saldarem seus débitos, o que atrasa o credor no pagamento de suas próprias dívidas e na renovação de suas mercadorias. Estas duas categorias atribuem uma temporalidade ao valor da ajuda recíproca, o que vai de

¹⁹ Notem a mudança no discurso. Essa passagem foi colhida alguns meses antes daquela já apresentada, na qual João reclama do preço cobrado por Bruno sobre a unidade de LSD.

encontro com a noção de pressa tão freqüente no vocabulário desse tráfico. Conseguir drogas é “agilizar” drogas, efetuar transações comerciais é “fazer uma correria”. “Adiantar” e “atrasar” são pólos das trocas objetivas e intersubjetivas, mesmo quando o tempo não entra como referência imediata no juízo sobre um curso de ação.

Podemos observar que o êxito na carreira de um traficante depende do sucesso de seus associados situados tanto acima quanto abaixo na pirâmide dos fluxos comerciais e que a maneira como cada um se insere nas relações próprias ao mercado influencia toda a rede social imediata de distribuição das drogas. No entanto, não nos deixemos levar pela ilusão de igualdade proporcionada pela observação da reciprocidade nas interações em questão. Nas transações, cada parte possui uma margem maior ou menor para a barganha e a tensão negociada favorece ao que estiver em posição privilegiada, tal como sintetizado por Pedro: “Quem precisar mais corre atrás”. A concentração do poder nas relações comerciais entre os traficantes que, na maioria das vezes são amigos, não se evidencia de forma ostensiva, mas aparece com sutileza.

João devia uma soma de dinheiro a Bruno e queria saldar uma parte da dívida, no intuito de pegar mais mercadoria para “se levantar”. Este último vinha cobrando-o e os dois já haviam marcado duas vezes de se encontrar, mas quando João comparecia ao bairro combinado para o encontro, Bruno não atendia o celular e João perdia a viagem. Na terceira tentativa de encontro, no bairro de Laranjeiras, João entrou no carro de Bruno, que estava com sua namorada européia, e este sugeriu que enquanto dirigia, eles fumassem um baseado de haxixe com tabaco e fossem “trocando idéia”. João concordou, pois imaginou que circulariam pela zona Sul, mas Bruno pôs-se a caminho de sua própria casa que ficava no Recreio dos Bandeirantes (zona oeste) e seu amigo não protestou por que achou que iria junto até lá. Quando o baseado acabou, Bruno encostou seu carro em um ponto de ônibus da Barra da Tijuca e despediu-se de João que, enfurecido, engoliu a seco e queixou-se depois para mim:

“Ele tá achando que eu preciso dele, mas eu não preciso dele pra porra nenhuma! Ele fica de vacilação... tá fudido comigo... não vou pagar mais ele não. Só quando eu tiver muito tranqüilo. Vou ficar me apertando pra pagar o cara que se diz meu amigo e fica nessa!”

5.2 CAPACIDADES INDIVIDUAIS

Em sua etnografia de uma comunidade de traficantes de drogas (cocaína e maconha) de classe alta, realizada na década de 1970, na Califórnia, Adler (1993), também dedica um capítulo à compreensão do sucesso e do fracasso²⁰, cuja distinção se faz reconhecível numa dimensão estrutural no mundo das drogas, baseada no posicionamento dos traficantes (“*dealers and smugglers*”) em uma hierarquia de prestígio. O reconhecimento e o respeito desfrutados por um traficante se baseavam na sua reputação entre seus pares, a qual se fundamentava no conhecimento de histórias e performances passadas. A autora destacou alguns critérios para a estratificação, os quais classificou como caráter, perspicácia para os negócios e habilidade para livrar-se de problemas legais. Todos eles estão fundamentados em características individuais dos integrantes. (ADLER, 1993)

Dentre os atributos de caráter, aparece a *integridade*, medida pela honestidade e justiça nas transações comerciais e pela economia no uso da violência, que deve permanecer enquanto ameaça. São também valorizadas a *generosidade*, contraposta à ganância, e a *confiabilidade*, em oposição ao auto-convencimento, ao super-otimismo e aos problemas de auto-controle, como o consumo abusivo de drogas, que acabam comprometendo o cumprimento dos acordos. Por fim, Adler menciona a *coragem*, indispensável a quem se envolve numa profissão de risco. (ADLER, 1993)

Sobre a sagacidade para os negócios, o principal seria o senso para tais atividades (“*business sense*”) o que consiste em ter um “olho bom” para vislumbrar o lucro nos empreendimentos. É necessário ter o *conhecimento sobre como operar*, acessando um “complexo de técnicas” (SUDERLAND, 1937, apud: ADLER, 1993), como também *conhecer pessoas*, o que vai desde os contatos, os empregados e empregadores. O traficante precisa ser capaz de *coletar débitos*, o que pode implicar no uso da violência física ou a sua

²⁰ ADLER, 1993, Chapter 6: Success and Failure, pp. 99-122.

ameaça, na difamação e exclusão do devedor, bastante eficaz nos círculos mais coesos, ou na apreensão de mercadorias substitutivas como a mobília da casa do devedor, pois a aceitação da “volta” (“*sting*”), desprestigia o credor. O êxito está vinculado à capacidade de *avaliar as pessoas*, o *conhecimento do produto* e o *gerenciamento do dinheiro*. (ADLER,1993)

Enfim, a autora explica que o posicionamento de um traficante no continuum de prestígio corresponde ao grau de sucesso e fracasso e os mais eficazes em *evitar problemas com a lei*, perdem menos dinheiro e drogas e sofrem menos interrupções do seu fluxo de compra e venda, tornando-se parceiros comerciais mais desejáveis. Para isso, recomenda-se manter a discrição, traficar longe de casa, manter um negócio legal como fachada e transacionar apenas com indivíduos com referências garantidas. A prisão representava uma brusca transformação de status: um passo para o fracasso. (ADLER,1993)

É incrível a aplicabilidade dos critérios de estratificação descritos por Adler às redes pesquisadas no presente trabalho. Tudo isso poderia ser dito sobre o êxito nas carreiras dos traficantes “da pista” no Rio de Janeiro, atenuando apenas a questão do recurso à violência para a cobrança de débitos. O estudo de Adler também remete a uma comunidade de traficantes de drogas na qual se estima a abstenção ao uso da força, porém, tratando-se de movimentações muito maiores do que aquelas observadas na minha pesquisa, isto é, envolvendo até centenas de milhares de dólares e grandes carregamentos de mercadoria, os casos de falha nas relações de crédito chegam mais facilmente ao ponto em que a cobrança violenta se faz necessária, ainda que esta seja a única situação em que é aceita.

A autora privilegiou a apresentação das características individuais valorizadas para a atribuição do prestígio entre pares na hierarquia observada entre os traficantes de classe alta, a qual remete ao sucesso e ao fracasso nas carreiras dos mesmos. Em contrapartida, preferi descrever o posicionamento dos traficantes na hierarquia de status a partir da distribuição desigual de capitais que se constituem na interação das capacidades e talentos de cada um

com o seu relacionamento com a rede social na qual se inserem. No entanto, os critérios enumerados por Adler (1993) são justamente os traços individuais que permitem ao traficante uma boa inserção nessas redes do mercado ilegal de drogas praticado pelos jovens de classe média do Rio de Janeiro.

5.3 SEGURANÇA

Conforme já assinalado, alguns dos principais indicadores do êxito de um traficante na hierarquia de status desse mercado ilegal remetem à manutenção de práticas comerciais mais seguras, evitando problemas com a polícia e a justiça. Dentre elas, foi destacada a necessidade de se **limitar os contatos** à medida da ascensão na pirâmide dos fluxos de mercadoria e prestígio. Recomenda-se restringir progressivamente os seus clientes a outros atacadistas, de maneira a evitar problemas com a polícia.

Um exemplo disso é Cazé o qual conheci, à passeio, no Sana (distrito da região serrana de Macaé) e, se não me dissessem, eu jamais teria imaginado que ele era o tal Cazé, “o patrão”, pois sua postura era de humildade e não pude observar em sua conduta, nenhuma forma de ostentação. Percebi que ele era “camarada” de outros traficantes com quem ele simplesmente não mantinha relações comerciais. Depois disso eu não o encontrei novamente, mas sempre fiquei a par do que os outros falavam de sua vida, e diziam que nem ele nem o seu “parceiro” Thiago, apareciam mais em lugar algum, pois haviam “crescido” tanto que não podiam mais “ficar dando as caras por aí na noitada”. Eles tinham atingido um patamar diferenciado, tornando-se distribuidores diretos de grandes atacadistas “lá da Barra” que “fechavam caminhão” e passaram a ter que restringir demais os contatos para venda e a precisar ser muito discretos.

A necessidade de se limitar os contatos não é válida apenas para os degraus mais elevados da hierarquia. Os traficantes manipulam a contradição entre a necessidade de

encobrir suas práticas ilícitas, restringindo a rede de indivíduos com os quais se relacionam comercialmente e a vantagem de expandir essas redes, lucrando com a diversificação de contatos para compra e venda de mercadorias. Não se pode simplesmente colocar um amigo “na fita” de um traficante. Este é o mecanismo pelo qual as redes se ampliam sem expor demais os traficantes e é também o primeiro passo no envolvimento de um indivíduo na prática do tráfico.

Um cliente cujos amigos não tenham contato para a aquisição de drogas, deverá “fazer essa ponte” por conta própria, caso ele queira “adiantá-los”. Desta maneira, um consumidor pratica o tráfico de drogas apesar de não ser essa a sua intenção e, se passar a lucrar sobre a droga que “movimenta”, pode até se profissionalizar, incorporando tal prática ao seu cotidiano. É assim que os traficantes começam suas carreiras e que as redes se ramificam.

Enquanto passava as suas férias em Itaúnas (ES), Júlia conheceu Rodrigo, morador da Barra da Tijuca, que “ficava” com uma de suas amigas. Após comprar um “ácido” (LSD) com ele, alguns amigos pediram-na que os “colocassem nessa fita”, mas, ciente de que não poderia simplesmente apresentá-los a Rodrigo, ela voltou em sua casa e comprou mais sete “doços”, repassando-os aos amigos.

Para “colocar alguém na fita” de um traficante, é preciso apresentá-los primeiro como amigos para que futuramente eles possam estabelecer relações comerciais entre si, pois todos eles preocupam-se em “vender só para camaradas”. Os traficantes podem até comercializar drogas com pessoas que acabaram de conhecer, desde que estas pareçam ser “tranqüilas” e respeitem cada passo do desenvolvimento de uma relação de confiança. Mesmo uma pessoa conhecida não pode “chegar perguntando” sobre drogas. Este é um assunto delicado que deve surgir no meio da conversa, como que por acaso. Além disso, traficantes com maior status nas redes do tráfico evitam vender no varejo e muito menos em lugares visados como as festas rave. Mesmo que se abram algumas raras exceções, estas não se estendem, por exemplo, ao fornecimento do número de telefone de um traficante a um interessado em comprar drogas. Não se vende drogas para qualquer um e nem em qualquer lugar.

Luiza estava numa rave em Búzios quando viu um traficante “famosinho” da Barra, conhecido de seu ex-namorado. Interessada em comprar uma “bala”, ela foi até ele, cumprimentou-o e perguntou se ele tinha alguma para vender ou se ao menos sabia quem tinha. O rapaz respondeu que não tinha e nem sabia quem tinha.

As vendas no varejo exigem o envolvimento com um número muito extenso de clientes para que se possa lucrar com esse comércio, no entanto, os traficantes exclusivamente varejistas não despertam tanto a atenção das investigações policiais, a não ser que “se expliquem” demais. Os traficantes mais visados são aqueles que movimentam quantidades maiores, porém são justamente os mais difíceis de serem descobertos, pois restringem o seu círculo de relacionamento comercial. O perigo reside na insistência em conjugar a prática do atacado com a do varejo, praticada por uma grande parte dos traficantes, expondo demais os indivíduos bem relacionados e de intenso fluxo de giro, que muito interessam às autoridades.

Cadú contou que estava no apartamento de Dodô, em Copacabana, quando policiais civis invadiram e prenderam este último. Durante a operação, um dos policiais pegou uma pedra de 50g de maconha, mostrou-lhe e disse:

“Tá vendo isso aqui? É vendendo isso que vocês são pegos. Se venderem só o quilo, fica muito mais difícil chegar até vocês”

5.4 COMUNICAÇÃO EM SEGURANÇA

Outra prescrição essencial à manutenção da clandestinidade das atividades criminosas é o cuidado com todos os meios de comunicação. A violação dessa regra é a principal fonte de informação para as agências de controle e de obtenção de provas para o indiciamento dos presos acusados. O único veículo seguro para se “falar as paradas” é o face a face e que ainda assim incorre ao risco de encadear uma rede de fofocas caso não se escolha adequadamente as pessoas com que se “fala as coisas”. Existem algumas prescrições compartilhadas entre os traficantes quanto às pessoas com quem devem ou não se associar e é reconhecida a

necessidade de se excluir das redes de relação aquelas que não assimilam as normas desse mercado e comportam-se de maneira inadequada. “Falar demais” é um dos comportamentos mais evitados, pois multiplica as chances reais de ser descoberto pela polícia, porém os traficantes tendem a comentar além do necessário e acabam com o “nome na pista” (famosos).

A celebridade que o envolvimento com o tráfico de drogas pode acarretar é até certo ponto desejável pelos traficantes, pois lhes confere um status diferenciado entre seus pares, freqüentadores dos mesmos ambientes de socialização e pertencentes às redes de relacionamento nas quais estão inseridos. Entretanto, é reconhecida a necessidade de não “se explicar”, isto é, tornar público o conhecimento sobre as suas atividades ilícitas.

Bernardo movimentava grandes quantidades de maconha e drogas sintéticas e vinha guardando seu “flagrante” na casa de Gilsinho que também transportava as drogas em seu carro, até mesmo de um estado para outro. Ainda assim, os amigos de Bernardo diziam que ele era maluco de “fechar” com Gilsinho por que este gostava de “tirar onda” e “jogar conversa fora”, enfim, falava demais. Gilsinho acabou sendo investigado e preso, mas a polícia não conseguiu identificar Bernardo que sumiu por alguns meses e depois voltou, sem poder movimentar como antes.

Deve-se evitar falar sobre drogas ao telefone, mas ainda assim eles continuam a fazê-lo, pois é quase impraticável “movimentar” sem o uso do celular. Algumas das medidas empregadas para reduzir o risco proporcionado por esse meio de comunicação é: ligar de telefones públicos; trocar sempre de número; usar celulares “cabritos” (ilegalmente habilitados); falar em códigos que, mesmo que identificáveis pela polícia, não sirvam como prova em julgamento; não mencionar o seu local de moradia; evitar entrar em maiores detalhes sobre as transações efetuadas.

Certa ocasião, Cadú reclamou de Bernardo:

“Bernardo tá maluco, mesmo... Qual foi?! Ele me liga e pergunta a que horas eu vou viajar e eu respondo NOVE DA MANHÃ. Eu tô indo pegar um avião, cheio de parada, e ele me pergunta pelo TELEFONE a que horas eu viajo?” (Cadú viajaria naquela noite para um festival de música eletrônica na Bahia)

João vive reclamando dos seus clientes:

“Não adianta falar com os caras que eles não têm noção. Eu peço pra parar de jogar conversa fora no telefone, mas aí eles ligam perguntando se eu tô com aquelas camisas, aqueles CDs, quadros, plantinhas, metros... não adianta que já tá tudo manjado. Mas ninguém tá nem aí não, quando não é o deles que tá na reta. Eu ainda ando ouvindo um chiado esquisito no meu telefone. Vou até mudar de novo.”

Desde que quatorze traficantes de classe média foram indiciados e presos a partir de uma investigação que teve origem na comercialização de drogas usando o Orkut como meio de comunicação, não se ousa mais “explamar-se” dessa maneira. O Orkut é de acesso público e, portanto, não pode revelar sobre as transações clandestinas de um traficante de drogas preocupado em encobrir suas atividades. Tal exposição só é plausível em se tratando de amadores alheios ao perigo real que o envolvimento nesse mercado ilegal envolve. Para tratar sobre drogas pelo Orkut, é preciso falar em códigos muito discretos.

Perguntei a João se ele estava saindo com Carla, ex-namorada de seu amigo, pois em seu Orkut havia uma mensagem (*scrap*) dela, perguntando se “aquela pulseira” ainda estava na casa dele. João esclareceu que Carla só queria saber se ele estava “com planta”:

“Assim é que tem que ser. Fica parecendo que tá rolando alguma coisa entre a gente, mas é melhor do que o Igor que outro dia me mandou um scrap, numa sexta-feira, dizendo para eu não sair sem que ele antes passasse lá em casa. Isso é muita explanação.”

É mais comum que se utilize o MSN para negociar drogas, marcar encontros e cobrar dívidas, pois este é um meio de comunicação de uso privado e mais seguro do que o celular. Ainda assim, evita-se usar palavras-chave comprometedoras, conversando inclusive através de metáforas como “quando é que você vai dar comida para os ratos?” (quando vai me pagar?). Outro veículo usado são os e-mails, normalmente “fake” (falsos), através dos quais eles se comunicam da maneira mais segura depois do face a face.

5.5 EXPLANAR A BASE

O local de moradia do traficante costuma ser preservado e apenas amigos ou pessoas com referências confiáveis devem freqüentá-lo e é comum vê-los reclamar quando seus amigos trazem um estranho em sua casa. Mesmo que se realizem trocas comerciais com pessoas pouco conhecidas, marca-se um encontro na rua quando não há confiança o bastante para um ir à casa do outro. Na mesma ocasião narrada anteriormente em que Cadú reclamava de Bernardo, ele prosseguiu:

“Acho que ele passou um tempo sem movimentar as paradas e esqueceu como as coisas são. Outro dia ele não me aparece na minha casa com a Diana?! Se ele confia nela, o problema é dele, agora eu é que não quero que essa mulher saiba onde eu moro. Se amanhã ou depois me acontece alguma coisa, é com ele que eu vou acertar e não vou ter dúvida de que foi ela.”

(Diana era namorada de Bernardo há três anos e tinha uma péssima reputação, pois era usuária de cocaína desde nova e começou a sair com Bernardo quando ele estava se viciando em pedra. Os dois mantinham uma relação bastante conturbada. Diana dava crises de ciúme na frente de todos os amigos, que já não tinham por ela qualquer respeito, ameaçava Bernardo de delatá-lo sempre que ele terminava com ela e dava escândalos na porta de sua casa gritando que ele era um TRAFICANTE. Certa vez após ela dizer que estava indo para a polícia contar tudo, Bernardo saiu de casa e, de fato, no dia seguinte, sua irmã avisou que a Polícia Civil tinha aparecido atrás dele. Ele teve que se mudar para um quarto alugado em casa de família, ainda em Niterói, mas logo Diana o convenceu de que tudo havia sido uma coincidência e eles voltaram)

A presença de Diana na casa de Cadú só não foi tolerada por ela possuir péssimas referências no que diz respeito à segurança de um traficante, pois normalmente as namoradas são acompanhantes que não representam qualquer perigo e inclusive colaboram como uma espécie de “disfarce” no transporte de drogas. Ainda assim essa situação revela certo cuidado que eles têm em selecionar quem deve freqüentar a sua casa.

Depois que a mãe de Bernardo foi morar em um apartamento e deixou sua casa para ele e sua irmã morarem sozinhos até que esta fosse vendida, a casa passou a ser freqüentada por todos os seus amigos que passavam o dia fumando maconha e viravam muitas noites cheirando cocaína e fumando pedra. Bernardo acomodou-se

em marcar com seus clientes em sua própria casa e, durante algum tempo, guardou seus “flagrantes” lá mesmo, até que passou a “fechar com” Gilsinho que os guardava em sua casa que era menos “explanada”.

João comentou sobre o incômodo proporcionado pela desconsideração de seus clientes com a preservação do seu local de residência.

“Eu estou tentando vetar a galera de vir aqui, e tem uns que eu até já mando a minha mãe dizer que eu não estou, mas também não dá pra marcar sempre na rua e nem ficar indo na casa de um por um. Só que também é foda ficar explanando a base. Outro dia veio o Flavinho e um amigo dele aqui pegar uns doces, depois ele se entregou, me contando que passou uma viatura bem na hora em que ele tava contando os doces, saindo da minha casa. Era melhor que ele contasse na minha frente. Mas os caras pensam o que? Acham que tão saindo da boca? Numa dessa eu é que acabo rodando.”

Procura-se trazer em casa apenas os amigos mais próximos, mas a comodidade de efetuar transações comerciais sem sair de casa acaba por proporcionar o “entra e sai” característico às casas desses traficantes. Já houve casos de prisões por denúncias feitas pelos vizinhos, e, recentemente, o pai de um traficante denunciou o próprio filho à polícia, originando uma investigação que abarcou outros associados. É possível observar a forte presença de um discurso sobre a preservação do local de moradia, mas, diversas vezes, isso deixa de ser levado em consideração.

5.6 OS PAIS

Nas reportagens cada vez mais freqüentes em revistas e jornais abordando o tema do tráfico de drogas praticado por jovens de classe média, os pais costumam demonstrar-se estupefatos com a prisão dos filhos, alegando não imaginar qualquer envolvimento dos mesmos com o tráfico. O pai de um rapaz de 23 anos preso sob a acusação de tráfico de entorpecentes declarou à revista *Época*:

“Sou do tipo de pai que ama. Que ama muito e que cuida. Sempre fiquei atento ao que o meu filho fazia. Sempre pedi telefones e endereços de onde ele ia, contatei pais e amigos. Mas nunca desconfiei de nada. Por cautela, coloquei em casa um programa que me enviava cópias dos e-mails do Pedro Paulo. Ele descobriu e passou a evitar Orkut, MSN, etc. Eu percebi e, ainda mais atento, o flagrei fumando maconha. Preocupado, assisti com ele a filmes como *Carandiru* e *Notícias de uma Guerra Particular*, que mostravam a violência, o tráfico, a prisão. Ele me prometeu que não se envolveria mais com drogas. Um mês depois ele estava preso. Nossa família ficou espantada. Tráfico? Não acredito que ele seja traficante. Se comprou mais e vendeu alguma vez foi para amigos.” (Revista Época, 14 de Janeiro de 2008)

Apesar do discurso presente na mídia nos falar de pais que sequer desconfiavam das práticas ilegais de seus filhos, não foi bem isso o que pude observar em campo. É evidente que os pais de um rapaz que, na maioria das vezes ainda nem foi julgado, não afirmariam publicamente que estavam cientes de que o seu filho fosse um traficante de drogas, pois não querem prejudicá-lo e nem a si mesmos. No entanto, observei que é bem comum que os pais tomem conhecimento do que está se passando, porém não encontrem muito o que fazer a esse respeito.

A mãe de Bernardo, por exemplo, saiu de casa e foi morar com sua própria mãe, deixando os filhos morando sozinhos. Já a mãe de João ameaçou denunciá-lo e chegou a difamá-lo entre algumas amigas no bar da região. Além de se preocupar com o filho, temia que pensassem que ela estava de acordo com o que vinha acontecendo em sua casa. Certa vez expulsou algumas pessoas que ela flagrou fumando maconha, próximo à piscina, durante um churrasco promovido por João e fazia questão de brigar com o filho em voz alta sempre que ele recebia os amigos.

Perguntei a Cadú sobre a sua relação com seus pais, ao que respondeu:

“Os coroas se ligam, mas fazem vista grossa. Eles querem saber do que eu vivo. Eu digo que trabalho com arte, pintando umas camisas e fica por isso mesmo. Quando eu morava lá com eles, eles se ligavam mais, por que eu fumava no quarto e vinha cheiro, né...”

Eu estava ao lado de Rodrigo na praia em frente à sua casa quando sua mãe ligou perguntando por seu paradeiro e, procurando falar em um tom normal, ele respondeu: “Tô em São Paulo.” Ela não o levou à sério e insistiu, até que ele acabou por falar a verdade. Quando desligou, comentou: “Tá vendo... tô desacreditado. Há alguns anos ela ia ficar desesperada.” Eram comuns essas viagens repentinas e sem dar qualquer satisfação, mas após a ocorrência de alguns problemas com a polícia, nos quais a sua mãe ficou ao seu lado, Rodrigo, que permaneceu em liberdade, procurou tratamento psiquiátrico, sossegou em casa e estabeleceu novamente uma relação tranqüila com a mãe.

Alguns pais procuram um diálogo aberto com seus filhos. No carro, à caminho de uma festa rave, Breno, um ex-trafficante, comentou em adição à conversa que se desenvolvia:

“Quem aqui não tem pai e mãe que fumavam um. Me lembro do dia em que eu tava voltando de uma festa, pastilhado²¹, com R\$1.000,00 no bolso, quando o meu pai me enquadrô e perguntou: ‘Me conta aí como é que é essa história de ecstasy. Na minha época eu tomava LSD, mas não tinha essa tal da bala não. Como é que é isso?’ Eu fui e contei tudo. Falei que vendia, tomava... falei a porra toda.”

Poucos são os filhos que, morando na casa dos pais, são capazes de esconder as suas atividades ilegais. Roberto, por movimentar quantidades inexpressivas apenas entre os amigos mais próximos e por conciliar tais atividades com o atendimento a um curso de engenharia em uma universidade pública, consegue se dissimular para a sua mãe que, evangélica, não pode sequer desconfiar que o filho seja nem mesmo um usuário de maconha. Seu amigo James, em contrapartida, têm uma mãe bem “tranqüila” que lhe permite plantar maconha no jardim de casa e fumar em seu quarto sem nenhum problema. Desta maneira, ele movimenta com bastante discrição, recebendo os clientes em casa com naturalidade.

Muitos optam por sair de casa, tal como Júlio que girava grandes quantidades e precisou alugar um quarto de pousada onde foi morar, porém, após “rodar” algumas vezes para a polícia, voltou para casa e ficou sumido por bastante tempo. O lar de sempre parece

²¹ Sob o efeito de vários comprimidos de ecstasy.

ser o lugar mais seguro para um traficante movimentar, pois na maioria das vezes ele já está integrado à vizinhança, que não o vai delatar, e chama menos atenção do que morando a sós e sem trabalhar. Além disso, a ausência dos pais multiplica o número de visitas que vêm “esfumaçar” o ambiente “legalizado”, atrapalhando a cumprimento da recomendação de que se mantenha o zelo pela discrição no local de moradia.

5.7 OS “AMIGOS”

Os traficantes de drogas contam com a cumplicidade de uma rede de pessoas cientes do seu envolvimento com atividades ilícitas a qual foge ao seu controle. Mesmo que se esforcem para não cair em muita evidência, o próprio polêmico ofício do comércio ilegal de drogas por si só já os coloca em posição de destaque e suscetíveis às fofocas que se espalham a seu respeito. Eles costumam ser “populares”, pois parte do sucesso de um traficante consiste de ele conhecer pessoas pertencentes a diferentes grupos e estilos de vida, “fazendo a ponte” entre elas. Essa função mediadora o expõe ao conhecimento de mais pessoas do que ele mesmo conhece.

Na descrição da “cena carioca” estudada por Eugênio (2006), redes de sociabilidade conectam diversos círculos de amizade intercambiáveis a partir de relações associativas baseadas em critérios de “escolha” e “afinidade” e nos quais mantêm-se alguns “inseparáveis”. Configura-se, portanto, um universo no qual “todos se conhecem, mesmo os que não se conhecem” (EUGÊNIO, 2006, p. 145). As redes do tráfico com as quais entrei em contato ao longo da pesquisa não compõem uma “cena”, porém atravessam diversas delas com um conteúdo (*content*) (MITCHEL, 1969) comum que é o paralelo entre a amizade e a negociação das drogas.

Os traficantes acabam por protagonizar várias cenas em ocasiões específicas e esporádicas sem bem se dar conta. Não são raras as vezes em que ouvem “Ah... então você

que é o fulano?!” e constatam que mesmo tomando as devidas precauções, estão com o “nome na pista”. Além dessa vastidão de conhecidos e desconhecidos a par de suas vidas, o traficante precisa lidar com os amigos nem tão amigos com os quais convive e que inspiram algum receio por possuírem um pouco mais de informação a seu respeito. Isso contribui para que o traficante opte por uma postura diplomática com os demais, visando a manutenção da boa disposição alheia, o que se evidencia no discurso de Luís Antônio:

“Tô fora de ficar mexendo com essas paradas, botando dez metros dentro de casa... Pra ainda ficar um monte de gente de interesse do meu lado. Não quero isso pra mim não. Quando tu tá com as paradas, aí que nego cola do teu lado.”

Ao que comentei:

“Ah, mas deve dar pra movimentar, só que se mantendo na sua, sem deixar os outros ficarem te sufocando o tempo todo, não dá?”

E Luís Antônio respondeu:

“O pior é que não. Você nunca pode deixar os outros pensarem que você tá cheio de marra, por que aí, nego te dá (delata). Pior ainda é que se você bota as paradas pra todo mundo, vão dizer que você tá ostentando, tirando onda com outros e se não bota nada pra ninguém, vão dizer que você tá enrustindo, cheio de marra, não tá fortalecendo ninguém... Assim é foda.”

É certo que nem todos se preocupam com isso e ainda assim são raros os casos de delação partindo de jovens que integram as redes de sociabilidade na qual está inserido o traficante. No entanto, para quem manipula uma clandestinidade publicamente divulgada, todo o cuidado é pouco. O tráfico de drogas articula dinheiro, status e interesses, de modo que os atores envolvidos encontram-se assombrados pela ganância que tudo isso gera em si mesmos e no seu entorno. A censura à perseguição desmedida do lucro é uma estratégia de neutralização em face à realidade dessa ambição. Tendo em vista que os traficantes dependem da colaboração de seus pares e de um pacto implícito de sigilo que mantêm com uma rede de indivíduos que foge ao seu controle, por mais desejável que seja a ostentação e a ascensão na hierarquia de status desse mercado, é de comum acordo que não se pode incomodar aos outros, chamando atenção demais para si. Entretanto, essas recomendações

são por vezes esquecidas, o que acaba validando algumas crenças como a que diz respeito a “crescer o olho”:

Conversando com Cadú em um forró na Barra da tijuca, ele lamentou a prisão de um amigo que também conheço e eu ressaltai que era preciso “ficar ligado”. Em resposta ao meu comentário, Cadú discursou:

“Acho que eu tô aí até hoje por que eu nunca cresci o olho. Eu sempre levei uma vida simples e é isso aí. Gosto de viver bem, mas nunca quis ter demais. Eu nunca cresci o olho. Eu faço as paradas é pra levar uma vida tranqüila. Se for pra ficar que nem todas as pessoas da sociedade, cheio de ambição, aí é melhor trabalhar, correr atrás que nem eles.”

“Crescer o olho” aparece associado à cobiça, entretanto, adquire uma aplicabilidade mais ampla do que a sua expressão de origem, “olho grande”, pois é uma atitude que parte do próprio indivíduo e que deve ser evitada. Também se fala muito sobre os outros “crescerem o olho” no que é seu, mas o que há de particular nessa apropriação desse imaginário popular é a crença de que permitir-se “crescer o olho” atrai problemas para si.

João falou que vinha vendendo LSD a R\$20,00 a unidade no varejo e eu perguntei por que não mais a R\$30,00, como se costumava cobrar. Ele respondeu:

“Por que aí os outros ficam achando que eu estou crescendo o olho e isso acaba atraindo muita inveja”

6 O CONSUMO

Os traficantes que constituem as redes estudadas são todos eles usuários de drogas ilícitas variando os tipos, as quantidades e as qualidades consumidas, bem como a frequência na administração das mesmas. A maconha (e as suas variações) é definitivamente a mais consumida e representa um hábito para a maioria absoluta dos traficantes de classe média. O ecstasy e o LSD²², em um momento anterior à realização da pesquisa, compuseram a rotina de uma parte desses traficantes que “tomavam” uma, outra ou ambas as drogas em conjunção, no mínimo, semanalmente, no entanto, foram gradualmente reservadas a ocasiões esporádicas. A cocaína, por sua vez, só passou a ser progressivamente consumida por uma parte considerável dos indivíduos pesquisados após alguns anos no tráfico, enquanto o uso da maconha antecedeu qualquer envolvimento com o comércio ilegal de substâncias.

Os padrões de consumo tanto das drogas quanto de qualquer outro artigo constituem-se na interação com um grupo. Em seu estudo sobre os usuários de maconha, Becker (1991) demonstrou que é através da socialização em um grupo de usuários que, além de surgirem oportunidades de entrar em contato com a droga, são também transmitidos os conhecimentos necessários para o seu consumo efetivo, a percepção de seus efeitos e a apreciação de tais efeitos, viabilizando o uso da maconha para a obtenção de prazer. Segundo o autor, “o indivíduo aprende, em pouco tempo, a participar numa subcultura organizada em torno de uma atividade desviante em particular”. (BECKER, 1991, p. 31, tradução minha).

Segundo a teoria da associação diferencial de Sutherland (1955), os comportamentos criminosos e os legais se diferenciam entre si pelos parâmetros sob os quais são avaliados e não pelos princípios dos seus processos causais e são aprendidos através da interação com os outros em um processo de comunicação. A parte principal desse processo ocorre nas rodas

²² Outras drogas sintéticas como o GHB e a Ketamina, apesar de já terem sido experimentados por alguns, não engendram os hábitos de consumo e nem de venda do pesquisados. Os solventes, por sua vez foram de uso e venda disseminados, porém em um período bem anterior à realização da pesquisa.

mais íntimas onde, no caso do comportamento criminoso, se aprende as técnicas para cometer o crime e as motivações em forma de “definições” favoráveis à infração. A proposição central da teoria é que o indivíduo torna-se delinqüente por causa do excesso de definições favoráveis à violação da lei em contrapartida às definições desfavoráveis à sua obediência. As associações através das quais transcorrem os processos de comunicação variam em frequência, duração, prioridade e intensidade e esses processos envolvem os mesmos mecanismos para a aprendizagem dos padrões criminais e os anti-criminais. (SUTHERLAND, 1955)

Em seu estudo sobre a delinqüência juvenil²³, War (2002) sustenta a proposta de que a influência entre pares é a principal causa próxima da maior parte das condutas criminosas, sobrepondo-se à desigualdade social, desorganização social, rupturas familiares e outros fatores cuja relevância já foi anteriormente demonstrada em diversas pesquisas. As afirmações de que a conduta delinqüente é um comportamento predominantemente grupal e de que ter amigos delinqüentes propicia o comportamento delinqüente são irrefutáveis, entretanto o próprio autor problematiza o significado etiológico desses enunciados. Afinal, os crimes também ocorrem em grupo por razões práticas e os adolescentes associam-se àqueles que possuem características e interesses em comum, de modo que os delinqüentes andam com delinqüentes, assim como os bons alunos andam com bons alunos, etc.. A natureza coletiva do crime não estaria em disputa nos debates da criminologia, mas a importância causal dos pares é contestada com base na observação de que os jovens realizam a maioria das suas atividades em grupo e não apenas as infrações à lei. (WAR, 2002)

À luz da teoria da associação diferencial de Sutherland, que o próprio War resgata, percebe-se a impossibilidade de se ultrapassar a tautologia da proposição de que a exposição a amigos delinqüentes é uma causa da conduta criminosa, quando fica evidente que a exposição

²³ O autor privilegiou o estudo da delinqüência na adolescência, enquanto a minha pesquisa utiliza um conceito mais amplo de juventude e concentra-se na faixa entre 20 e 35 anos, apesar de englobar indivíduos mais novos e mais velhos.

aos amigos influencia os comportamentos em geral, sem nos permitir distinguir entre os processos através dos quais são motivados os atos ou posturas delinquentes ou não. Essa abordagem corrobora o enunciado de que há uma relação causal estreita entre o crime e a associação entre pares, mas não oferece uma solução na busca por uma causa **específica** para o comportamento criminoso, pois essa causa não existe.

Retomando o argumento de Becker (1991), se o “desvio” só é definido como tal através da acusação de uma ação como “desviante”, não há uma natureza criminosa dos comportamentos. Deste modo, não deveríamos buscar as causas da conduta criminosa senão nos mesmos processos de interação que produzem quaisquer comportamentos. É por esta razão que não me proponho a procurar uma explicação etiológica para o consumo e nem para a disseminação da prática do tráfico de drogas entre os jovens de classe média. Sugiro apenas que tenhamos em vista a alta relevância da dimensão sócio-cultural na configuração e definição dos repertórios de práticas observados.

6.1 DO CONSUMO AO TRÁFICO

Devo notar que a transição do consumo ao tráfico, na rede estudada, não envolve uma decisão interna que represente algum marco numa trajetória, mas uma passagem gradual, na qual, aos poucos, o jovem de classe média vai se envolvendo com a comercialização das mercadorias que ele mesmo consome. Trata-se de uma sucessão de posições tomadas em um dado repertório de escolhas possíveis, coerentes com algumas das orientações concorrentes no contexto cultural da juventude urbana de classe média no Rio de Janeiro. Inclusive, considero promissora a possibilidade de se pensar essa “juventude” pela crescente participação no mercado ilegal de drogas, o que não será aprofundado no presente trabalho.

Conforme assinalado anteriormente, essas redes de distribuição de drogas configuram-se através de relações de amizade que organizam os contatos para a compra e venda das

mesmas. Segundo as regras observadas para a manutenção de alguma segurança para o traficante em face às agências de controle do estado, procura-se negociar apenas com amigos e conhecidos cujas referências são confiáveis e não se permite ao cliente apresentar o seu contato a outros clientes em potencial. O jovem interessado em “adiantar” os seus amigos desejosos da aquisição de drogas, deve ele mesmo comprar a mercadoria em maior quantidade e revendê-la.

Essa operação seria legalmente enquadrada como tráfico de entorpecentes, apesar de não representar para o seu ator qualquer vinculação com uma identidade criminosa. Somente a reincidência progressiva desse tipo de transação, associada à imputação do lucro sobre a mercadoria repassada aos amigos, é que arremessa o indivíduo para o lado do comerciante e não mais apenas do consumidor. Ainda assim, permanece a negação de uma identidade criminosa enquanto próxima à categoria “bandido”, porém assume-se o envolvimento profissional com o tráfico de drogas, aceitando-se os riscos próprios a esse meio aquisitivo.

Velho (1998) observou que:

Embora o fato de consumir tóxicos permita a definição de uma categoria – *consumidores de tóxicos* - , isso não expressa muitas vezes o ponto de vista dos grupos investigados, que podem estar, em determinados momentos, tão ou mais interessados em se distinguirem de outros consumidores de tóxicos quanto dos “caretas”. (VELHO, 1998, p. 205)

O mesmo pode ser dito a respeito dos traficantes de drogas, os quais não se identificam uns com os outros a partir do possível enquadramento penal das suas atividades comerciais, marcando distâncias entre si e mais especialmente distinguindo abruptamente entre os traficantes “da pista” e os “do morro”, no caso do Rio de Janeiro. Ao contrário do integrante do “movimento”, o jovem de classe média que se envolve com esse mercado ilegal pode até incorporar um rótulo que o estigmatiza entre seus pares, usuários de drogas ou não, ou entre os seus familiares, no entanto, lhe é oferecida a oportunidade de abandonar esse rótulo a partir de uma mera decisão de não mais traficar. O traficante “do morro”, por sua vez,

assujeita-se ao rótulo, que lhe é cravado na carne e que sintetiza a sua existência numa acusação irreversível de “bandido”.²⁴

O mercado ilegal de drogas, na classe média, se constitui na intercessão do consumo com a venda, reproduzindo fronteiras pouco nítidas entre essas duas dimensões da atividade comercial. A adesão ao lado dos distribuidores acontece de maneira gradual e segundo as motivações encontradas nos contextos de consumo. A exemplo dessa proposição, encontramos o caso dos festivais de música eletrônica tal como apresentados na etnografia de Cavalcante (2006). Segundo o autor, “o bem comum vivenciado e experimentado por este rito urbano seria um estado de êxtase” e:

“A busca pelo êxtase deve passar necessariamente pelo corpo através de três formas distintas: alterando o metabolismo através da intoxicação por substâncias psicoativas, por movimentos repetitivos e cadenciados, ou ainda através do “jogo de sentidos” que se estabelece. Mesmo aquele freqüentador afastado do centro interpretativo do universo simbólico e performático, poderá experimentar parte das sensações e experiências induzidas pelo ambiente dos festivais a partir do corpo.” (CAVALCANTE, 2006, p.94)

Cavalcante (2006) ressalta que os meios para atingir o êxtase são particulares a cada participante, e que a maneira mais fácil e acessível de se alcançar esse estado almejado é pelo consumo de substâncias psicoativas, desenvolvendo-se, portanto, um significativo mercado ilegal de drogas para o abastecimento da demanda que surge nesses eventos (CAVALCANTE, 2006). Fica evidente uma ênfase no prazer das sensações (por vezes associado a uma experiência mística e outras, não) e as drogas assumem uma importância incontestável na realização dessas motivações lúdicas. Os traficantes de classe média são a personificação dessa tendência: eles conciliam a satisfação imediata através do corpo com a satisfação oriunda do prestígio de que gozam por proporcionar aos demais, tal satisfação.

Isso se verifica, por exemplo, em uma das passagens que colhi em campo. João, o meu principal informante, após alguns anos fora dos circuitos da música eletrônica, vinha

²⁴ Ver Misse (1999) sobre a *sujeição criminal*.

restabelecendo contatos com essa “galerinha” e estava surpreso com o destaque que ele vinha ocupando, após tanto tempo praticamente só movimentando “planta” (maconha) e saindo pouco à noite. Ele comentou sobre uma boate de eletrônico à qual tinha ido, e falou de como ele já havia se esquecido do quanto era “maneiro” vender e “ver a galera na onda”:

“Me senti um feiticeiro. Tava todo mundo numa onda maneira e eu sabia que mesmo quem não tinha comprado direto comigo, tinha tomado das minhas paradas. Eu também tava na onda e parecia que eu tava no centro de tudo, feito um feiticeiro mesmo. Eu não sei o que eu tenho, mas aonde eu vou parece que todo mundo me olha, fica reparando, as mulheres dão mole, os playboys me encaram... Não sei se eu tenho uma luz diferente, se eu sou estranho...”

Já pude evidenciar em diversas ocasiões ao longo da pesquisa e, mesmo anteriores a ela, situações nas quais os usuários, sob o efeito do ecstasy, agradeciam a quem quer que lhes tivesse vendido a droga, de maneira ostensiva, exagerada e até inconveniente. O excesso de prazer proporcionado por esse psicoativo contribui para o desencadeamento dessa cena, a qual se repete com frequência, verificando-se também uma associação com a valorização da atividade do traficante por parte do consumidor. O acesso às drogas é um capital que eleva o status do traficante nos contextos de consumo.

6.2 TRÁFICO IDEOLÓGICO

Ruggiero e South (1995) mencionam que o tráfico de drogas praticado por *ravers*, isto é, indivíduos que compartilham de uma *cultura rave*, na Europa, é operado segundo motivações e compreensões *ideológicas*, contrapondo-as a uma perspectiva puramente comercial desse mercado ilegal. Na tipologia dos participantes do mercado ilegal de drogas, os autores os classificam como *trading charities*, aludindo a empresas comprometidas ideologicamente com as drogas (cannabis, ecstasy), mas também voltadas para o lucro enquanto motivação secundária (RUGGIERO e SOUTH, 1995). De fato, no caso das redes tratadas no presente estudo, observei uma abordagem ética por parte dos traficantes na qual

eles só vendiam aquilo que eles acreditavam ser bom para o consumo. A maconha e as drogas sintéticas, sendo as principais mercadorias transacionadas, produzem efeitos os quais eles acreditam sinceramente “abrir a mente” das pessoas, fazendo mais “bem” do que “mal” para as mesmas.

Essa perspectiva moral explica em parte a pouca incidência de comercialização da cocaína nessas redes, apesar deles próprios a consumirem. Segundo alguns traficantes estudados, “vender pó” envolve um “carma” muito pesado e uma outra relação com o consumidor. Wagner, um traficante de classe média que vendia cocaína na região oceânica de Niterói, era mal visto entre os demais, pois com frequência humilhava publicamente os “viciados que ficavam devendo” e chegava a “dar tapa na cara dos malucos” no meio da praia de Itacoatiara.

Já a comercialização das drogas psicodélicas encontra-se associada a outras preocupações. Espera-se que o usuário esteja ciente das recomendações para o consumo dessas substâncias, o que foge ao controle do traficante, uma vez que ele não se relaciona diretamente com todos os destinatários dos artigos vendidos. Compartilham-se conhecimentos tais como: o da quantidade de água a ser consumida e o da abstenção de bebidas alcoólicas, quando sob o efeito do ecstasy; sobre a precaução contra paranóias de LSD, etc..

Certa vez João vendeu LSD para um traficante “do morro” onde ele vinha comprando maconha para a revenda.

“Fiquei bolado, por que vai que o maluco entra numa nóia doida e sai atirando. Imagina a merda que não ia dá. O cara tá armado e já vive na paranóia. Foi então que eu avisei:

– Olha, esse doce é forte! Tá fazendo ver coisas e o caralho! Não se assusta não se ficar ouvindo barulhos, vendo tudo se mexer, por que é essa a onda mesmo.

“Quando voltei lá, o cara tava amarradão, dizendo que tinha curtido mó onda maneira e pedindo pra eu trazer mais daquilo...”

No entanto, essa dimensão ideológica do tráfico vem progressivamente perdendo espaço para a dimensão comercial. Conforme citado no capítulo 3, sobre a profissionalização,

as drogas adquiridas na Europa para a revenda no Brasil assumem cada vez mais o seu valor comercial em detrimento ao valor de uso, sendo selecionadas aquelas capazes de ser convertidas em um lucro maior e não as capazes de proporcionar a melhor “onda”. As drogas sintéticas vendidas no mercado nacional são de baixa qualidade (pouco mdma ou LSD por unidade), pois o preço das mesmas se mantém sempre estável, sendo a “bala” ou “doce” “bons” ou não.

Ruggiero e South (1995), ao analisar os esquemas de importação para a Europa, das drogas oriundas de países-produtores, comentam que um olhar para os padrões atuais de tráfico pode produzir a impressão de que esses países (Índia, Irã, Colômbia, etc.) estariam inundando as sociedades ocidentais com drogas perigosas (opiócios, cocaína). No entanto, os autores enfatizam que esses países possuem uma longa história de uso médico, recreativo e religioso de drogas e que só recentemente desenvolveram o uso problemático das mesmas. A emergência desses novos padrões se deu em grande parte pela produção em larga escala das drogas distorcendo a relação tradicional com determinadas plantas, principalmente nos centros urbanos, importando os padrões ocidentais de consumo. A explicação atribuída a essa mudança foi a inversão do arranjo anterior no qual as drogas possuíam um *baixo valor de troca* e um *elevado valor de uso*. (RUGGIERO e SOUTH, 1995)

Em um momento mais “ideológico” do tráfico de drogas sintéticas nas redes estudadas, mencionado no discurso dos traficantes e guardado na minha memória anterior à pesquisa, o valor de uso das substâncias também se sobrepunha ao de troca, inclusive conduzindo os traficantes a sucessivos “derrames” (falência, endividamento, etc.). Ainda que não se tenha constituído um comércio que ignore os fins de consumo dos produtos, já não parece ser essa uma motivação tão relevante para a venda. Pode ainda haver neófitos do tráfico que, deslumbrados com os efeitos das drogas psicodélicas, incorporem a “missão” de

popularizá-las ao custo do seu próprio benefício econômico, porém, dentre os meus pesquisados, não há mais qualquer traço desta perspectiva.

6.3 CONSUMO CONSPÍCUO

Os artigos de alta qualidade são importados em menor quantidade e atendem a uma demanda produzida dentre os próprios traficantes ou os clientes-amigos de maior poder aquisitivo. Aqueles inseridos nas redes restritas dos bons contatos são os que se distinguem por fumar o melhor haxixe ou green, consumir o mais puro mdma, gota ou cristal de LSD, mescalina, etc.. Esse consumo diferenciado proporciona à minoria privilegiada um status mais elevado entre os usuários de drogas, o qual é ostentado nos contextos de consumo público das mesmas: praia, eletrônico, forró, reggae, “noitadas” em geral, festas e churrascos particulares, etc.

Sobre o *consumo conspícuo*, Veblen escreveu:

O consumo improdutivo de bens é honorífico, principalmente por que é uma marca da proeza e um requisito da dignidade humana; secundariamente, torna-se tal consumo por si mesmo substancialmente honorífico, especialmente no caso das coisas mais desejáveis. (VEBLEN, 1965, p. 75)

O autor ainda menciona a marca do ócio ostentado no desenvolvimento do senso estético para a correta apreciação do consumo de bens e sob as maneiras mais adequadas (VEBLEN, 1965). De fato, no caso do consumo de drogas de qualidade percebida como superior e mais sofisticada, ostenta-se até mesmo as técnicas para o seu consumo. Um exemplo seria o ritual de se “apertar” um “baseado” de haxixe: queima-se um cigarro de tabaco longitudinalmente com o isqueiro, abrindo-o e retirando o tabaco torrado; “desberlota-se” o haxixe com o auxílio de uma tesoura, picotando-o bem; mistura-se os dois com os dedos sobre uma seda, na qual é enrolado o cigarro; recorta-se um pequeno pedaço da cartolina da embalagem de seda, enrolando-o para fabricar uma piteira, a qual é “apertada” junto com o

haxixe, numa extremidade do cigarro. Ao fumar, o usuário deve tomar cuidado para não bater as cinzas, pois isso faz cair as bolas de haxixe. Esses complexos processos de preparo dos artigos a serem consumidos, realizam-se publicamente, isto é, em pé na “noitada”, sentado na praia, protegendo-se do vento, etc..

As drogas sintéticas, por sua vez, são de administração mais discreta, porém produzem efeitos bem visíveis, que devem ser manipulados para a sua apreciação mais digna, isto é “sem dar pala de doidão”. Cavalcante (2006) observou que o uso disseminado dos óculos escuros e do chiclete disfarça respectivamente, os olhos “virando” e a mandíbula travada, sob o efeito do ecstasy, demonstrando uma preocupação com a manutenção da aparência (CAVALCANTE, 2006). O consumo de grandes quantidades das substâncias psicodélicas sem, contudo, “perder a linha”, também é uma maneira de ostentação da abundância no acesso às drogas e do auto-controle. Muitos traficantes demarcam o seu prestígio abastecendo mulheres e amigos mais próximos com as drogas que oferecem gratuitamente.

Já a cocaína, uma droga mais estigmatizada na cultura jovem de classe média do Rio de Janeiro, é de uso reservado aos espaços privados. Os indivíduos pesquisados que fazem o uso dessa droga, seja ela aspirada ou fumada, o fazem em apartamentos, churrascos e “festinhas” particulares, compartilhando-a numa roda muito íntima de usuários. Curiosamente, o consumo dessa droga dentre os pesquisados, se popularizou após o contato com europeus que freqüentavam os festivais de música eletrônica e que privilegiavam o uso da cocaína ao das substâncias psicodélicas. Aqueles que já a consumiam em um outro contexto cultural, o dos “morros” e botecos da cidade, ganharam nova companhia e misturaram as influências discrepantes.

6.4 ÓCIOS DO OFÍCIO

O consumo de drogas não pode ser resumido à sua dimensão distintiva e de ostentação. Ele assume diferentes padrões que compõem os hábitos dos usuários. No caso dos traficantes estudados, fumar maconha ou haxixe integra-se harmoniosamente ao estilo de vida cultivado e faz parte da rotina profissional do traficante. As transações costumam ser conversadas pessoalmente enquanto fuma-se um baseado, de modo que um traficante que recebe muitos clientes (revendedores ou consumidores) em sua casa, num mesmo dia, ou marca de ir até o seu o seu contato, acaba fumando a cada um desses encontros e precisa desenvolver a capacidade de manter-se desperto, ainda que “chapado”.

Ele deve lidar com medidas como peso e quantidade e preocupar-se com cortes, embalagens, discussões a cerca do preço, da forma de pagamento e da qualidade. O hábito de fumar maconha no decorrer desse processo, ao invés de embaçar o discernimento do traficante, ameniza as tensões presentes no momento e produz uma sensação de igualdade entre as partes envolvidas na transação. O compartilhamento do baseado suaviza a verticalidade implícita no momento da troca comercial e corrobora a perspectiva de amizade que recobre os negócios.

Mesmo a expansão dos contatos de cada indivíduo tende a ocorrer nas circunstâncias do consumo de drogas que é quando os conhecidos dos conhecidos vêm a se conhecer, podendo tornar-se amigos ou não, dada a afinidade ou os interesses comuns que podem surgir. Os momentos dedicados principalmente ao uso do álcool e da maconha costumam estar associados ao relaxamento e à descontração e, portanto, a uma maior abertura para a interação social e para a redução das distâncias entre as pessoas. Já as “ondas” psicodélicas tendem a aprofundar as amizades ou repeli-las por completo, devido à intensidade das experiências compartilhadas. Também o consumo da cocaína em pó propicia a ampliação das redes de amizade e, por conseguinte, de contato para a compra e venda de drogas, uma vez que

favorece a extroversão, a boa disposição para com as pessoas e ainda encontra-se intimamente vinculada ao uso de bebidas alcoólicas que, por sua vez, intensificam tais efeitos.

6.5 O “ABUSO”

Apesar das drogas e, em especial, as ilegais, apresentarem uma inserção coerente e até quase indispensável aos hábitos de consumo que compõem o estilo de vida dos traficantes estudados, pude observar que, por vezes, elas tornam-se nocivas ao usuário que desenvolve o problema do abuso de substâncias. Devo ressaltar que não existe qualquer consenso moral e nem acadêmico em torno do que se entende por “abuso de drogas”, sendo esta categoria mais comumente uma atribuição arbitrária a partir de um repertório específico de valores ou classificações médicas em disputa. No entanto, utilizo a noção de “abuso” para tratar do que se compreende como excesso dentre os próprios traficantes pesquisados, enforcando-me por não imputar outros juízos com base em algum senso comum imaginado.

Stephens (1992) distingue entre a tolerância à droga e a dependência fisiológica. Segundo o autor, a maioria das substâncias psicoativas desenvolve uma tolerância nos usuários que passam a precisar aumentar as doses de consumo para obter os mesmos efeitos. No entanto, são mais reduzidas as categorias de drogas que produzem a dependência fisiológica, caracterizada pela síndrome de abstinência provocada pela ausência da droga no organismo, tal como o *delírio tremens* nos dependentes de álcool e outras reações como náuseas, vômitos, cólicas, secura na boca, olhos lacrimejando, etc., as quais são interrompidas assim que se consome a droga novamente. Algumas substâncias podem ainda produzir em alguns usuários a sensação de dependência sem que seja demonstrada uma efetiva dependência fisiológica, explicando-se por uma dependência psicológica. (STEPHENS, 1992)

Sobre esta última questão, assinalo o caso dos consumidores de maconha que, em parte, alegam precisar da droga e ser incapazes de suspendê-las sem um grande custo, mas

que, quando convencidos de que devem parar ou ao menos diminuir a quantidade consumida, o fazem, na maioria das vezes, sem maiores dificuldades. Ao longo da pesquisa e mesmo na minha vida pessoal, entrei em contato com diversas pessoas que perderam o hábito de fumar maconha ou reduziram-no consideravelmente sem recorrer a qualquer tipo de ajuda profissional. Observei também que aqueles que continuam a fumá-la com bastante frequência não costumam considerar que esta lhes seja danosa.

No entanto, mesmo dentre os traficantes estudados, que são consumidores assíduos de maconha há alguns anos (talvez dez, em média), aparecem referências à “seqüela”. Esta é compreendida como uma espécie de efeito colateral do uso excessivo e prolongado, indicando que o usuário deve rever os seus hábitos. A medida não é tanto o padrão de consumo, mas a sua incidência no comportamento do indivíduo que passa a ser percebido pelos seus pares como “seqüelado”, o que consiste de apresentar lapsos de memória, lentidão no processamento de informações e baixa motivação para a realização de empreendimentos, sejam eles vinculados ao tráfico ou atividades paralelamente desenvolvidas como os estudos e o trabalho. A “seqüela” é um problema de abuso de drogas, apenas na medida em que frustra as próprias expectativas do usuário da maconha, e, dentre elas, também aquelas relativas ao êxito nas redes do tráfico.

Observei ao longo da pesquisa, que os traficantes estudados já não apresentavam mais o mesmo ritmo de consumo que o anterior à realização da mesma. Se antes fumavam até cerca de dez baseados por dia, reduziram para uma média de três, o que foi favorecido pela gradual substituição da maconha pelo haxixe. Sendo este último mais caro, mais “saboroso” e mais forte, desenvolveu-se uma valorização da apreciação moderada da cannabis em detrimento ao seu uso banal e corriqueiro.

As drogas sintéticas mais comumente administradas, isto é, o ecstasy e o LSD, não apresentam indícios de causar dependência fisiológica, contudo, o corpo do usuário

desenvolve rapidamente uma tolerância às mesmas. Anos antes da realização desse estudo, os informantes relataram que chegavam a consumir até dez comprimidos de ecstasy em uma única festa de música eletrônica. Já nos festivais, essa cota se excedia e Bernardo, por exemplo, chegou a tomar um tubo de gota (cem unidades de LSD líquido!) ao longo de três dias. Se jamais demonstraram nenhum desejo incontrolável por tais drogas e nem qualquer sintoma físico de dependência, por outro lado, sofreram bruscas alterações comportamentais e alguns efeitos colaterais de curto prazo.

No caso do consumo abusivo de ecstasy, alguns reportaram depressão após o uso, gastrite, insônia, bruxismo e dores de cabeça fortes, no entanto, exaltaram o efeito terapêutico proporcionado pelas ótimas experiências vividas na “onda”. O LSD, por sua vez, não apareceu associado a nenhuma forma de “ressaca” e nem a qualquer problema de saúde, porém modificou a “visão de mundo” daqueles que realmente excederam em suas dosagens. Algumas “bad trips” (más viagens) atrapalharam o barato da droga, mas reverteram-se no decorrer da experiência, apesar dos informantes mencionarem “ondas erradas” que testemunharam em outras pessoas.

Clausen (1961) propõe que os perigos do LSD e alucinógenos relacionados parecem ser:

(1)Aqueles associados com “bad trips” ou estados de pânico, especialmente quando a droga é usada sem as devidas ressalvas e por pessoas que apresentam neurose severa ou “hang-ups” (catatonia); (2) a tendência de muitos usuários a tornarem-se tão preocupados com experiências subjetivas e sensações de maneira a tornarem-se descomprometidos com atividades e papéis sociais normais; e (3) o perigo de que tais drogas possam causar dano ao organismo, seja com respeito às funções cerebrais, ou em efeitos no aparato genético (quebra do cromossomo). Achados de pesquisas sobre danos orgânicos são conflitantes; relatórios anteriores de dano não foram confirmados. (CLAUSEN, 1961, p.150, tradução minha)

No que tange ao segundo aspecto mencionado pelo autor, de fato, os usuários mais exagerados de drogas sintéticas e, mais especialmente de LSD, experimentaram essa ruptura

com o sistema de crenças e valores ao qual estavam acostumados, interpretando-a num extremo como havendo “atravessado um portal” e, no outro, como vivenciando uma “confusão mental”. Se alguns invocaram símbolos religiosos percebendo-se enquanto engajados num processo evolutivo, os demais se perderam na auto-reflexão inconclusiva à qual o LSD pode induzir. Em ambos os casos, os usuários acabaram por reduzir a quase nulo o consumo dessa substância, seja alegando já terem “recebido a mensagem” ou preferindo evitar tanto desgaste mental. Mesmo o consumo de ecstasy e mdma foi extinto ou ao menos reduzido espontaneamente, pois a tolerância a essa droga eleva demais as quantidades necessárias para a apreciação dos efeitos que, ainda assim, “perdem a graça”.

O “problema de abuso” vivenciado atualmente por alguns dos informantes da pesquisa é o da dependência à cocaína. Não pressuponho que um vício por si só consista em um problema, pois este pode adequar-se ao modo de vida do usuário dependente, sem causar-lhes maiores transtornos, como foi inclusive observado no caso de Walter que, envolvido apenas periféricamente com o tráfico, consegue conciliar o trabalho e as obrigações familiares com o uso da cocaína sem que, sequer, a sua esposa saiba que ele consome tal droga. Menos ainda suponho que o usuário desta substância necessariamente desenvolva a dependência, pois são diversos os usuários não dependentes. Se falo em “problema de abuso”, refiro-me à angústia vivida pelos dependentes que encontram dificuldades em suas vidas pessoais, decorrentes de uma relação conturbada com a droga.

Os dependentes “problemáticos” de cocaína aspirada não costumam aceitar esse rótulo, alegando fazerem o uso recreativo da droga por uma vontade auto-controlada, porém, como observadora externa, testemunhei a dimensão da “fissura” na qual ficam para consumi-la, tornando-se bastante irritadiços e constantemente “se enganando”. Alguns chegam a ocasionar brigas inconscientemente propositais com seus respectivos familiares e namoradas, de modo a encontrar a desculpa de que precisam para “ir no morro”. Além disso, eles

experimentam sérias depressões posteriores ao uso, as quais, mantendo-se regulares, prejudicam-nos tanto em seus empreendimentos aquisitivos quanto no relacionamento com as pessoas com quem mais convivem.

Devo ressaltar mais uma vez que a maioria dos traficantes estudados não vende cocaína, portanto eles recorrem mais comumente ao “movimento” do que aos varejistas “da pista”, não apenas pela escassez de contatos, mas também pela usual superioridade da cocaína encontrada em algumas “bocas” específicas. Desta maneira eles acabam desembolsando o dinheiro para comprar “pó”, descapitalizando-se. No caso das demais drogas consumidas, eles retiram apenas uma parte do que já possuem para a venda, reduzindo um pouco o lucro sobre a mercadoria, mas o “pó”, por sua vez, é pago a preço de varejo. Sendo a cocaína um hábito caro, esses traficantes comprometem o seu êxito econômico com a adesão a essa prática de consumo.

A mesma questão se intensificou nos informantes que preferem fumar a cocaína “virada” na forma de “pedra”. Não se trata do consumo de crack propriamente dito, já vendido em pedra, mas da transformação da cocaína em pó em uma “free base” (base livre), através do aquecimento sob a adição de bicarbonato de sódio e água. As pedras que resultam desse processo podem ser fumadas normalmente junto com cinzas de cigarro e sobre latinhas amassadas. Mieczkowski (1992) observa que, sendo o crack um estimulante poderoso e de ação rápida, cuja “ligação” (“*rush*”) dura pouco, o seu consumo é altamente repetitivo, induzindo a longas privações de sono, disponibilizando ainda mais tempo para o uso contínuo da droga (MIECZKOWSKI, 1992).

Os pesquisados que incorporaram o crack aos seus hábitos de consumo vivenciaram consideráveis dificuldades financeiras, a começar por que “virar” a cocaína em “pedra” gasta mais do que se ela for aspirada, de modo que um usuário que compraria apenas um saco de R\$30,00 (em média 1g), ou no máximo dois para cheirar, acaba utilizando cerca de cinco

sacos para “virar uma noite” e ainda acaba estendendo essa noite por vários dias. Isso representa um incremento substantivo no capital subtraído ao traficante, contribuindo para que ele não consiga honrar os seus débitos, ficando desacreditado, e para que ele nem tão pouco seja capaz de juntar algum dinheiro que o possibilite investir em drogas a serem movimentadas. Segundo Adler (1993):

Envolver-se no hábito de consistentemente fumar pedra (*freebasing*) (chamado “ser viciado” por alguns) quebrou uma série de traficantes (*dealers and smugglers*) no condado de Southwest. Muitos indivíduos, uma vez introduzidos ao *freebasing*, consideraram cada vez mais difícil moderar o seu uso de drogas. (ADLER, 1993, p. 89, tradução minha)

Nem todos aqueles que começaram a “fumar pedra” viciaram-se, de modo que alguns preferiram voltar ao “pó” que é mais administrável ou então mantiveram um padrão de “estragação” muito esporádico, reservadas a poucas ocasiões. Certa vez, Júnior comentou:

“Já tô há um mês sem fumar pedra. Não quero mais isso pra mim não. Eu agora só dou um tequinho de vez em quando, por que aí dá pra ficar na moral. Esse negócio de ficar emendando vários dias direto tava muita estragação. Eu sempre me preocupei em comprar um bom perfume, me vestir direito... eu já tava há um tempão sem nem passar perfume nenhum, todo esculachado... Nem sobra dinheiro pra nada.”

A interrupção no uso do perfume aparece nesse discurso como um indicador de que se ultrapassou algum limite do cuidado consigo mesmo. O vício não necessariamente rouba a agência dos usuários de drogas, mas se constrói em um repertório de disposições em constante reavaliação. Em seu estudo sobre usuários de heroína em Lisboa, Vasconcelos (2003), propõe que as *performances* se desenvolvem no contexto de um *sistema* nos quais se operam as concomitantes transgressão e reforço público dos modelos hegemônicos de comportamento e que, portanto:

...apesar de realizados sob uma *tanga*, os espaços simbólicos intersticiais para os quais a audiência a remetia resultavam numa forma de prevenção da possibilidade do uso ser continuado num espaço social resultante da ultrapassagem de um certo *limite* de ordem moral. Face a tal eventualidade, a *paragem*. (VASCONSCELOS, 2003, p. 136)

O “abuso” no consumo de substâncias psicoativas compromete o encobrimento das atividades ilícitas dos traficantes, expondo-os mais ao risco de serem presos. No caso do consumo da maconha, o problema são os vizinhos que, sentindo o odor constante da fumaça, passam a prestar mais atenção na rotina do traficante e a interpretar com desconfiança os seus hábitos. Quanto ao vício em pedra, tal problema fica ainda mais evidente, pois, apesar do cheiro não exalar, a movimentação ininterrupta na casa ou apartamento por dias e madrugadas seguidas pode parecer estranha.

O consumo de drogas ilegais aparece como parte integrante do estilo de vida do traficante e se insere nas suas práticas de “trabalho”, além de ser a condição primeira do envolvimento com as redes dessa modalidade do mercado ilegal de drogas. A passagem do consumo ao tráfico ocorre gradualmente, mas implica numa consciência plena dos riscos associados a essa prática, porém não há uma identificação com o “mundo do crime”. Os traficantes podem acabar desenvolvendo padrões mais exagerados do uso das drogas e isso compromete o seu êxito inclusive nas redes do tráfico.

7 VIOLÊNCIA NA PISTA

João me contou, espantado, que vira um rapaz sendo baleado na saída de um “eletrônico” na Fundação Progresso (Lapa), na entrada de um estacionamento próximo. Ele falou que já havia reparado em um grupo de “bombados” com tatuagem do Fluminense, indicando tratar-se de uma “galera de torcida” e cujo comportamento era de afronta: “Agora no eletrônico tem uma galera assim. É um querendo ser mais que outro”. Perguntei o que ele havia visto.

“Um cara deu uma zoada nos caras (o grupo de “bombados”) que quiseram entrar numa com ele. Mesmo estando em desvantagem, o maluco não peidou pra eles não, aí, ao invés de fazer na mão com o maluco, o playboy saiu sacando a arma e dando logo um tiro à queima roupa. Na covardia mesmo. Os caras tavam em maior número e ainda assim saíram dando tiro. Agora tá assim. Nego dá tiro por qualquer coisa.”

Perguntei se ele achava que essa “galera” de “playboys” “bombados” que também vêm “fazendo o doze” matavam-se uns aos outros por questões de tráfico, ao que respondeu:

“Ah é! Agora tem essa onda aí. Acho que tá começando. Tá ligado aquele cara que morava em Copa com o Dodô? O Aníbal. Ele tomou um tiro de um camarada dele, amigo de infância, durante uma discussão por causa de dívida. Agora tem uma galera aí de nego novo querendo crescer, mas tá muita concorrência. Não dá pra qualquer um subir na hierarquia. Nego bola por que as regras do jogo excluem os vacilões e aí eles começam a vir de covardia pra cima dos outros, por que não sabem jogar limpo como tem que ser.”

Em outra ocasião bem anterior a essa, no carro, perguntei a Bernardo se existia cobrança violenta de débitos nas redes do tráfico “da pista”, ao que respondeu:

“Teve um cara aí que cobrou o Moisés com uma arma, mas ele desenrolou. Agora, o Moisés também é foda. Se matassem por causa de dívidas eu tava ferrado, por que já fiquei devendo várias vezes.”

Bernardo então me contou sobre a única situação em que experimentara pessoalmente a violência por conta do tráfico:

“Eu tava vendendo para um maluco ali de Pendotiba que me parecia ser tranqüilo e que eu levei até lá em casa uma vez. Só que aí eu fui vender umas gotas (LSD líquido vendido em tubos de “ice drops” contendo cem doses) pra ele e marquei lá em casa. Ele ficou insistindo para marcar uma hora na rua, por que provavelmente ele queria pegar as paradas e me apagar lá mesmo, mas eu preferi que fosse lá em casa. Aí ele me apareceu com três bandidos do morro armados e levou as minhas paradas todas. Os malucos deram um tiro no Binho (seu cachorro) que por sorte só pegou de raspão e deram uma coronhada na minha cabeça. Acho que só não me apagaram por que tinha uma galera lá e inclusive as crianças (seus sobrinhos).

“Depois eu fiquei sabendo pelos outros que ele tinha feito isso, por que eu não devolvi o dinheiro das balas que tinham esfarelado no pacote junto com as outras. Ninguém devolveria. Bala sempre esfarela. Na época eu fiquei cheio de rancor e pensei em fazer merda, mas quando eu fui trocar idéia com o gringo que tinha deixado as paradas comigo no fio, ele falou para eu tirar esses pensamentos da minha cabeça, perdoou a minha dívida e falou que o que tinha acontecido era um recado para eu sair fora dessas paradas e parar com tudo de uma vez. Ele é desses que não faz as paradas por dinheiro. Só faz por que quer levar as coisas boas até os outros e só vende pra poucos.

“Acabou que eu nem precisei fazer nada. Os próprios malucos que invadiram a minha casa mataram o cara, por que parece que ele tentou enrolar eles no assunto lá das coisas que ele tinha me roubado. Antes de todo mundo ficar sabendo do que tinha acontecido, teve gente até pensando que fui eu.

Em outra situação da qual fiquei a par, envolvendo Rodrigo, Bernardo chegou a ser ameaçado de sofrer uma cobrança violenta que não se consolidou. O primeiro tinha “contexto” no Turano e vinha pegando grandes quantidades de maconha “no fio” e deixando, também “no fio”, com alguns de seus amigos. Com Bernardo, ele deixou 30Kg, que este custou muito a pagar. Pressionado pelos seus fornecedores, Rodrigo avisou Bernardo que teria que dar o seu endereço para “os malucos” irem cobrá-lo, pois do contrário, era com ele mesmo que “os caras” iam “acertar”. A situação ficou tensa, mas Rodrigo deu um jeito de cobrir a dívida e, meses depois, Bernardo acabou quitando-a com o seu amigo, sem que isso prejudicasse a amizade dos dois.

Na rede de relações mais imediata dos informantes centrais dessa pesquisa, a violência é um recurso fora de questão. Nos tão recorrentes casos de falha nas relações de crédito, invocam-se valores relativos à amizade e à honradez dos acordos firmados, de modo que as dívidas normalmente acabam sendo quitadas, mesmo que mediante a protelação dos prazos.

Nas raras ocasiões em que o devedor some “da pista” e não paga a quem ele deve, situações que normalmente só ocorrem quando o valor a ser pago é considerado pequeno para o credor, o mal pagador fica desacreditado entre os que se informam da situação e cabe ao credor difamá-lo. No entanto, não se “corre atrás” de prejuízos dessa sorte, supondo-se que o “vacilão” esteja realmente “enrolado” para “se queimar” por tão pouco. Já foram reportados diversos casos de devedores que, “enrolados” demais, “entocam-se” na casa dos pais e desistem de traficar por um bom tempo, reinserindo-se gradual e humildemente na rede, após um longo resguardo.

Contudo, essas redes se diversificam, conectando conhecidos de conhecidos e ligando-os a um ou outro indivíduo de temperamento mais inflamado ou participante numa cultura de vizinhança ou de “galera”, que valorize o uso da força como um meio para a resolução de conflitos. Não podemos perder de vista que a violência também compõe os repertórios de práticas observados nas camadas médias e a exemplo disso encontramos os casos de agressão que ganham repercussão na mídia, associados aos “ataques” perpetrados por grupos de rapazes de classe média-alta rotulados sob a categoria *pitboys*, criada pela imprensa (CARDOSO, 2005).

É curioso observar que nem mesmo os meus informantes centrais apresentam um comportamento pacífico nos outros domínios de sua vida social, que não os relativos ao tráfico. João foi integrante assíduo de torcida organizada, e freqüentador dos bailes funks da década de 1990, já havendo participado de inúmeras brigas “de galera” ao longo da vida. Algumas namoradas de traficantes já me confessaram ter sofrido agressões físicas e ameaças. Júnior chegou a formar no “movimento” e Luís Antônio também gostava de ficar por lá, ostentando uma arma. Eles, Rodrigo e outros rapazes criados no Rio Comprido cresceram valorizando símbolos de violência e poder para a definição do status de um indivíduo.

Ainda assim, aos assuntos relacionados com o mercado ilegal de drogas é conferido um tratamento diferenciado, mais sério, racional e ponderado. Poucos são aqueles associados à rede estudada que se vestem de valentia ou de “bandidagem” para lidar com as questões desse tráfico. Um desses é Claudinho, que aparece na seguinte história, a qual remete a mais um caso de roubo de mercadoria, tal como a outra, narrada por Bernardo.

Marcos, morador de Laranjeiras, foi assaltado a mão armada por Claudinho, numa rua em Icaraí, quando saía do apartamento de um amigo, onde fora comprar duas caixas contendo tubos de lança-perfume e comprimidos de ecstasy. Enquanto era abordado, Marcos lembrou-se de que já havia sido apresentado a Claudinho no posto nove, em Ipanema, mas achou melhor não falar nada e acabou perdendo a mochila, a carteira, um estojo, seu cordão de prata e todas as drogas que comprara à vista.

Depois do ocorrido, Marcos espalhou a história para os amigos que tinha em comum com Claudinho, que trataram de ir falar com ele para devolver tudo. Berola, um conhecido dos dois, só recuperou a mochila, o estojo e o cordão de prata, mas o resto não. Todos debocharam de Marcos por ter sido assaltado, logo por Claudinho, e sequer ter se “desenrolado” na hora para evitar o prejuízo. Sobre Claudinho, João comentou:

“Ele é maluco mesmo. Aquele lá cheira pó desde os dez anos de idade e isso afetou o seu cérebro. Ele é problemático mesmo e vive de rataria, mas daí a pegar numa arma e assaltar os outros e ainda em Icaraí, que é onde ele mora... Aí ele me surpreendeu.”

Casos como esse escapam à lógica habitual desse mercado e são apresentados como situações-limite, não compreendidas como “normais”. Dentre os traficantes com os quais conversei, foi unânime a reprovação moral do assalto à mão armada e também ao furto de mercadoria, ainda que na ausência de ameaça. Mesmo assim, parece ser mais comum o roubo ou furto de drogas do que a cobrança violenta de débitos. Inclusive cogita-se mais seriamente a aplicação de constrangimentos físicos para vingar um roubo do que uma dívida, pois o primeiro é atribuído a uma falha de caráter, enquanto o segundo compõe a rotina comercial.

7.1 A “NORMALIDADE” DO TRÁFICO

Cunha (2007) contesta a idéia de que “a violência seria inerente aos narco-mercados, estes engendrá-la-iam como que mecanicamente” (CUNHA, 2007, p.175), chamando-nos a atenção para o fato de tal afirmação implicar numa essencialização das características

sociológicas desses mercados. “Por detrás desta percepção, entrevemos assim uma outra; que o tráfico é ele próprio uma realidade invariável e susceptível de ser enunciada de maneira absoluta.” (CUNHA, 2007, p. 175). A autora demonstra a sua proposição através da descrição das redes de distribuição de drogas em Lisboa. Estas estariam inscritas na “zona de coexistência completa e de confluências entre a legalidade e a ilegalidade” (CUNHA, 2007, p. 178) dos bairros pobres da cidade, articuladas às demais estratégias de sobrevivência como a do crédito informal, pois o tráfico está inserido nas mesmas redes sociais de vizinhança, parentesco e interconhecimento, sem alterar de modo substancial a “*natureza da sociabilidade*”, isto é, encontra-se imerso numa ampla “*normalidade*” a qual “contribui para fazer da violência um acontecimento bastante excepcional.” (CUNHA, 2007, p. 178)

Logo no primeiro capítulo já proponho que as redes do mercado ilegal de drogas observadas distinguem-se das demais redes operantes na cidade do Rio de Janeiro, a partir de uma sociabilidade específica em torno da comercialização de drogas, compondo assim, uma modalidade em particular do narco-tráfico. Classifiquei a sociabilidade identificada como “normalizada”, tomando por critério a avaliação do grau de presença da violência nos modos de sociabilidade encontrados nesse mercado. Uma vez constatada a rejeição ao uso da força ou coerção física seja para a supressão da competição, para a mediação dos conflitos, cobranças de débito ou como efeito-demonstração, debrucei-me sobre a investigação do contexto de funcionamento dessas redes, de maneira a compreender as circunstâncias que possibilitam a manutenção dessa postura na prática do tráfico de drogas. Retomo, portanto, alguns pontos desenvolvidos ao longo do texto, enumerando os elementos considerados significativos para a viabilização da referida “sociabilidade normalizada”:

- a) **Organização** - A estrutura organizacional das redes estudadas enquadra-se no modelo operacional *free-lance* (JONHSON, HAMIDE e SANABRIA, 1992),

consistindo de arranjos alternáveis de empreendedores autônomos que se associam para a aquisição e venda de drogas, compondo alianças episódicas, cujos “contratos” acertados são válidos apenas para negociações específicas. O conceito de “*crime em associação*” (RUGGIERO e SOUTH, 1995) também é, de certo modo, aplicável à forma de organização implementada, apontando para a horizontalidade da distribuição das funções que se opera segundo as capacidades individuais, compondo relações cooperativas. Essas características do tráfico “da pista” contribuem para dissuadir o uso da violência, pois diante da ausência de uma gangue, quadrilha ou máfia como respaldo, o indivíduo deve administrar sozinho os conflitos com os quais se envolve, responsabilizando-se por qualquer medida coercitiva. Não há também uma hierarquia que imponha ao traficante que ele cumpra mandados de violência contra outrem.

- b) **Territorialidade** – O “asfalto” é uma territorialidade construída a partir de um contraste com o “morro”, porém não representa uma fixação espacial das redes aludidas, pois estas, apesar de circularem por territórios físicos e mais ou menos concentrados, operam sob uma espacialidade fluida e transitória. Esse mercado é operado através do acionamento de redes relacionais fundadas na amizade e no interconhecimento, sem que sejam estabelecidos pontos para a comercialização das drogas. A invisibilidade sob a qual esse tráfico acontece, priva os traficantes de se engajarem na defesa de um território, tanto da polícia, quanto da competição.
- c) **A clandestinidade** – Contrariamente à postura de enfrentamento ou suborno das autoridades, adotada pelos traficantes “do morro”, os quais precisam lidar com o problema da visibilidade dos seus pontos comerciais, os traficantes “da

pista” encobrem as suas atividades ilegais sob o disfarce que o pertencimento à classe média lhes proporciona e negociam as suas mercadorias ilícitas clandestinamente, através da seleção dos seus clientes, contatos e associados. O esforço empenhado na ocultação da identidade de traficante (GOFFMAN, 1988) dissuade o indivíduo de se engajar em práticas violentas, as quais podem comprometer o seu disfarce. Reuter (1983) assinalou que o uso da coerção para a supressão da competição não é recorrente nos mercados informais que estudou, pois os benefícios do monopólio não compensam os custos associados ao decorrente aumento na fiscalização policial (REUTER, 1983). O mesmo vale para as questões de cobrança de débitos entre os traficantes “da pista”, para os quais não compensa “correr atrás de um prejuízo” se, com isso, incorrem em um risco maior de serem presos.

- d) **A negação do rótulo** - Os indivíduos estudados não aceitam a categoria “traficante” para designá-los, apesar de se reconhecerem enquanto praticantes de atividades comerciais classificáveis como tráfico de entorpecentes. A rejeição desse rótulo se dá pela associação midiática da palavra “traficante” com o “bandido do morro”, do qual eles fazem questão de se distinguir. Os comerciantes de drogas que operam no “asfalto” são beneficiados em relação aos seus equivalentes pobres, por se privilegiarem da possibilidade de não se submeter aos processos da *sujeição criminal* (MISSE, 1999) Eles incorporam talvez um *estigma* (GOFFMAN, 1988) que os desacredita junto àqueles que tomam conhecimento de suas práticas, porém lhes é reservada a possibilidade do abandono desse rótulo²⁵, oportunidade essa que não se quer sacrificar

²⁵ Em um artigo ao jornal do Brasil, o Desembargador Siro Darlan comenta sobre a facilidade com que João Guilherme Estrela, ex-traficante de drogas de classe média, teve a sua “regeneração” publicamente aceita, ao passo que Tuchinha, ex-traficante “do morro”, jamais deixou de ser percebido como um “bandido”, apesar do

através da posse de armas e da identificação com práticas violentas que lhes arrancariam da classe dos tão somente “passadores de drogas”.

- e) **Certeza da punição** – Em crimes nos quais predominam a racionalidade e o comportamento de maximização de lucro, a certeza da punição apresenta um alto coeficiente dissuasivo (*deterrence*) (GEERKEN e GOVE, 1977) e, ao longo deste trabalho, demonstrei a preponderância da racionalidade na organização das práticas comerciais observadas. Considerando que a cobrança armada de débitos seria a forma mais previsível de aplicação da violência nesse mercado, esta também implicaria, por sua vez, na possibilidade de se ter que levar a cabo a ameaça realizada. No entanto, lembremo-nos que os traficantes de classe média traficam entre si e se cometessem homicídio ou mesmo tão somente lesão corporal contra outro rapaz de sua classe, a atenção dada à apuração oficial de um caso dessa sorte seria certamente superior àquela conferida aos diversos casos que diariamente ocorrem nas favelas e subúrbios da cidade, que não obtêm o interesse da polícia.
- f) **Constrangimentos sociais** – Os traficantes estudados costumam transacionar drogas com seus amigos e conhecidos, sendo os últimos, amigos de seus amigos e só costumam ceder crédito àqueles mais próximos e de maior confiança. Tais vínculos, por si só, já inibem as falhas de pagamento. Entretanto, elas acabam ocorrendo devido aos problemas de administração do dinheiro e das drogas e não tanto por falta de consideração com o credor. Essas falhas poderiam acarretar sérios desentendimentos e até ocasionar morte, como observado em diversos mercados ilegais, porém os vínculos afetivos aparecem como um dos inibidores ao recurso violento (Gambeta, 2000a).

Alguns dos elementos dissuasivos destacados tomam por pressuposto uma racionalidade que atribuo aos traficantes estudados em virtude dos resultados obtidos na pesquisa de campo e que apontam para esse traço do envolvimento com o mercado ilegal de drogas na rede estudada. No entanto, essa premissa da racionalidade, sobre a qual se ergueram diversas explicações do “desvio”, já foi seriamente criticada por alguns bons autores dentre os quais destaco Katz (1988). Este contesta todas as teorias materialistas do “desvio” e concentra as explicações sobre os crimes na sua própria dinâmica sensual e nas atrações morais que o motivam, entendendo o uso da violência como uma contingência das situações, nas quais os sujeitos oscilam entre os limites da presença e a ausência do controle de si mesmos (KATZ,1988).

Considerando válidos esses argumentos, aproprio-me dos mesmos para compreender a não-violência do tráfico “da pista” justamente na sua dinâmica sensual e na sua atração moral, em vista de que algumas das principais motivações identificadas para o engajamento nessas práticas comerciais residem justamente no prazer de desfrutar de um status diferenciado entre seus pares (traficantes e usuários de drogas), da “celebridade” que encenam e da excitação do jogo de mercado. A *superioridade moral* (KATZ, 1988) exercida pelo traficante consiste do acesso diferenciado e ostentado aos meios de obtenção do prazer (as drogas), da coragem de arriscar a sua própria liberdade, no intuito de preservar tal acesso diferenciado, e na habilidade de manipular um emaranhado de interações problemáticas, de modo a manter-se impune. Nenhum desses elementos envolve a coerção do outro e a racionalidade à qual me refiro é um meio para dar continuidade às motivações criminais que se elaboram no contexto da experiência com o crime.

8 CONCLUSÃO

Através da pesquisa realizada com uma rede social de jovens de classe média envolvidos com o tráfico de drogas, pude observar que não há, por parte desses traficantes, uma identificação com o pertencimento a nenhum grupo, de maneira que só foi possível agrupá-los numa categoria, quando levada em conta a sociabilidade específica que particulariza a modalidade de tráfico por eles praticada. Acompanhando uma rede de amigos, amigos de amigos, conhecidos de amigos e por aí em diante, me deparei com indivíduos oriundos dos extratos mais variados das camadas médias urbanas, freqüentadores de diferentes cenas da noite carioca ou de nenhuma delas, adeptos de práticas de consumo diversas, com discursos muitas vezes distantes entre si, etc.. Só foi possível concebê-los novamente agrupados, compartilhando de um sistema de referências comum, quando pensados enquanto membros da juventude urbana de classe média do Rio de Janeiro.

Proponho considerarmos os dados empíricos colhidos junto aos traficantes “da pista” como representativos do universo simbólico dessa juventude, apontando para algumas tendências que influenciam seus comportamentos. A conduta dos jovens envolvidos com o tráfico se desenvolve pelo excesso de definições favoráveis a esse tipo de comportamento, as quais são elaboradas principalmente a partir do convívio entre pares, isto é, os demais jovens. Não se tratando aqui de gangues ou qualquer outro tipo de grupo com uma alegação identitária, mas sim de escolhas individuais baseadas nos referenciais oferecidos pelos variados meios de socialização freqüentados pelos distintos atores, suas ações, apesar de passíveis de incriminação, remontam aos centros de relevância dessas esferas de sentido.

A venda de drogas é um desdobramento plausível do seu consumo e, conforme assinalado por Velho (1998).

“O tóxico tem que ser compreendido enquanto um elemento importante, mas não necessariamente determinante, de uma visão de mundo

em que o hedonismo é fundamental. Certamente implica em uma divergência em relação à cultura dominante, correspondendo a um certo tipo de contestação. Chamo a atenção para o fato de não se tratar de alguma coisa que esteja fora, originalmente do sistema de valores do estrato social de origem, mas sim de uma agudização de vertentes e dimensões já existentes.”(VELHO, 1998, p. 208)

É do cenário descontraído dos espaços de socialização dos jovens de classe média que emergem as redes que se articulam para distribuir as drogas que suprem a demanda produzida nesses contextos. O *locus* do tráfico está nas relações interpessoais que organizam os indivíduos em torno da sua vontade de consumir e ostentar substâncias psicoativas. Produz-se um fluxo indistinguível entre a territorialidade e a estrutura, uma vez que são ambas faces de uma mesma dinâmica cuja base operacional é a interação. Seja nos espaços virtuais ou concretos onde as trocas ocorrem, os modos associativos e as suas respectivas e implícitas hierarquias se reproduzem, compondo cena atrás de cena, as quais se tornam “casos” e os quais aqui apresentei.

A noção de “rede pulverizada” e “invisível” remonta à desterritorialização das práticas que se reterritorializam nos “contatos” e nos canais de comunicação e de encontro através dos quais se efetuam. De presenças reais ou distanciais, são negociadas mercadorias, através da negociação de poderes e prestígios distribuídos entre os atores em função dos resultados de cada encontro. É a partir deles que se consolidam os variáveis arranjos que posicionam os indivíduos “por baixo” ou “por cima” de uma estrutura não consensual, porém vivida.

Nesse tráfico de experiências, sensações e definições intercambiáveis, circulam as drogas, cada uma à sua maneira, porém sempre desejadas, disputadas e usadas. Desse assédio aos meios de obtenção do prazer, uma sociabilidade se constitui e ganha forma, gerenciando as relações que medeiam esse trânsito. O caminho que leva das ondas do celular às ondas de ecstasy é encurtado, na medida em que meras operações cotidianas fazem essa passagem sem evadir o universo simbólico compartilhado. Mais do que passear por mares, ares, estradas e ruas, os bens comercializados circulam no interior de um triângulo cujo topo é a confiança e

as bases, a amizade e o interesse. Tantos discursos se pronunciam em nome da vontade de se ter drogas para vender e “viajar”, que já se confundem as coisas e não mais se separam as três pontas do triângulo: confio por que é amigo, ou é o interesse que o faz confiável? Ou quem sabe não há tanta confiança, mas afinal é amigo. Ou nem tanta confiança, mas um interesse em comum. Tudo se mistura.

De concreto mesmo só as drogas e o dinheiro, porém a primeira vai-se no sangue, a brincar de subjetivar mentes, e o último, este sim é que se vai mesmo, sem saber bem em quê e nem para onde. E assim se vive num literal “movimento” no qual “gira-se”, “gira-se”, e o mercado acontece sem chegar muito a lugar algum, pois não sai das práticas e elas não saem das esferas de onde se fazem possíveis. No cotidiano de quem faz as “paradas” chegarem aos outros e a si mesmos, os dias se repetem sem jamais serem iguais aos outros. Um encontro aqui, outro acolá, um “baseado”, depois outro e ainda mais um, talvez uma festinha, ou também não. E o telefone sempre a tocar.

Desenho um caminho típico-ideal: do consumo para o tráfico, do varejo para o atacado. No entanto as carreiras são tão mais que isso... Elas vão e voltam e tão poucas são as que só vão ou que realmente vão. A maioria fica mais ou menos por “ali”, de onde nem sabem ao certo se querem (ou se são capazes) de sair. São tantos os perigos, tantas disposições internas necessárias, tantas falsidades nauseantes ao redor, uma indistinção que já embaralha tudo em meio à vontade de ser um pouco mais do que se já é. O tráfico mexe com a cabeça dos seus operadores, ou melhor, toda essa sede ao redor de um bem escasso inventa personagens a “secar”²⁶o que se tem e inventa um poder para quem tem. Afinal, é proibido!

Em muitos meios diferentes almeja-se as mesmas mercadorias, de maneira que estes se conectam em seu favor e, nas mínimas interações de um mercado ilegal, assistimos à integração de redes tão diversas. Nas chaves das conexões encontram-se os mediadores de

²⁶ Gíria para “cobiçar”.

drogas, ou traficantes, tanto faz. Até as vivências estruturalmente mais distintas jogam nessa partida e traficantes “do morro” e “da pista” constroem relações cooperativas, mas é claro, mantidas as habituais distâncias. Nem tudo se mistura nessas redes. Classe média é classe média, “favelado” é “favelado”.

Apesar das relações de “trabalho” do crime em questão situarem muitas vezes os traficantes pobres em um patamar superior na hierarquia dos fluxos comerciais, elabora-se uma outra superioridade de ordem moral, a cultura da não-violência, que permite reproduzir os moldes hierárquicos da dominação tradicional. Nem a equivalência profissional é capaz de fabricar iguais entre classes tão bem demarcadas por um nítido recorte territorial, o “morro” e o “asfalto”. No interior das camadas médias urbanas, por sua vez, o tráfico reduz as distâncias e representa um canal para as trajetórias de declínio e ascensão, similares as que sucedem em outras profissões liberais.

Ele é incorporado tanto à lógica capitalista que regula os mercados, quanto à dinâmica das relações de status nos grupos de jovens, o que resulta em um narco-mercado moderno e atual, isto é, “na moda”. De questões existenciais e vontades aquisitivas tão próprias a uma cultura de classe média e às “ideologias” juvenis, desenvolvem-se as redes através das quais são vendidas potenciais recombinações lúdicas. Estas retornam, ganhando novas significações a cada uso e produzindo novas relações em um constante movimento.

É impossível prever os desdobramentos futuros de uma prática popular que se reelabora no decorrer das experiências e nas circunstâncias contingenciais sob as quais transcorrem. Portanto, sugiro que abandonemos a hipocrisia de uma moral típico-ideal, que busca encaixar o mundo em suas categorias “puras”, e olhemos para o que está na vida, de modo a agir em concordância com ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Patricia A., *Wheeling and Dealing _ An ethnography of an upper-level drug dealing and smuggling community*, Columbia University Press, New York, 1993.

BARBOSA, Antônio Rafael, *Um abraço para todos os amigos _ Algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*, EDUFF, Niterói, 1998.

_____*Prender e Dar Fuga _ Biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*, tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

BECKER, Howard S., *Outsiders _ Studies in the Sociology of Deviance*, The Free Press, New York, 1991.

_____*Uma Teoria de Ação Coletiva*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977.

_____*e GEER, Blanche, Participant Observation and Interviewing: A Comparison*, IN: *Qualitative Methodology: First Hand Involvement With The Social World*, Markham – Rand Mc Nally College Publishing Company, Chicago, 1970 (a).

_____*e GEER, Blanche, Coment on “Participant Observation and Interviewing: A Comparison”*, IN: *Qualitative Methodology: First Hand Involvement With The Social World*, Markham – Rand Mc Nally College Publishing Company, Chicago, 1970 (b).

BOTT, Elisabeth, *Família e Rede Social*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976.

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos, *Briga e Castigo: sobre piboy e “canais de fofoca” em um sistema acusatório*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Rio de Janeiro, 2005.

CAVALCANTE, Thiago Coutinho, *O ecstasy urbano: Símbolos e performances dos festivais de música eletrônica*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Rio de Janeiro, 2005.

CLAUSEN, John A., *Drug Use*, In: MERTON, Robert King and NISBET, Robert (Ed.), *Contemporary Social Problems*, Harcourt Brace Jovanovich, inc., 1961.

CLIFFORD, James, *A experiência Etnográfica*, Antropologia e Literatura no Século XX, Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

CUNHA, Manuela Ivone P. da, *A Violência e o Tráfico: Para uma comparação dos narco-mercados*, In: Marques, Ana Cláudia (org), *Conflitos, Política e Relações Sociais*, Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/ Funcap/ CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

EUGÊNIO, Fernanda, *Hedonismo Competente – Antropologia de Urbanos Afetos*, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

FOOTE-WHYTE, William, *Sociedade de Esquina*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2005.

GAMBETTA, *Mafia, The Price of Distrust* IN: Gambetta, Diego (ed.) *Trust: making and breaking cooperative relations*, edição eletrônica, Departamento de Sociologia, University of Oxford, 2000a.

_____ Diego, *Can we trust?* IN: Gambetta, Diego (ed.) *Trust: making and breaking cooperative relations*, edição eletrônica, Departamento de Sociologia, University of Oxford, 2000b.

GEERKEN, Michael, GOVE, Walter R., *Deterrence, Overload and Incapacitation: An Empirical Evaluation*, Social Forces, v. 56/2, 1977.

GLUCKMAN, Max, *O Material Etnográfico na Antropologia Social Inglesa*, In: ZALUAR, Alba (org.), *Desvendando as Máscaras Sociais*, Livraria Francisco Alves Editora S.A., Rio de Janeiro, 1994.

GOFFMAN, Erving, *Estigma _ notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, LTC Editora, São Paulo, 1988.

JOHNSON, Bruce, HAMID, Ansley e SANABRIA, Harry. “*Emerging models of crack distribution*”. In: MIECZKOWSKI, Tom (ed.), *Drug, crime and social policy: research, issues and concerns*. Boston: Allyn and Bacon, 1992.

KATZ, Jack, *Seductions of Crime, Moral and Sensual Attractions in Doing Evil*, Basic Books, Inc., Publishers, New York, 1988.

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio, *Criminalidade violenta e ordem Pública: nota metodológica*, Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v.13, pp.115-124, novembro, 1999.

MIECZKOWSKI, Thomas, *Some Observations on the scope of Crack Use and Distribution*, In: MIECZKOWSKI, Tom (ed.), *Drug, crime and social policy: research, issues and concerns*. Boston: Ally and Bacon, 1992.

MITCHELL, J. Clyde, *The concept and use of social networks* In: *Social Networks in Urban Situations*, Manchester University Press, Londres, 1969.

MISSE, Michel, Malandros, *Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*, tese de doutorado apresentada ao IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

_____. O Movimento. *A constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência*, Drogas e pós modernidade, Rio de Janeiro, EDUERJ, 2003.

REUTER, Peter, *Disorganized Crime – Illegal Markets and the Mafia*, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts e London, England, 1983.

RUGGIERO, Vincenzo, SOUTH, Nigel, *Eurodrugs – drug use, market and trafficking in Europe*, UCL Press, London, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de, *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento* IN: CASTRO, Iná Elias et alii. (orgs.), *Geografia: conceitos e temas*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

_____. *Redes e Sistemas do Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro*, Anuário do Instituto de Geociências/UFRJ vol. 19, 1996.

STEPHENS, Richard C., *Psychoactive Drug Use in the United States Today: A Critical Overview*, In: Mieczkowski, Thomas (Ed.), *Drugs, Crime and Social Policy*, Alyn and Bacon, Boston, 1992.

SUTHERLAND, Edwin, *Principles of Criminology*, Fifth Edition Revised by Donald R. Cressey, Lippincott Company, 1955.

TURK, Austin T., *Conflict and Criminality*, *American Sociological Review*, Vol.31, No.3 (Jun.,1966), pp. 338-352.

VASCONSCELOS, Luís Almeida de, *Heroína, Lisboa como Território Psicotrópico nos Anos Noventa*, Estudos e Investigações, Lisboa, 2003.

VELHO, Gilberto, *Nobres e anjos _ Um estudo de tóxicos e hierarquia*, Editora FGV, Rio de Janeiro, 1998.

_____ *Individualismo e Cultura*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2004

WACQUANT, Loïc, *Corpo e Alma – Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*, Relumê-Dumará, Rio de Janeiro, 2002.

WAR, Mark, *Companions in Crime – The Social Aspects of Criminal Conduct*, Cambridge University Press, 2002.

ZALUAR, Alba, *O Condomínio do Diabo*, Editora UFRJ, 1994.

_____ *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2004.

GLOSSÁRIO

Ácido – unidade de LSD (ácido lisérgico)

Adiantar – ajudar, cooperar, contribuir.

Apagar - assassinar

Apertar – fabricar um cigarro, normalmente de maconha ou semelhantes.

Apresentar (um baseado) – oferecer um cigarro de maconha ou semelhante para o uso compartilhado.

Atrasar – atrapalhar, colocar-se no caminho de.

Atravessar – excluir, de modo desleal, um intermediário na transação de drogas.

Bagulho – maconha

Bala – comprimido de ecstasy

Baseado – cigarro de maconha ou semelhante.

Bolar – ficar chateado, preocupado, apreensivo, ou irritado.

Bombado – rapaz de porte musculoso, sobre quem se supõe ter usado anabolizantes.

Camarão – nome dado ao fruto da cannabis.

Chapado – sob o efeito da maconha.

Charas – tipo de haxixe, fabricado manualmente na Índia e no Paquistão, a partir da cannabis.

Contato – fornecedor de drogas.

Contexto – grau de consideração e/ou prestígio de que um indivíduo goza na relação com outros específicos como, por exemplo, com um fornecedor de drogas.

Correr atrás do prejuízo – cobrar uma dívida ou procurar recompensar alguma perda ocasional.

Correria – comercialização de drogas em um ritmo ativo.

Crescer o olho – invejar, ser ambicioso ou cobrar caro por uma mercadoria.

Derramar-se – gastar mais dinheiro ou drogas do que se pode, descapitalizando-se.

Desberlotar – esfarelar a maconha prensada ou a resina do haxixe.

Desenrolar – resolver algum impasse, diplomaticamente.

Disposição – coragem, “garra”.

Doce – unidade de LSD.

Eletrônico – evento onde toca-se musica eletrônica.

Estragação – consumo abusivo de drogas numa dada ocasião.

Estrelinhas – mescalina (alucinógeno) comercializada em pequenos comprimidos com forma de estrela.

Explicar – tornar visíveis as práticas que deveriam ser encobertas, agindo sem cautela.

Fazer a ponte – responsabilizar-se pela conexão comercial entre agentes que não se relacionam.

Fazer na mão – brigar fisicamente, sem o uso de qualquer arma.

Fazer o doze – traficar drogas ilegais: expressão baseada na antiga classificação penal do tráfico de entorpecentes, isto é, o artigo 12 da lei 6368 do código anterior.

Fechar caminhão – encomendar um carregamento de drogas suficientemente grande para ser transportado em um caminhão.

Fechar junto – engajar-se em sociedade comercial com.

Firma – uma sociedade comercial perene ou temporária.

Flagrante – como se chamam as drogas ilegais em posse do traficante ou usuário, quando considerado o risco de repressão policial.

Formar (no movimento) – integrar o corpo operacional do varejo de drogas implantado nas favelas.

Formar (um objeto) – trocar algum objeto por droga.

Fortalecer – ajudar, ser generoso com.

Fumar pedra – fumar crack ou cocaína em pó, transformada em pedra através de um processo caseiro no qual se aquece a droga junto com bicarbonato de sódio.

Girar – comercializar drogas ilegais.

Jogar conversa fora – falar sobre drogas com pessoas que não sejam suficientemente confiáveis.

Legalizado – diz-se de um ambiente que ele é legalizado, quando não há restrições ao uso da maconha.

Levantar-se – reerguer-se financeiramente após um período de dificuldades.

MDMA – metil-dioxi-metanfetamina, o princípio ativo do ecstasy.

Movimentar – traficar drogas.

Movimento – nome do negócio de drogas operante em aglomerações de moradia de baixa renda no Rio de Janeiro.

Mula – pessoa aliciada para o transporte de drogas ilegais.

Mutuca – pequeno embrulho plástico contendo alguns gramas de maconha.

Na fita – no contato de um fornecedor.

Onda – efeito psicoativo das drogas.

Palha – maconha ressecada, isto é, de baixa qualidade.

Pancado – sob o efeito da cocaína.

Paradas – drogas, mercadorias.

Peça – arma de fogo.

Peidar – acovardar-se.

Planta – maconha.

Pólen – tipo de haxixe.

Quadrado – unidade de LSD em papel absorvente.

Regada – bem abastecida.

Seca – escassez temporária da oferta de drogas ilegais no mercado informal.

Secar – invejar ostensivamente.

Seqüela – “efeito colateral” do consumo exagerado de maconha, caracterizado por lapsos de memória, déficit de atenção e baixa motivação.

Skank – ou green, cannabis de alta potência, apresentando os camarões intactos.

Teco – “carreira” de cocaína, isto é, uma dose aspirada da droga.

Tirar onda – gabar-se de alguma proeza.

Vacilar – decepcionar, trair, falhar.

Viagem – apropriação individual do efeito psicoativo das drogas.

Virar a cocaína – processo caseiro de transformação, em pedra, da cocaína em pó, aquecendo-a sob a adição de bicarbonato de sódio.

Volta – falha intencional nas relações de crédito; trapaça.

APENDICE – PREÇO DAS PRINCIPAIS DROGAS ENCONTRADAS NO VAREJO DO MERCADO ILEGAL ESTUDADO

- **Maconha** – Esta droga teve o seu preço bastante inflacionado ao longo dos últimos anos. Em 2001, comprava-se 50g a R\$60,00 (ou 25g a R\$30,00). Os preços encontrados no final de 2007, isto é, seis anos depois, estão entre R\$ 100,00 e R\$140,00 a pedra de 50g (ou 25g custando entre R\$50,00 e R\$70,00). O valor do peso de maconha no varejo costuma ser padronizado, apresentando pequenas oscilações em função da qualidade e da relação imediata entre oferta e procura.
- **Haxixe** – Atualmente paga-se em torno de R\$20,00 pelo grama de haxixe, podendo custar menos se for considerado ruim ou mais caro se for de qualidade superior como o “marroquino”.
- **Skank** – Em 2001, cobrava-se em dólar na venda do “green”, que custava entre U\$9,00 a U\$13,00 o grama, dependendo da qualidade da droga e do “contexto” com o contato. Talvez por conta da baixa cambial do dólar, os preços atuais estão em Reais e variam entre R\$30,00 e R\$40,00 o grama.
- **Ecstasy** – O comprimido de ecstasy, ou “bala”, curiosamente manteve o seu preço estável desde 2001 até os dias de hoje, custando entre R\$20 e R\$ 40,00, sendo mais comumente cobrado R\$25,00 ou R\$30,00. Tais oscilações no preço decorrem do grau de proximidade com o fornecedor, da reputação da “marca” de pastilha e das circunstâncias em que são vendidas.
- **MDMA** – Dificilmente encontra-se à venda unidades de MDMA em cápsulas e essa substância costuma ser comercializada em trouxinhas de plástico contendo um grama, o que pode ser dividido pelo consumidor em até dez doses

individuais. O preço do grama, no varejo, varia entre R\$120,00 e R\$220,00, dependendo do grau de pureza da droga e, principalmente, da quantidade de que o fornecedor dispõe para vender, pois se trata de um artigo mais raro.

- **LSD** – O “quadrado”, isto é, a unidade do LSD vendido em papel absorvente, também chamado “doce”, custa o mesmo há muitos anos. Em 2001, pagava-se entre R\$20,00 e R\$30,00 por unidade, a qual pode ser dividida em até quatro doses, e o preço manteve-se exatamente esse até 2008. Não possui dados atuais sobre os preços da “gota” de LSD líquido, do “micropono” (cristal de LSD revestido) e nem das cápsulas de cristal do LSD, pois sendo estas as formas mais puras e menos comerciais da droga, estão escassas no mercado. No entanto, costumavam custar o mesmo que o “papel”, porém com a desvantagem da sua forma de administração não permitir a divisão em doses, apesar de proporcionar um efeito ainda mais forte do que o de um “quadrado” inteiro.